



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

**GISELLE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO**

TRANSFORMANDO A POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA: nome social e  
participação política de travestis e transgêneros

Rio de Janeiro

2021

GISELLE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

TRANSFORMANDO A POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA: nome social e  
participação política de travestis e transgêneros

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elaine Reis Brandão

Rio de Janeiro

2021

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**GISELLE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO**

**TRANSFORMANDO A POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA: nome social e  
participação política de travestis e transgêneros**

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Aprovada em: 09 de julho de 2021.

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Reis Brandão (Orientadora)**

**IESC/UFRJ**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda de Carvalho Vecchi Alzuguir**

**IESC/UFRJ**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Teresinha Ferreira**

**IESC/UFRJ**

---

**Prof. Dr. Lucas Tramontano de Macedo**

**IESC/UFRJ**

A todas as vidas condicionadas à precariedade.

## AGRADECIMENTOS

Nestas breves linhas me entrego inteiramente na esperança de transpor todo meu sentimento de gratidão a estas pessoas.

A meu Pai, com letra maiúscula, pois fez deste um nome próprio. Não há maior nem melhor referência de doação e bondade em minha vida. Sem seus esforços abnegados, certamente eu não estaria aqui.

À minha mãe, ao incansável, persistente, constante e inimaginável amor que me transfere a cada gesto, cuidado, atenção. Obrigada por nunca desistir, por todas as horas que estive de pé, em prontidão, para ser pra mim tudo aquilo que eu nem sabia precisar. Obrigada por aceitar o desafio que tem sido essa árdua, porém afetuosa jornada juntas. Obrigada por toda doação e parceria.

Aos meus pais, lhes devo a vida.

A Júlia. A mais humana das figuras humanas que conheço. Sua dignidade em ser exatamente você lhe adorna. Obrigada por tanto. Por ser sempre tão unicamente você. Por viver o amor em mim e através de mim e me permitir essa experiência única. Por escolher, todos os dias, ser e estar presente. Obrigada por me acompanhar nessa intensa e vertiginosa jornada de força, cuidado, carinho, verdade e humanidades.

Aos amigos que, nos dias mais sufocantes, me foram como brisa do mar. Obrigada pela presença nas vezes em que esquecer da realidade juntos, se fazia necessário.

Ao querido corpo social do IESC. Aos meus mestres, oficiais ou não. Que vocês saibam, por este curto agradecimento, o quão importantes foram em minha jornada, o quanto me expandiram. Não importa onde mais poderei chegar, mas tudo que aprendi com vocês, faz com que eu me sinta verdadeiramente existente.

À minha admirada professora orientadora, Elaine Brandão. Nunca será suficiente agradecer-lhe. Mas o farei sempre. Não só pela invejável didática, compromisso e atenção que dedica aos seus alunos, incluindo-me. Mas principalmente pela forma como permite transbordar o seu prazer em nos apresentar o mundo, e nos incentiva a embarcar junto. Você se importa, e isso é muito valioso. Obrigada por toda condução, por cada fala e ação inundados de atenção, preocupação, tato. Obrigada por me contagiar, inspirar e orientar. Você não foi mais que uma professora, você foi exatamente uma.

*Vai ter que aturar mulher negra, trans,  
lésbica, ocupando a diversidade dos espaços.*

**Marielle Franco, 2018**

## RESUMO

FIGUEIREDO, Giselle de Oliveira. **Transformando a política institucional brasileira: nome social e participação política de travestis e transgêneros.** Monografia (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho objetiva investigar como a regulamentação do nome social pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2018 impactou na participação de travestis e transgêneros na política institucional brasileira e como estas parlamentares se relacionam com os temas da saúde. Através de levantamentos e análises dos dados eleitorais dos municípios brasileiros dos anos de 2016 e 2020, de um mapeamento sociodemográfico das candidaturas e do alinhamento ideológico-político das parlamentares eleitas, foi possível reconhecer o perfil desta representação e identificar um crescimento expressivo de 251% no número de candidaturas entre os dois pleitos observados, assim como um aumento de 250% no número de candidatas eleitas em 2020. Diante dos resultados observados e após revisão crítica de conceitos sobre gênero e cidadania junto a uma discussão sobre a transgeneridade no contexto social atual, é possível compreender esta nova realidade de participação como um fenômeno multicausal, que não se relaciona exclusivamente ao uso do nome social, mas também a uma complexa conjuntura de variáveis sociais, culturais, educacionais, ambientais, econômicas, biomédicas e políticas, que determinam sobre as possibilidades, experimentações e limitações apresentadas a estes sujeitos. Em uma análise realizada sobre as propostas políticas e de atuação destas parlamentares, percebe-se uma compreensão social, popular e engajada das demandas e desafios da saúde brasileira.

Palavras-chave: Gênero. Transexuais. Transgêneros. Nome Social. Política.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - “Degraus” da presença política .....  | 31 |
| Figura 2 - Gráfico da distribuição das candidaturas travestis e transgêneros por estados e regiões do Brasil nas eleições municipais brasileiras em 2016 .....                                   | 41 |
| Figura 3 - Gráfico da distribuição das candidaturas travestis e transgêneros por estados e regiões brasileiras nas eleições municipais em 2020 .....   | 44 |
| Figura 4 - Gráfico da proporção das candidaturas travestis e transexuais por gênero nas eleições municipais brasileiras em 2016 .....  | 47 |
| Figura 5 - Gráfico da proporção das candidaturas travestis e transexuais por gênero nas eleições municipais brasileiras em 2020 listadas pela ANTRA .....  | 49 |
| Figura 6 - Gráfico da proporção da faixa etária das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2016 e sua distribuição por gênero .....                           | 50 |
| Figura 7 - Gráfico da proporção da faixa etária das candidatas travestis e transgêneros nas eleições municipais em 2020 .....  | 51 |
| Figura 8 - Gráfico da proporção do nível de escolaridade das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2016 e sua distribuição por gênero .....                  | 52 |
| Figura 9 - Gráfico da proporção do nível de escolaridade das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais em 2020 .....  | 53 |
| Figura 10 - Gráfico da proporção da raça/cor autodeclarada das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2016 e sua distribuição por nível de escolaridade ..... | 54 |
| Figura 11 - Gráfico da proporção da raça/cor autodeclarada das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2020 e sua distribuição por nível de escolaridade ..... | 55 |
| Figura 12 - Características sociodemográficas das candidatas eleitas em 2020 .....   | 58 |
| Figura 13 - Câmara municipal de Pompéu, MG, informações individuais de parlamentar .....   | 62 |
| Figura 14 - Exemplos da disposição de informações sobre a vereança filiada em alguns partidos .....  | 63 |
| Figura 15 - Exemplos da identificação das propostas de atuação das parlamentares .....   | 64 |
| Figura 16 - Exemplo de menção ao registro de propostas em cartório .....   | 65 |
| Figura 17 - Propostas para a saúde reconhecem a importância do SUS .....   | 67 |



## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Lista das candidatas nomeadas nas eleições municipais brasileiras em 2016 ..... | 57 |
|--|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| ADI        | Ação Direta de Inconstitucionalidade   |
| ANDIFES    | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino                   |
| ANTRA      | Associação Nacional de Travestis e Transexuais   |
| APA        | Associação Psiquiátrica Americana  |
| BVS        | Biblioteca Virtual em Saúde  |
| CID-10     | Classificação Internacional de Doenças   |
| CFM        | Conselho Federal de Medicina   |
| DSM        | <i>Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders</i>                               |
| GLS        | Gays, Lésbicas e Simpatizantes   |
| HBIDGA     | <i>Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association</i>                         |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  |
| IBTE       | Instituto Brasileiro Trans de Educação   |
| LGBTQIA+   | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e mais |
| MEC        | Ministério da Educação   |
| MS         | Ministério da Saúde  |
| OMS        | Organização Mundial de Saúde   |
| ONG        | Organização Não Governamental  |
| QP         | Quociente Partidário   |
| QE         | Quociente Eleitoral  |
| Sars Cov-2 | Síndrome Respiratória Aguda Severa por Corona Vírus tipo 2                               |
| SciELO     | <i>Scientific Eletronic Library Online</i>   |
| STF        | Supremo Tribunal Federal   |
| SUS        | Sistema Único de Saúde   |
| SAMU       | Serviço de Atendimento Médico de Urgência  |
| TSE        | Tribunal Superior Eleitoral  |
| UFRJ       | Universidade Federal do Rio de Janeiro   |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>                                      | <b>15</b> |
| <b>3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....</b>                             | <b>17</b> |
| 3.1 POR QUE GÊNERO IMPORTA?.....                                 | 17        |
| 3.2 APAGAMENTO HISTÓRICO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO ..... | 20        |
| 3.3 CORPOS SUBVERSIVOS: TRANSEXUALIDADES.....                    | 22        |
| 3.4 DA DOENÇA À EXISTÊNCIA COMO SUJEITO SOCIAL .....             | 25        |
| <b>4 CIDADANIA TRANS.....</b>                                    | <b>31</b> |
| <b>5 OBJETIVOS .....</b>   | <b>37</b> |
| 5.1 OBJETIVO GERAL .....   | 37        |
| 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....                                  | 37        |
| <b>6 MÉTODO.....</b>   | <b>38</b> |
| 6.1 ETAPA 1 .....  | 38        |
| 6.2 ETAPA 2 .....  | 38        |
| <b>7 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>                             | <b>39</b> |
| 7.1 CANDIDATURAS .....   | 39        |
| 7.2 CANDIDATAS ELEITAS .....                                     | 57        |
| 7.3 PLATAFORMAS POLÍTICAS.....                                   | 60        |
| 7.3.1 A VALORIZAÇÃO DO SUS.....                                  | 66        |
| 7.3.2 MELHORIAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE .....                      | 67        |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                               | <b>69</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>71</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>77</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer de minha graduação em Saúde Coletiva, defrontei-me inúmeras vezes com fatos, eventos e conceitos que me deslocavam de forma significativa da compreensão, antes superficial e estigmatizante, a qual fui apresentada e desenvolvi, ao longo de minha vida. A vivência como acadêmica de Saúde Coletiva na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi o marco de um importante encontro com as diversas posições que ocupo na sociedade em que me concebo e me produzo.

Ponto importante dessa trajetória foram os muitos encontros com as questões de gênero paulatinamente apresentadas nestes anos, de forma profusa e sob distintas perspectivas, desde considerações incipientes e ontológicas, aos fundamentos epistemológicos mais contemporâneos já tão consolidados nos estudos das Ciências Sociais e Humanas. O gênero como uma dimensão socialmente construída e utilizada para moldar as relações entre os sujeitos era alvo de constante investigação, o que é de fundamental importância para evidenciar a produção de assimetrias de gênero e relacioná-las com a saúde, individual e coletiva. Foi uma oportunidade valiosa para aprender e aprofundar narrativas e teorias desta área de conhecimento, me deparando com estruturas conceituais e explicativas que, a princípio, responderiam muitas das angústias que carregava desde minha infância repleta de críticas quanto aos papéis sob mim investidos e reivindicados.

Para mim, falar de gênero é falar de saúde. E falar de saúde é, inevitavelmente, falar sobre um campo em constante disputa de poder, onde duelam inúmeras e distintas concepções de significados, valores, princípios, métodos, diretrizes, organizações, interesses... E através da análise destas inclinações se torna possível interpretar os ideais de cada projeto societário. Neste ponto, torna-se obrigatório localizar o modelo econômico capitalista como um importante componente na gênese desse conflito material e ideológico, o que pode ser bem demonstrado pela intensa e entrelaçada relação de concorrência dos interesses do setor privado e do setor público. Desta forma, é imprescindível lançar mão das ferramentas civis e democráticas de controle social e participação popular na reivindicação e defesa dos ideais, das necessidades e prioridades da população através dos canais de participação constitucionalmente previstos, como os conselhos e conferências de saúde nos três níveis de gestão que, compostos por representantes de inúmeros segmentos sociais, ocorrem periodicamente para uma avaliação da situação de saúde e a formulação de estratégias pra a gestão do sistema de saúde frente às demandas populacionais.

De forma ainda mais abrangente, para além do campo da saúde, mas não desconexo dele, a participação na estrutura da política institucional do país se apresenta como outra possibilidade de adentrar a esfera pública através do aparato legislativo e/ou executivo, contribuindo na defesa dos interesses da população, na preservação dos direitos, na gestão do poder público e na operacionalização da estrutura democrática vigente. Porém, na sociedade brasileira não desfrutamos de uma igualdade no exercício da cidadania plena por todos os seus cidadãos, pois aqueles pertencentes a grupos sociais minoritários e vulneráveis encontram obstáculos significativos e até impeditivos à sua participação nesses estratégicos espaços de disputa política. A estrutura da política institucional, por sua vez, se afirma em uma composição homogênea e hegemônica, ocupada predominantemente por homens brancos heterossexuais com filiação nas classes sociais dominantes, o que acarreta em um recorte muito específico na perspectiva de seus interesses e posicionamentos, em uma frágil representação dos interesses contra hegemônicos e na sujeição social de grupos minoritários.

Entre as populações que congregam grupos minoritários, estigmatizados por marcadores sociais da diferença como raça, classe social e gênero, e conseqüentemente, vulneráveis a limites para o exercício da cidadania, destaca-se um grupo de indivíduos nos quais os corpos e identidades se estabelecem para além da compreensão institucional restrita ao binarismo dos gêneros. A população de travestis e transgêneros<sup>1</sup> têm suas existências constantemente questionadas e violadas, sendo sujeitas à marginalização e exclusão social, violências físicas e psicológicas, dentre outros tantos obstáculos. Tais pessoas experimentam a luta por um fundamental marco da civilidade: um nome para que ele estabeleça sua existência civil sem os expor ao rechaçamento ou quaisquer tipos de constrangimentos sociais.

Nos últimos 20 (vinte) anos de avanço dos movimentos organizados na luta em defesa dos direitos humanos e contra violência e discriminação da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais e mais (LGBTQIA+), as pautas desta comunidade ganharam cada vez mais atenção dos organismos governamentais,

---

<sup>1</sup> No Brasil ainda não há uma unidade convencionada na utilização institucional dos termos e conceitos relacionados à diversidade das identidades de gênero. No entanto, estes conceitos estão em frequente (re)construção entre os movimentos sociais, militantes e teóricos do campo. O termo Transgênero abarca uma série de experiências de pessoas cuja identidade de gênero difere do gênero que lhe fora atribuído socialmente, sendo, portanto, considerado um "conceito guarda-chuva" que reúne desde a transexualidade (transgênero cuja identidade se aloca dentro do espectro binário homem/mulher), a travestilidade (identidades que experimentam formas sociais e políticas diversas no alinhamento à figura feminina), e uma gama extensa de gêneros não binários (agênero, bigênero, gênero fluido, etc.). Desta forma, neste trabalho, optou-se pelo uso do termo "transgênero" para que sejam contempladas as várias identidades de gênero não cis normativas, para reforçar politicamente a importância na compreensão e disseminação de conceitos identitários, bem como colaborar com a unidade observada na literatura científica e nos descritores em saúde onde o termo "transgênero" é convencionado.

que passo a passo vêm progredindo na construção de planos, programas e políticas públicas voltadas à ampliação e ao fortalecimento do exercício da cidadania desta população. Alguns exemplos a serem citados são o Programa Brasil Sem Homofobia - Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual (2004), promovido pelo Ministério da Saúde (MS) e da Educação (MEC), e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013), no âmbito do MS.

Quanto à questão social gerada por uma leitura que sugere um desacordo entre o nome e o sexo/gênero de uma travesti e transgênero, grandes avanços se estabeleceram, como a Portaria do MS nº 1.820 de 13 de agosto de 2009 que garante a utilização do nome social nos prontuários de saúde com respeito à identidade de gênero e suas especificidades, como preconiza a Carta dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) (2007), que possui como um de seus princípios o atendimento sem qualquer conduta discriminatória. Progressivamente, a esfera jurídica entorno da identidade de gênero e do nome social foi se ampliando para âmbitos além da saúde e, num salto temporal, a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.562, de 22 de março de 2018 outorga à travestis e transgêneros, enquanto eleitora ou candidata<sup>2</sup>, o direito de se registrar ou alterar seu registro utilizando o nome social e respectiva identidade de gênero no cadastro eleitoral, à medida que assegura o sigilo dos dados do registro civil, os quais, anteriormente expostos, potencializavam constrangimentos e a intimidação de eleitoras e candidatas bem como as expunha à violação de sua dignidade (BRASIL, 2018a).

No presente trabalho, objetiva-se investigar o impacto desta Resolução na participação de travestis e transgêneros no espaço político institucional. Esse exercício de pesquisa será feito tomando-se como base a eleição legislativa anterior e posterior à sua aprovação. Em um

---

<sup>2</sup> Como já mencionado, este trabalho estará, em sua completude, totalmente direcionado a análise de conceitos e contextos tangentes às realidades e vivências de travestis e transgêneros. Quando mencionadas, travestis são referidas em termos femininos. Já indivíduos transgêneros possuem identidades de gênero diversas, homens, mulheres, não binários, agêneros, etc. Desta forma, a convenção gramatical da língua portuguesa orienta o uso do pronome masculino genérico para contemplar uma representação coletiva dos gêneros, o que atenderia à menção das travestis e dos transgêneros pelo pronome pessoal na 3ª (terceira) pessoa do masculino plural “eles”. Contudo, é sabido e ratificado por muitos estudos sociais e linguísticos que o androcentrismo enraizado nos diálogos da língua portuguesa no Brasil possuem íntima relação com a estrutura patriarcal de nossa sociedade que hegemoniza e normatiza o padrão masculino. A linguagem neutra dos gêneros gramaticais se apresenta como uma atual proposta resolutive para esta questão, mas ainda um campo em debate e construção na sociedade e na academia, onde sua validade e utilização permanece sob análises e disputas. Consequentemente, este trabalho não lançará mão da linguagem neutra, no entanto, a fim de proporcionar, discursivamente, maior visibilidade ao tema e garantir uma oposição teórica-conceitual às normas, bem como garantir uma referência adequada às travestis que serão frequentemente mencionadas e as demais identidades de gênero alinhadas ao “feminino”, será utilizado o pronome pessoal na 3ª (terceira) pessoa do feminino plural “elas” e suas adaptações, como “candidatas” sempre que forem realizadas referências a este grupo (a exceção de menções a outros autores e autoras que serão devidamente redigidos como em suas obras originais.).

segundo momento, pretende-se investigar e analisar as propostas políticas das candidatas eleitas, buscando identificar abordagens que se correlacionem com o tema da saúde. Com base nos resultados obtidos, busco refletir sobre os possíveis avanços no exercício da cidadania e no reconhecimento e garantia de direitos desta população, muito embora estejamos vivendo um período de expressivos retrocessos políticos e sociais com o atual governo brasileiro. E por fim, pretendo observar como estas mudanças sociais se convergem às questões de saúde desta população que agora se vê diante da possibilidade de desfrutar de uma representação institucional mais identitária sem que condicionalmente exponham-se a constrangimentos ou a transfobia.

## 2 JUSTIFICATIVA

Para a escolha temática desta importante etapa de construção do trabalho de conclusão de curso, não poderia negar àquilo que me toca e fora decisivo em minha construção pessoal e profissional. A primeira consideração cogitada junto a minha professora orientadora presumia a imersão em um serviço público de saúde com dispositivo de atendimento a demandas específicas da população travesti e transgênero, para uma observação participante que objetivaria uma posterior análise do atendimento à luz dos protocolos normativos existentes nas esferas administrativas correspondentes.

Entretanto, no início do ano letivo de 2020, nos deparamos com a suspensão provisória das atividades acadêmicas e com o reordenamento dos serviços de saúde após decretada a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), causador da doença Covid-19, que até àquele momento registrava pouco mais de 4.000 (quatro mil) mortes em todo o mundo segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (MOREIRA; PINHEIRO, 2020). Frente às medidas de controle social instauradas para o enfrentamento à doença, identificamos severas limitações que apontaram para a necessidade de uma reestruturação mais pragmática de nossos objetivos para viabilizar a pesquisa no prazo necessário à conclusão do curso de graduação.

Após meses de buscas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em releituras deste primeiro levantamento bibliográfico voltado ao atendimento da população travesti e transgênero no SUS, me atentei a uma quantidade expressiva de publicações que destacam o papel medular dos trabalhadores dos serviços de saúde no acesso dessa população aos equipamentos de saúde, posto que o respeito às suas identidades e subjetividades desde o primeiro contato com a unidade determinam a qualidade e efetividade do vínculo que esses usuários desenvolverão com a instituição (TENENBLAT, 2014; SANTOS *et al.*, 2015; ROCON *et al.*, 2016, 2018). Outros trabalhos levantam a importância do uso do nome social como ferramenta de combate às discriminações de gênero, transfobia, homofobia, e na garantia do exercício de direitos (ROCON *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2017; GOMES *et al.*, 2018), o que nos apresenta uma relação direta desta política pública com a saúde desta população.

Em sua grande maioria, travestis e transgêneros experimentam a exclusão social e familiar, o sofrimento psicossocial e inúmeras limitações no acesso a direitos básicos como saúde, educação, trabalho, enfrentam contextos de precariedade econômica e social e constantes ameaças à vida. Segundo o Dossiê de Assassinatos e Violência Contra Travestis e



Transexuais Brasileiras em 2020, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), o Brasil ocupou o 1º lugar mundial no ranking de assassinatos de pessoas trans, embora tais dados ainda estejam mitigados pela subnotificação nos registros governamentais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Diante da gravidade dessa conjuntura, são diversas as possibilidades e campos de atuação para uma progressiva reversão desse cenário. Um exemplo é o gradual avanço normativo e jurídico na compreensão de que o uso da identificação civil de pessoas travestis e transgêneros sem a devida retificação de nome e gênero as expõe a uma severa injustiça social. Como resposta a esta demanda, em 2009 o MS assegura o direito do uso do nome social a todos os usuários do SUS, e posteriormente, outras iniciativas similares foram adotadas por instituições, Estados e Municípios, até que em 2016 a União institucionaliza o uso do nome social no âmbito de sua administração (Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016), o que reproduz significativo impacto na posterior adesão das diferentes esferas administrativas (BRASIL, 2016).

No campo político, em 2018 o TSE regulamenta o uso do nome social no cadastro eleitoral (Resolução nº 23.562, de 22 de março de 2018), viabilizando a participação direta de travestis e transgêneros através do reconhecimento da identidade autorreferida na esfera democrática institucional, potencializando as vozes e discursos dessa população dentro de espaços políticos estratégicos, sem o intermédio e/ou tradução por meio de grupos hegemônicos. Os principais veículos de comunicação do país já alertam para um número maior de travestis e transgêneros como candidatas à cargos políticos no Brasil em 2020, baseando-se em análises feitas por grupos de ativismo trans centrado que indicam que mais de 270 (duzentos e setenta) candidaturas foram lançadas nas eleições municipais em todo o país, sendo este um número três vezes maior que o ano de 2016 (quando não era possível o uso do nome social e candidatas tinham expostos seus nomes civis) (RUPP, 2020).

Desta forma, torna-se relevante uma análise pormenorizada desse fenômeno multicausal dado pela ampliação da participação política institucional de pessoas travestis e transgêneros no Brasil. Assim, será através dos próprios pleitos e discursos das candidatas, a partir de suas filiações partidárias, afirmações políticas e propostas legislativas, com particular interesse no que tange ao tema da saúde, que poderemos apreender a dinâmica rumo à representatividade institucional e autoprocamação civil dessa população, considerando não mais fazer política para excluídos, mas garantir a inclusão destes na prática cotidiana do fazer coletivo.

### 3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

#### 3.1 POR QUE GÊNERO IMPORTA?

Como ponto de partida, inicio essa jornada rememorando a filósofa Simone de Beauvoir, que em 1949 publica seu livro - O segundo sexo -, onde apresenta uma argumentação sociopolítica sobre as diferenças entre os dois sexos biológicos por ela considerados, e demonstra tensões que determinam a perdurável soberania dos homens ante à privação da liberdade subjetiva, social e política da mulher. Para tal, analisa cenários de civilizações de tempos remotos descritos por etnógrafos, e conclui:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. (BEAUVOIR, 1949, p. 87).

A autora afirma que a análise sobre o “feminino” se dá de forma comparativa e correlacionada a um referencial, o “masculino”, o homem como um sujeito neutro, absoluto; e a mulher, o “outro”, o “objeto”. Beauvoir declara que a circunscrita posição social da mulher não se justifica em sua fisiologia (ainda que não descarte a relevância do sexo biológico na perspectiva política de organização social e manutenção patriarcal), ao dissolver intensos biologicismos que relacionavam de forma causal o sexo a valores e códigos sociais da mulher do final do século XIX. Beauvoir então nos apresenta o questionamento existencialista do que é ser uma mulher, desenvolve análises em busca de uma resposta, encontrando uma variedade de formas que atribuem (ou não) essa identidade ao sujeito. Assim, compreende que nem toda “fêmea” é considerada uma mulher, indicando que apenas a biologia não lhe garante acesso a este lugar, sendo necessário construir-se como mulher, colocar-se nesta posição, fazer-se. “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (BEAUVOIR, 1949, p. 12). Segundo a autora, sexo e gênero são distintos. O sexo, algo biológico-natural, não contestado, enquanto o gênero é a construção dos significados culturais em um corpo, significados estes que atendem às expectativas para cada sexo.

Sua teoria se amplificou para além da academia: a posterior onda do movimento feminista é evidentemente influenciada por sua obra, e tem como um de seus objetivos dissociar marcadores biológicos no corpo da mulher e apresentá-los como construções sociais que ocultam objetivos hierarquizantes para controle de seus corpos. Com a intensificação dos

estudos feministas, a disseminação desta conceituação de gênero culmina na percepção de que tal construção social se prescreve a todos os corpos, assim, os estudos sobre mulheres e a construção de seu gênero não poderiam desconsiderar também a posição do homem e a construção de seu gênero, reforçando cada vez mais a não relação do sexo biológico no processo de construção dos gêneros, concebendo então uma classe analítica mais ampla que impactaria decisivamente no avanço dos estudos deste campo (SCOTT, 1995).

Quase 40 anos depois, em 1990, a filósofa Judith Butler versa sobre a contribuição do feminismo às discussões de gênero e inicia seu ensaio analisando argumentos de obras de diversos autores como Kristeva, Irigaray, Foucault, Freud, Wittig e Beauvoir. Em suas primeiras páginas já se pronuncia sobre a diferenciação de sexo e gênero, apontando sua importância na compreensão de um gênero vivo, construído culturalmente. E na progressão dedutiva dessa premissa ela vai além, e desfaz a subentendida relação entre sexo e gênero ao concluir que um gênero não possa decorrer exclusivamente de um dado sexo, e que seria o gênero uma construção passível à multiplicidade e subversão.

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo como o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. (BUTLER, 2020, p. 26).

Nesta análise Butler se baseia na inferência de autoconstrução do gênero feita por Beauvoir, e apesar de expressar concordância com este e alguns outros elementos apresentados pela autora, como contestar o determinismo biológico, expor o gênero como um resultado de uma construção cultural, entre outros; ela tece algumas importantes discordâncias, como ao aspecto transcendente e existencialista atribuído ao sujeito, à composição passiva e pré-designada de gênero, o não detalhamento das formas possíveis de se construir e reproduzir o gênero, entre outros. No entanto, é reexaminando a obra de Beauvoir que surge uma grande polêmica, justificando-se, talvez, pela importância de seu conteúdo ou, segundo Butler, pela necessária superação conceitual rumo a um “pós-feminismo” (FEMENÍAS, 2012). E é sob uma profunda análise e problematização do conceito de gênero nestes termos beauvoirianos que Butler acaba por questionar a rigidez interpretativa do sexo.

[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2020, p. 27).

Desta forma, ela busca desnaturalizar o caráter biológico do sexo, assumindo-o também como uma construção social que se manifesta em distintas camadas discursivas e performativas.

Butler (2020) sinaliza que a investida feminista em uma unidade identitária do sujeito mulher baseada no gênero como construção social, seria justamente o limitador desta aspiração uníssona (fato até então imprevisível pelas feministas da época, segundo a autora). Se o construto gênero pode ser expresso por um corpo sexuado qualquer e, por outro lado, o sexo também não se apresenta de todo preciso e fixo nas definições dos corpos, torna-se possível afirmar que ambos sejam construtos sociais, não havendo diferença entre suas concepções, portanto, as inúmeras possibilidades de arranjos de um corpo, desfragmentam qualquer unidade que se alicerce em sexo ou gênero fixos.

Alinhadas às percepções beauvoirianas iniciais aqui apresentadas, ao revisar a obra de Monique Wittig, Butler (2020) enfatiza a utilização do sexo como ferramenta política. Não à toa o sexo foi alicerçado à natureza, como algo orgânico e imutável. Mas é na observação do sexo enquanto categoria linguística com um adensado sistema de significados corporais que esse mecanismo de dominação se torna ainda mais aparente: o sexo como um uso político da natureza, com a finalidade de atender aos propósitos da reprodução humana e manutenção econômica das sociedades, o que compõe a denominada matriz heterossexual binária. Haveria, no entanto, segundo Wittig, formas de subversão a esta matriz, como a homossexualidade, que se localiza para além da norma imposta e não se condiciona ou se organiza por ela, ainda que continue, sobre eles, opressões e tentativas de dominação e doutrinação pela categoria sexo.

Não obstante, Butler adverte que essa distinção, hetero-homo, ainda opera sobre um mesmo denominador: o sexo. Homens, homo ou heterossexuais, assim como mulheres, homo ou heterossexuais, mesmo contra hegemônicos quanto à sexualidade, encontram-se todos sobre a normatividade das associações produzidas entre um dado sexo resultando em um dado gênero (o que vamos, a partir daqui, conceituar como cis normatividade), enquanto um outro grupo de sujeitos de fato subvertem esta norma.

### 3.2 APAGAMENTO HISTÓRICO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Em uma sociedade fortemente estruturada e enredada na lógica binária e, muitas vezes, obtusa pelas forças que a produzem e a mantêm, o convite a um reexame crítico das normas que operam o sexo e o gênero carregam potencial de gerar repercussões no meio social. A exemplo, a obra de Beauvoir (*O segundo sexo*), que após grande repercussão vira substância de análise e fundamentação à segunda onda do movimento feminista. De forma semelhante, a obra de Butler (*Problemas de gênero*) também repercute por seu caráter contra normativo. Entretanto, sob novos contextos histórico-sociais como as contemporâneas formas de transferência de informações através da internet, a retomada de grupos políticos conservadores, a ascensão de governos teocráticos, o fortalecimento de antiquadas e repressoras concepções de moralidade, a fragilidade na garantia dos direitos humanos, o uso político das *Fake News*<sup>3</sup>, dentre outros, resultam em um cenário profícuo para que o conservadorismo imprima nas discussões e análises sociais sobre gênero uma ameaça aos seus valores morais e crenças fundamentalistas.

Em consequência surge, segundo Miskolci e Campana (2017), a expressão “ideologia de gênero”<sup>4</sup>, que cunhada pela Igreja Católica em 1997, buscava descrever como uma “doutrina” a tentativa de amplo debate de questões como a saúde reprodutiva de mulheres, sexualidades, educação sexual, etc. Essa argumentação foi reunindo outros setores conservadores da sociedade e enquanto sua divulgação causava certo pânico moral na população, se fortalecia enquanto ferramenta política.

Não demorou para que Butler fosse apontada pelos conservadores como o núcleo do problema. Segundo eles, a “ideologia de gênero” era responsável pela corrupção moral dos jovens ao produzir uma popularização da homossexualidade e da transgeneridade, o que explicita uma recusa em reconhecer a existência de sexualidades e identidades não convencionais, exceto para patologizá-las. As duas visitas de Butler ao Brasil foram marcadas por ostensivos protestos e até a realização de um abaixo assinado com centenas de milhares de

---

<sup>3</sup> *Fake News* em justa tradução significa notícia falsa. Segundo Frias Filho (2018), é caracterizada como um diferencial instrumental que é capaz de reproduzir e disseminar informações falsas com robustez, amplitude e velocidade.

<sup>4</sup> “Ideologia de gênero” é um termo cunhado e difundido pela igreja católica que rapidamente se propagou entre os grupos sociais mais conservadores, por onde afirmam que estudiosos de gênero e quaisquer setores da sociedade que coadunem com a inclusão da diversidade sexual e de gênero em suas pautas têm como finalidade doutrinar a população enquanto altera as estruturas morais e ameaçam toda sociedade (MIKOLSCI; CAMPANA, 2017). Cabe ressaltar que o uso do termo tem cunho pejorativo e que não passa de uma manobra teórico-política em reação aos avanços registrados no campo dos direitos da mulher, sexuais e reprodutivos, da diversidade sexual e dos direitos humanos.

assinaturas que visava coibir sua vinda. Em matéria da BBC News<sup>5</sup>, Butler afirma “Sou vista como a fundadora do conceito ou sua principal representante [...]” (BARIFOUSE, 2017, online), demonstrando sua percepção sobre o que ela representa a estes grupos.

O jornalista e tradutor Bernardo Pires Küster, de 30 anos, se identifica como um dos criadores da petição e diz em uma postagem recente no Facebook, onde tem 38 mil seguidores, que "muitos combatem apenas os efeitos da ideologia de gênero, e não sua principal causa: a filósofa americana Judith Butler". (BARIFOUSE, 2017, online).

Tal consideração nos permite pressupor que, talvez, um número significativo de pessoas que apoiam e compõem os movimentos conservadores desconheça o extenso acúmulo de evidências antropológicas e historiográficas que remontam, desde a antiguidade, às práticas homossexuais e a existência de pessoas subvertendo formas predominantes de identidades e sexualidades sem que fossem condenadas à margem social, pelo contrário, muitas delas possuíam importantes funções sociais. Contudo, ainda que tais práticas e identidades não hegemônicas tenham sido observadas e compreendidas como uma natural variação das expressões das relações afetivo-sexuais humanas por todo percurso de nossa história (FREUD, 1996), é relevante ressaltar que a construção da homossexualidade e da transgeneridade enquanto construção identitária subjetiva é uma produção da modernidade (FOUCAULT, 1988). A homossexualidade e a transgeneridade como conhecemos hoje, por formas e performances que se inscrevem linguística, imagética e subjetivamente em um corpo social resultam diretamente das práticas, das configurações sociais e espaciais que foram experimentadas ao longo dos tempos e destas que experimentamos hoje.

Importante ressaltar que à conveniência do Estado, da Igreja e do capitalismo se consolida a estrutura familiar patriarcal e monogâmica (ENGELS, 1884), o que localiza a heterossexualidade como alicerce crucial desta estrutura, sendo naturalizada e, muitas vezes, até normatizada. Desta forma, observa-se uma importante recusa e apagamento histórico das diferentes relações afetivo-eróticas-sexuais nos *habitus* de sociedades anteriores, pois como sabemos, a história se constrói através da visão de quem detém o poder, sendo um retrato de suas concepções morais, crenças, convicções e idealizações. É possível, ainda, antever à heterossexualidade uma determinação que diferencia biologicamente os corpos e opõe os sexos, sendo efetivamente o primeiro estágio a engendrar e permitir as demais estruturas de

---

<sup>5</sup> Departamento responsável pela área de jornalismo e notícias dentro da British Broadcasting Corporation (BBC), que é uma corporação pública de rádio, televisão do Reino Unido fundada em 1922. Possui boa reputação nacional e internacional.

controle e uniformização dos corpos que, segundo Foucault (1988), se caracteriza como um dispositivo de biopoder.

### 3.3 CORPOS SUBVERSIVOS: TRANSEXUALIDADES

A partir de uma narrativa descritiva sobre os corpos, Laqueur (1996) nos apresenta achados que lhe permitem considerar a gênese da diferença dos sexos e da consequente binaridade homem e mulher. O autor inicia seu percurso buscando demonstrar que em um período consideravelmente curto, de 50 anos, a concepção sobre os corpos teve uma drástica mudança. Em linhas gerais, afirma que no século XVIII o modelo científico dominante na leitura dos corpos era um modelo de sexo único, onde o corpo da mulher era visto tal qual o corpo de um homem, apenas diferindo quanto à localização dos órgãos sexuais e reprodutores, sendo a mulher um homem ‘invertido’ biologicamente e inferior na concepção estética, estando ela em menor grau de evolução. Os ovários seriam a representação dos testículos. O canal vaginal, um pênis introjetado, e daí por diante.

Quanto às diferenças de posição, função e significado sociais, essas se associavam a diferenças metafísicas, e não ao corpo, o que nos exige até certa abstração para materialização dessa realidade, posto que na atualidade, grandes âncoras sociais de sexo e de gênero se colocam essencialmente nas diferenças corporais. Laqueur (1996) nos conta a história de um monge que se relaciona com uma mulher em coma, e a engravida, colocando em dúvida a crença da época de que a concepção era somente realizada com o alcance do orgasmo feminino. Tais mudanças na concepção social sobre o corpo da mulher, simultaneamente ao fortalecimento do iluminismo e sua nova forma de fazer ciência, fazem as diferenças se estenderem das partes sexuais para todo corpo, distanciando-os de tal forma a instituir que homens e mulheres são de sexos diferentes, tão diferentes que chegam a se opor, o que provoca uma deliberada fabricação de dois corpos distintos.

Como nos aponta Alzguir (2008), em sua releitura da obra de Emily Martin<sup>6</sup>, “[...] valores culturais mais amplos se inscrevem nos discursos médicos [...]”. Faz-se necessário enfatizar que estes “valores culturais mais amplos” não se estendem a todas as narrativas de realidade material e imaterial, mas sim, essencialmente, àquelas que narram uma realidade específica: a hegemônica.

---

<sup>6</sup> A referida obra é o livro intitulado “A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução”, publicado pela editora Garamond, em 2006. Emily Martin é uma sinologista, antropóloga e feminista. Atualmente é professora de antropologia sociocultural na Universidade de Nova York.

Por volta da segunda metade do século XVIII, as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, mediante o uso do discurso científico. (BENTO, 2008, p. 25).

Ou seja, após o século XVIII, a forma como a ciência médica se debruça sobre a questão da diferenciação dos corpos projeta uma nova e oportuna concepção social sobre os dois sexos. As evidências produzidas não só sustentam essa diferença, mas também uma congruência entre pênis, homem e masculinidade, entre vagina, mulher e feminilidade. Mas certas formas outras de viver, personificar e ser reconhecido por um dado sexo sem satisfazer essa congruência foram registradas de distintas formas em distintas sociedades. As Hijras, na Índia, e as Khaniths, na Arábia, formam comunidades sociais e espirituais e são consideradas como representações de um terceiro gênero desde os tempos antigos. As Kathoey, na Tailândia; na Albânia, as virgens juramentadas; na América do Norte, as Berdache. Entretanto, a ciência médica e sua forte obstinação pela métrica, pela identificação de padrões, pela sistematização, categorização, e sob uma perspectiva biológica dos corpos; foi cada vez mais desconsiderando a imaterialidade e a metafísica na composição dos seres e de seus distintos (possíveis) formatos.

O decorrer dos séculos XIX e XX garantiram profundas mudanças no percurso da humanidade, como o estabelecimento e vertiginoso avanço do capitalismo e da globalização, a expansão da lógica neoliberal, a ampliação das desigualdades sociais, o fortalecimento do fundamentalismo religioso e político; e que produziram uma experimentação e, me atrevo dizer, exploração de infinitas formas de sustentar e estabilizar a diferença dos corpos e a cis normatividade através dos ‘papeis sociais’ (PISCITELLI, 2009) atribuídos aos dois gêneros consideráveis. É possível observar um recorte ideológico predominante para cada gênero nas mais distintas formas: condutas, ritos, costumes, expressões, ações, bens, produtos, serviços, etc., que se valem ora da biologia dos corpos, ora das características de personalidade e gosto dicotomizados. Assim, estes “papéis de gênero” se caracterizam como marcadores sociais que classificam e hierarquizam elementos (naturais ou sociais) afim de que se construam sentidos uníssonos sobre os gêneros que servirão como indícios públicos e visíveis da esperada correspondência sexo-gênero.

Desta forma, todos estes discursos normatizadores sobre os corpos e suas identidades concebem, segundo Butler (2020, p. 42, grifo da autora), limitadas formas de compreensão de identidades “[...] as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.” Os indivíduos são



apresentados e convocados a uma determinada forma de construção da subjetividade e identidades de seus corpos. Mas este processo de produção de signos não consegue uma unanimidade. Logo, toda e qualquer dissidência e incongruência “não-inteligível” é conseqüentemente categorizada como incógnita. A socióloga Berenice Bento (2008) registra que foi em meados do século XX que a medicina se debruça sobre essa incógnita, e pela ausência de evidências clínicas para responder às razões dessas existências, se reúne às ciências “Psi”<sup>7</sup>, produzindo uma forma diagnóstica para estes corpos que, paradoxalmente, se baseará na norma hegemônica de gênero para determinar e validar o gênero daqueles que questionam sua própria identidade de gênero.

“Na condição de ‘doente’, o centro acolhe com prazer os habitantes da margem para melhor excluí-los” (BENTO, 2008, p. 22, grifo da autora). Esta passagem de Berenice Bento nos convida à compreensão de que os sujeitos dissidentes são intencionalmente postos à margem social, ainda que não devam ser totalmente excluídos para que não se esquivem do subjugo normativo que lhes deve imperar. E para tal, há de ser posto algum nível de inclusão que os condicione a permanecerem sob o controle e assujeitamento das normas. Mas para que esta inclusão não aparente uma aceitação, ao passo que não represente uma ameaça ao sistema, e que esteja sempre sob a percepção da inconveniência; é fundamental “adoecê-la”. O endocrinologista estadunidense Harry Benjamin esteve inclinado sobre a questão, e em 1966 publicou seu livro intitulado “O fenômeno transexual”, onde assegurava que através da observação da persistente inversão do papel de gênero em relação ao sexo anatômico e da grave insatisfação e conflito dados pela convicção de pertencer ao sexo oposto, caracterizava um distúrbio da identidade sexual, afirmando ser possível diagnosticar o “verdadeiro” transexual quando, para este, as demais psicoterapias não obtivessem sucesso em sua adequação ao seu sexo biológico. Desta forma, a pessoa transexual só alcançaria a cura através de uma cirurgia de transgenitalização que remediaria, segundo o médico, o “horror” que estes sujeitos sentem pelo seu próprio corpo, construindo a concepção de que a transexualidade estava diretamente relacionada a esta condição, o que seria posteriormente denominado pelo psicólogo John Money<sup>8</sup> como ‘disforia de gênero’. Importante ressaltar que os profissionais das ciências “Psi” sustentavam uma oposição à indicação de cirurgias como propostas terapêuticas (BENTO, 2008).

---

<sup>7</sup> Agrupamento das três ciências que atuam no campo das subjetividades: a psicologia, a psicanálise e a psiquiatria.

<sup>8</sup> John Money, psicólogo, sexólogo, especializado em pesquisa de identidade sexual e gênero, professor emérito de pediatria e psicologia na Johns Hopkins University, onde fez parte da Clínica de Identidade de Gênero. Recebe, na literatura médica e de gênero, o crédito do pioneirismo a defender a identidade de gênero.

Portanto, podemos observar a estrutura normativa binária dos corpos e dos gêneros e os comportamentos sociais construídos para cada um deles como condutores imperiosos das definições sobre a transexualidade, bem como é possível verificar o crescente apoderamento médico sobre a função de identificar e recuperar estes indivíduos, oferecendo-lhes uma desejada inteligibilidade social, enquanto os condiciona pelo sistema binário, que é, na verdade, o próprio sistema que os posiciona na anormalidade.

Ainda que reconheçamos criticamente a problemática que a patologização representa a estes corpos, é essencial considerarmos uma sutil ambiguidade que este processo lhes garantiu. Fruto de uma argumentação bem mais contemporânea nota-se que advém da criação de uma categoria nosológica o primeiro lugar social ofertado a esses corpos. O direito de existir passa a ser reconhecido quando a dissidência daquele corpo deixa de ser uma opcional subversão à norma e passa a ser considerada e condicionada pela saúde. Ainda que sob a ótica patológica, e em um caminho contrário à integralidade, é através deste processo e deste novo reconhecimento social que estes indivíduos se veem diante da admissão de sua cidadania.

### 3.4 DA DOENÇA À EXISTÊNCIA COMO SUJEITO SOCIAL

Quando sobre a transexualidade (à época, transexualismo), recaíram certificações nosológicas por instituições de todo o mundo como, em 1966 pelo *Hospital Johns Hopkins*; em 1969 pela *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (HBIDGA) em sua publicação de normas de tratamento de relevância internacional; em 1980 a inclusão de uma seção sobre distúrbios de identidade de gênero na terceira edição do seu *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (DSM) pela Associação Psiquiátrica Americana (APA); em 1990 pela OMS em sua Classificação Internacional de Doenças na 10ª (décima) edição (CID-10); a percepção sobre a prática de cirurgias de redesignação sexual tornou-se cada vez mais difundida e organizada através de bases e diretrizes operacionais, diagnósticas e terapêuticas, prescrevendo a diversidade entre sexo e gênero a uma orientação biológica e patologizante (BENTO, 2008).

No Brasil, antes de qualquer normativa acerca de procedimentos de redesignação sexual, o cirurgião plástico Roberto Farina realiza em 1971, na cidade de São Paulo, o primeiro procedimento do tipo no país. Waldirene Nogueira, paciente que, diagnosticada com disforia de gênero, teve a cirurgia indicada como solução terapêutica. No entanto, quatro anos depois Waldirene solicitou ao Tribunal de Justiça de São Paulo a retificação de seu nome e gênero em seu registro civil, que fora negado. Tal processo garantiu visibilidade ao caso e,

por sua ilicitude à época, um processo judicial fora instalado. Houve uma expressiva repercussão na comunidade científica internacional, a exemplo do médico John Money, da Escola de Medicina da Universidade *Johns Hopkins*, que escreveu à justiça brasileira prestando solidariedade ao médico Farina e à Waldirene. Muitos outros renomados profissionais e instituições pioneiras voltadas ao atendimento de transexuais consideraram o processo instaurado como um retrocesso da justiça e da sociedade brasileira para com esta população, até então, admitida e considerada por sua doença mental. Anos depois Farina foi absolvido das acusações (ROSSI, 2020). Desde o episódio, a cirurgia de redesignação sexual foi considerada pauta na agenda da saúde pública, e posteriormente debatida pelo Estado e órgãos de representação profissional, buscando a atualização frente às normas, protocolos e diretrizes internacionais a fim de regulamentar terapêuticas indicadas no diagnóstico do “transexualismo”.

Como resultado da progressão das discussões e considerações sobre as emergentes demandas da transexualidade, em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) autorizou, através da Resolução nº 1.482/97, a título experimental, restrita a hospitais universitários ou públicos adequados à pesquisa, a realização da cirurgia de transgenitalização. Em 2002, a Resolução nº 1.652 do mesmo órgão impõe que a realização do procedimento cirúrgico deve, obrigatoriamente, considerar um período de dois anos para o acompanhamento multiprofissional do paciente com uma equipe composta por um médico, psiquiatra, cirurgião, psicólogo, endocrinologista e assistente social (GALLI *et al.*, 2013). Em 2008, o MS através da Portaria nº 1.707 institui o processo transexualizador no âmbito do SUS, incluindo em seu escopo também o tratamento hormonal, ambos, destinados exclusivamente a pessoas transexuais. No ano seguinte, o mesmo órgão institui a Portaria nº 1.820, que assegura o direito do uso do nome social a todos os usuário do SUS, o que confere importante avanço no acesso não discriminatório aos serviços como a cirurgia de redesignação e a hormonioterapia que, para esta população, representa a materialização da possibilidade de auto identificação e pertencimento social.

A estrutura médico-hospitalar regularizada amparando a execução dos procedimentos de redesignação sexual e sua institucionalização no sistema de saúde brasileiro se registram como fatores que proporcionaram a expansão do número de cirurgias realizadas. Um maior número de transexuais submetidos à cirurgia se viam sob a iminência de uma nova e diferente experimentação e reconhecimento social de sua existência conforme sua autopercepção. No entanto, as leituras sociais sobre os corpos não se limitam à conferência de seus órgãos sexuais, e se estendem sob campos simbólicos e subjetivos que se entrelaçam por todo corpo e

modus do sujeito. Sendo assim, um indivíduo transexual após submeter-se à cirurgia, não possui garantias de que irá atender às exigências de correspondência e adequação aos padrões sociais e, ainda que atendam, sempre estarão sujeitos às conferências e validações de seu gênero, sendo esse atendimento às expectativas sobre o gênero contemporaneamente denominado pelo movimento Trans como passabilidade<sup>9</sup>.

Outro fator de relevância neste cenário se refere a um marcador de gênero específico: o nome. Todo indivíduo que se submetia à cirurgia de redesignação sexual e buscava por essa passabilidade, encontrava em seu nome uma importante barreira no desempenho de sua vida comum, afinal, documentos que registram nossa identidade são comumente utilizados para inúmeras finalidades. Como medida alternativa, (inclusive utilizada por Waldirene) empregava-se a interpretação da Lei dos Registros Públicos nº 6.015 de 1973, que assegura a possibilidade de alteração de prenome quando constatado sua capacidade de submeter seu titular a situações vexatórias. Isso se ajustava de forma oportuna ao caso da pessoa transexual que expunha a violência ao ser condicionada à utilização de um nome que não mais reflete seu gênero. Mas para tal usufruto, o indivíduo via-se obrigado a judicializar o pedido de alteração, processo esse que conferia altas custas ao solicitante, além de expô-lo a discriminações e preconceitos que o poder judiciário, como a sociedade da época, não haviam superado.

Mesmo diante de consideráveis avanços, alguns obstáculos, teóricos e práticos, se apresentavam quanto ao acesso e ao processo dos serviços oferecidos à população transexual. Primeiramente cito a concepção patológica sob a qual operava. E somente em 2018 (10 anos após o SUS introduzir a cirurgia de redesignação nos serviços), a OMS manifesta a compreensão da necessidade de retirar a transexualidade da classificação de transtornos mentais, oficializando em 2019 sua inclusão como condição relacionada à saúde sexual e a classificando como incongruência de gênero (BENITO, 2018), reforçando a característica subjetiva da identidade de gênero humana. Mesmo após a manifestação de um organismo de máxima importância no campo da saúde como a OMS, a alegoria da doença e da

---

<sup>9</sup> O termo passabilidade deriva do termo em inglês *Passing*, que em tradução literal significa passagem. Historicamente este termo fora utilizado para referir-se a pessoas afro americanas que, por características étnicas e de cor de pele não acentuadas, eram eventualmente consideradas pertencentes a outro grupo racial. Afro americanos, mestiços e pessoas birraciais que ‘passavam’ despercebidos em uma sociedade branca, racista e segregacionista obtinham acesso a condições que lhes seriam negadas caso sua identidade étnico-racial fosse questionada. Neste mesmo conceito a expressão passabilidade é também aplicada a questões outras como classe social, deficiências, sexualidade, gênero, dentre outras. Para a população travesti e transgênero o termo carrega como referencial o atendimento às normas hegemônicas de congruência gênero-corpo-papel de gênero bem como a interpretação e inteligibilidade social destes corpos. Para um corpo travesti ou transgênero, quanto maior a sua integração despercebida em meio à população cisgênero, maior a sua passabilidade.

anormalidade que recaem sobre estes corpos ainda permanece enraizada no imaginário coletivo em que estão assentadas as estruturas dos serviços de saúde, seus trabalhadores e profissionais, sinalizando uma necessidade de estratégias institucionais e governamentais para a superação social deste preconceito.

Em segundo lugar, e de forma relacionada, cito a concepção diagnóstica realizada. Pessoas transexuais são interpretadas sob a perspectiva cisgênera e binária. O acesso aos serviços e procedimentos de mudanças corporais oferecidos pelo SUS está condicionado a um processo diagnóstico que tem por base a idealização do corpo cis gênero e o atendimento aos estereótipos binários e seus respectivos papéis sociais, e possui o objetivo de produzir a correspondência entre sexo, identidade de gênero e expressão de gênero<sup>10</sup> (ALMEIDA; MURTA, 2013). O atendimento a essa correspondência através da completa transição e recaracterização do corpo pode ser, e é, uma necessidade para muitos transexuais, contudo, não pode ser generalizada e servir de arquétipo ou condição necessária à concessão dos procedimentos.

Existe diversidade também nas necessidades de produção e ressignificação corporal entre as pessoas transexuais. E para aquelas que eventualmente não apresentem uma coesão com a norma cis gênero estas condições se apresentam como empecilhos diagnósticos, enquanto para o sistema se afirmam como uma importante limitação à diversidade que se propõe garantir. A comunidade transexual contemporânea vê nessa discussão uma efervescente questão teórica e empírica, onde persistem algumas discordâncias, mas em sua grande maioria, concordam que a disforia de gênero não deve ser caracterizada como critério essencial na concepção da transexualidade, e que as multiplicidades nas relações dos indivíduos com seus corpos demandam, ainda mais, por uma forma de atendimento igualitário e integral onde as particularidades e subjetividades sejam respeitadas sem que isso confira a hesitação profissional e diagnóstica quanto a autoafirmação da identidade transexual e os torne ineleáveis às intervenções oferecidas.

Evidente que os dispositivos de acompanhamento multiprofissional devam ser cada vez mais qualificados e sistematizados para garantir a segurança e a sobriedade na decisão de um processo complexo, arriscado e financeiramente custoso ao sistema de saúde. Mas é fundamental que as práticas de acompanhamento dos casos se destituam de uma posição centrada em padrões e normas heterossexuais e cisgêneros para uma verdadeira compreensão e escuta das subjetividades identitárias dos sujeitos. Outro ponto a ser aqui demarcado se

---

<sup>10</sup> Entende-se por expressão de gênero as múltiplas formas de personalizar representações e signos culturais que possam manifestar uma identidade de gênero (JESUS, 2012).

direciona à compreensão de que as necessidades de saúde desta população não devem ser limitadas ou enquadradas apenas pela ótica da demanda pelos processos transexualizadores. As pessoas trans encontram-se, muitas vezes, em condições de extrema vulnerabilidade psíquica, física e social, com dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde, o que demanda uma sensível e articulada rede de acolhimento e assistência social a fim de garantir a integralidade de seu atendimento com um alcance qualificado e ampliado de suas necessidades.

É inegável que o atual cenário que assegura o processo de redesignação sexual representa uma conquista importante e valiosa tanto para o reconhecimento institucional da diversidade de identidades, quanto para o compromisso do Estado em reconhecer e atender essa demanda como uma questão social para uma população estruturalmente vulnerabilizada. No entanto, limites ainda precisam ser superados, e vão muito além de balizas técnicas ou financeiras. Grande parte dos desafios colocados se relacionam intimamente com as concepções sobre as identidades de gênero sendo cotejadas sob referenciais hetero cis normativos, como antes já mencionado. Mas acrescento a esta arguição outro ponto de insuficiência que requer atenção. Para além do diagnóstico cis centrado que limita o acesso aos serviços, outra importante restrição é praticada. A hormonioterapia e a cirurgia de redesignação se restringem à população transexual, excluindo travestis e outras identidades não binárias que, enquanto integrantes da população transgênero, também descrevem com alguma frequência a disforia de gênero, se tornando demandantes em iguais direitos das intervenções corporais oferecidas, mas que não são consideradas pelos mesmos critérios que os indivíduos transexuais. A diferenciação observada nesse consentimento pode ser atribuída à perspectiva binária na qual a medicina está fundamentada. Compreendem, ainda que tardia e limitadamente, o trânsito entre gêneros binários, no entanto, aos corpos que também demandam intervenções, mas que não buscam o enquadramento binário nem pretendem projetar-se nas expectativas cis normativas, essa demanda não se efetiva como uma necessidade de saúde ou direito. O que nos remonta à intencionalidade por detrás do acolhimento às dissidências, onde, notadamente imbuídos por concepções “curativas”, adestradoras e normatizadoras, buscam reposicionar, ao menos imageticamente, estas existências aos moldes hegemônicos.

Embora careça de avanços, a cirurgia de redesignação sexual enquanto política pública voltada à população transexual é, de fato, um importante marco na progressão da garantia de direitos dessa população. Contudo, em função das reflexões acima apresentadas, considero que esta prática deva ser interpretada sob uma perspectiva conjuntural. Ainda que para alguns

sujeitos transgêneros a disforia se apresente de forma independente da realidade social em que estejam inseridos, para outros, ela se apresenta profundamente relacionada às leituras sociais de seus corpos e subjetividades. As exclusões sociais que resultam da constante investigação e exclusão de seus corpos avolumam as necessidades de pertencimento e identificação. Muitos desses indivíduos consideram os processos transexualizadores como a única forma de alcançar uma existência, e que esta será concedida após uma “normalização”. Não que estes fatores sociais expliquem sozinhos a disforia tampouco a necessidade de intervenções que aproximem seus corpos de suas imagens autopercebidas. Há certamente uma multicausalidade, mas a “conduta social” para com estes indivíduos possui papel relevante na produção dos sentidos. É necessário que tomemos distância para uma ampla observação, e mesmo que estejamos envoltos por esta lógica binária, não podemos desatentar das forças e ardilosas estratégias que tentam manter projetos patriarcais, cis e hetero normativos que usurpam silenciosamente as diversidades enquanto propositalmente violentam os corpos não inteligíveis e/ou sem passabilidade.

Com essa narrativa não pretendo generalizar, invalidar ou até mesmo desqualificar as performances e necessidades subjetivas dos indivíduos que lançam mão de modernas ferramentas e tecnologias biomédicas como intervenções que reconhecidamente carregam o potencial de ressignificar existências e ampliar a qualidade de vida dos sujeitos. Mas busco problematizar especificamente o que impera sobre a leitura dos corpos até que a exclusão e a “anormalidade” se materialize. Não é possível que desconsideremos a realidade vivida por estes corpos marginalizados, o que torna a possibilidade de adequação algo ainda mais valioso enquanto uma política de saúde. Mas é necessária a reflexão sobre o sistema que de fato produz e opera as assimetrias corporais e identitárias como estrutura fundamental de poder.

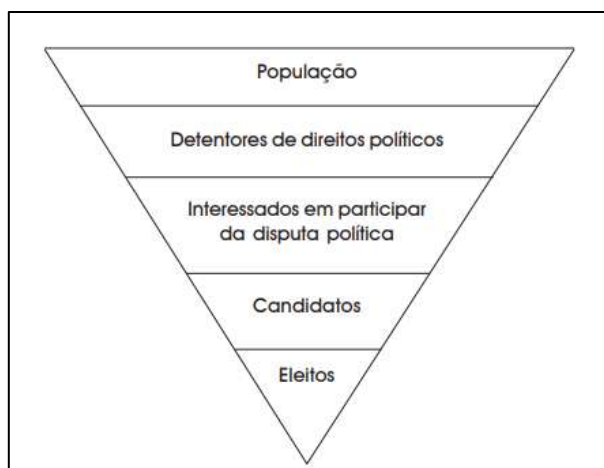
#### 4 CIDADANIA TRANS

Enquanto componente fundamental de uma democracia, a cidadania pode ser conceituada como uma condição igualitária dos sujeitos no exercício civil, político e social em uma nação e, é a partir dela, que se permite e se realiza a participação e consideração dos indivíduos em uma sociedade (FLEURY; OUVERNEY, 2014). No ato institucional em que se firma a democracia brasileira, é possível compreender, desde seu preâmbulo, a característica universalista e não discriminatória da premissa cidadã garantida a todo seu povo.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte. (BRASIL, 1988, art. 21).

Verifica-se, porém, uma distinção prática e sistemática de grupos minoritários, contra-hegemônicos e subalternizados, que se explica por diversas conjunturas. Questões socioculturais predominantes (MIGUEL; BIROLI, 2010), bem como as questões sociais produzidas pelas desigualdades provenientes da relação entre capital e trabalho (NETTO, 2001), culminam na centralização do poder enquanto segregam e excluem, social e politicamente, grupos populacionais. O primeiro obstáculo impeditivo à participação, segundo Miguel e Biroli (2010, p. 662), dá-se pelo acesso, limitado, aos direitos políticos, como demonstrado na Figura 1.

**Figura 1 - “Degraus” da presença política**



Fonte: Miguel e Biroli, (2010, p. 663).



A figura demonstra que cada estrato passa por um afinilamento e que, segundo os autores, se dá pela atuação de obstáculos que selecionam/excluem uma parcela de seus participantes, ilustrando que não é concedido a toda população o status de cidadão enquanto detentor de direitos políticos. A possibilidade de intervir no meio político não se apresenta de forma igualitária a todo cidadão, o que resulta na participação política de específicas categorias populacionais, da mesma forma, aqueles que conseguem se candidatar por atenderem critérios desde burocráticos a interesses sociais, econômicos e partidários. Por fim, como resultado dos pleitos, temos uma categoria ainda mais restrita composta majoritariamente por figuras hegemônicas.

Com papel importante na reivindicação de direitos de grupos minoritários temos os movimentos sociais que, protagonizados por indivíduos que se reconhecem e se organizam coletivamente, enquanto identidades socioculturais, conseguem maior visibilidade às demandas e necessidades dos sujeitos ao enfrentar e perturbar a inércia do poder (LOURO, 2013) junto a estruturas judiciais, legislativas e institucionais, reclamando a elaboração de políticas públicas fundamentais à garantia de uma justiça social. No Brasil, data dos anos 1970 o surgimento de movimentos sociais organizados que pautavam as diversidades sexuais, mais especificamente a homossexualidade. Inicialmente com forte atuação na denúncia de violências e violações de direitos dessa população, tais movimentos davam voz aos temas relevantes à época (incluindo a epidemia de HIV/AIDS) e buscavam a emancipação e ampliação das discussões sobre a diversidade sexual junto à sociedade brasileira.

O fortalecimento destes movimentos sociais e o surgimento de outros coletivos nos principais centros urbanos do país debatiam também a validade da filiação de seus líderes às organizações político-partidárias. Ponderam que, se por um lado se considerava a possibilidade de incorporar suas pautas nos espaços de disputa de poder, por outro, um perigo se apresentaria se condicionassem suas reivindicações aos interesses dos partidos, comprometendo a liberdade e independência do movimento a favor das diversidades (SANTOS, 2006).

Em uma análise regressiva podemos observar que, a cada ano, pautas relacionadas aos direitos da população LGBTQIA+ bem como representantes políticos pertencentes a este grupo tornaram-se mais presentes na história política brasileira. Em 2006, Santos (2006) traz em sua tese a voz de lideranças dos movimentos deste grande grupo identitário através de entrevistas semiestruturadas onde são questionadas as relações do movimento com o Estado e uma ampla gama de temas relacionados, reforçando o questionamento quanto ao apoio do movimento social aos representantes políticos LGBTQIA+.

Os entrevistados se polarizam. Uma parcela afirma que a identidade de gênero ou orientação sexual do candidato, por si só, não devem garantir o apoio do movimento à sua investida política, pois “... é melhor possuir um aliado com uma visão mais ampla dos problemas sociais do que um candidato homossexual com uma visão estreita das questões” (SANTOS, 2006, p. 98). Tal apreciação diz respeito, muitas vezes, à disposição teórico-política de alguns candidatos LGBTQIA+ que se alinham a partidos e causas conservadoras que vão na contramão das pautas defendidas pelos movimentos organizados em defesa dos direitos dessa população. No entanto, a outra parcela, sem desconsiderar a questão acima, afirma que é importante e significativo que o movimento apoie candidatos assumidamente integrantes do grupo LGBTQIA+ por garantir visibilidade à causa e seus temas, para criar uma frente opositora aos avanços conservadores e, principalmente, para que não se mantenham reféns exclusivamente do apoio de aliados. Eles afirmam “[...] uma coisa é eu ser aliado seu e entender a sua causa, outra coisa é eu estar dentro e ser objeto do preconceito, da homofobia [...]” (SANTOS, 2006, p. 97), ressaltando que a percepção de candidaturas cis normativas sobre a limitação de direitos e preconceitos vivenciados por esta população é extra corpórea, pois tais limites não operam sobre seus corpos e existências.

No entanto, enquanto registram-se avanços nos direitos, no reconhecimento da cidadania e na participação sociopolítica dessa população, obstáculos intragrupo são evidenciados. À sigla inicialmente organizada a fim de representar Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), foram se adicionando sexualidades e outras identidades minorizadas na sociedade, resultando neste grande grupo de diversidade identitária e sexual LGBTQIA+ que resiste frente aos moldes hetero cis normativos hegemônicos. Ainda que estejam todos reunidos sobre uma perspectiva social que os familiariza, existem diversas outras perspectivas sociais que os diferenciam e que os colocam em posições distintas de privilégio e/ou vulnerabilidade. A busca de uma unidade identitária de sujeitos (que não são e não serão uníssonos), quando desconsidera a interdependência das relações sociais através de categorias como gênero, raça, etnia, classe social, etc., está fadada a uma hierarquização e auto-segregação de seus próprios integrantes e tem comprometida sua potência representativa de identidades.

Segundo Kimberlé Crenshaw, advogada e teórica dos campos de raça e gênero, a percepção crítica sobre como operam as distintas classificações e percepções sociais excludentes sobre o indivíduo e que vão se adicionando e se sobrepondo de forma interrelacionada de forma a produzir desigualdades, é por ela identificada como interseccionalidade: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca

capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Neste sentido, é impossível dissociar da mulher lésbica, por exemplo, o ônus que nossa sociedade atribui à mulher. Ao contrário, nelas se sobrepõem a subversão da heterossexualidade e as opressões de gênero quanto a sua identidade de gênero, ao seu corpo e subjetividades. Portanto, ainda que integrantes de um grande grupo identitário quanto à sexualidade, sobre elas ainda permanecem atuantes opressões que as secundarizam frente às demandas e pautas de homens gays. Ademais, se as sexualidades homoafetivas, quando expressas por indivíduos cis normativos já se deparam com uma incompreensão social, como então são compreendidos os sujeitos cujos corpos não atendem à norma?

A interseccionalidade surge, inicialmente, sob uma perspectiva feminista. Contudo, é possível utilizá-la como instrumento de análise e aplicação em outras inúmeras esferas onde operem quaisquer sistemas de opressão, como por exemplo, no que tange à cis normatividade que também influencia na dinâmica de hierarquização das pautas intragrupo LGBTQIA+, como a pauta Trans. Ainda que existam demandas conjuntas, as especificidades da população representadas pela letra T exigem um esforço sobressalente para que sejam entendidas, acolhidas e respeitadas junto à sociedade e ao Estado.

O homem branco gay assumiu grande notoriedade no movimento pela liberdade e diversidade sexual, mesmo nos episódios onde a liderança partiu de outros grupos. A exemplo de Stonewall<sup>11</sup> que, para muitos é ilustrada no imaginário social como uma revolta liderada por homens gays de classes médias, enquanto na verdade foi , conduzida por mulheres transexuais não brancas, como Marsha P. Johnson, mulher trans preta e Sylvia Rivera, mulher trans latina. Hoje, ainda que não como idealizado, é possível constatar significativos avanços no reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+. Entretanto, é inegável que grupos de homens gays brancos, por exemplo, acessam e usufruem mais destas conquistas quando comparados ao acesso e ao verdadeiro usufruto de grupos de mulheres trans pretas, pois sobre elas se sobrepõem mais classificações discriminatórias.

Todos aqueles representados pela letra T (Transexuais, Travestis e Transgêneros) congregam um subgrupo que experimenta, com maior intensidade, opressões e violências de

---

<sup>11</sup> Em 28 de junho de 1969 em Manhattan, Nova York, EUA, uma invasão da polícia de Nova York ao bar Stonewall Inn, cujos frequentadores eram, em sua maioria, homens gays, travestis e *drag queens*, provocou uma onda de revolta na população LGBT. Naquela época, a homossexualidade era criminalizada nos Estados Unidos e a comunidade constantemente enfrentava uma série de arbitrariedades e violações de seus direitos civis. Por três dias o bar fora ocupado pelos manifestantes que enfrentaram a truculência policial, tornando o episódio um marco amplamente considerado como o movimento moderno de libertação e luta pelos direitos LGBT no país e no mundo (FERREIRA, 2016).

seus corpos e existências, pois a distinção destas pessoas se baseia em um leque ainda mais extenso de contrariedades às normas que imperam na sociedade. Mesmo sendo incompatível com a norma constitucional inicialmente citada neste capítulo, o Estado ainda pouco atua sobre os altos índices de violências e homicídios que vitimizam e reduzem drasticamente a perspectiva de vida dessa população (VIANA, 2018; BENEVIDES, 2020). Além disso, outros dados e estudos demonstram as limitações postas a estes sujeitos que diretamente ferem sua condição de cidadania, como no acesso e permanência no sistema educacional (CANTELLI *et al.*, 2019), no acesso e garantia da universalidade nos serviços de saúde (ROCON *et al.*, 2016), na participação sociopolítica (SANTANO; CASTRO, 2018), dentre outros. Tais limitações, ainda que não totalmente superadas pela população cis homossexual, se estabelecem em graus mais atenuados. Cabe ressaltar que falar sobre o privilégio de um grupo frente a outro, não significa desconhecer ou negar as opressões peculiares a cada grupo.

No que tange ao exercício político de travestis e transexuais, pauta central deste trabalho, a superação de algumas limitações já mencionadas deram base estruturante para outras conquistas. No dia 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.275, e dá procedência à substituição do prenome e sexo no registro civil à pessoa transgênero, sem a anterior condicionalidade de realização da cirurgia de redesignação sexual. São inegáveis as contribuições desta resolução como a não exigência diagnóstica, o direito antes concedido apenas a transexuais agora vê-se expandido a toda população transgênero e, a considerar as dificuldades e limitações no acesso aos serviços cirúrgicos e hormonioterápicos, como a extensa fila de espera (ROCON *et al.*, 2016), um número significativo de transgêneros que ainda anseiam pela cirurgia podem, então, ter uma parcela de sua demanda atendida através da retificação de seus registros.

No entanto, a grande burocracia e os altos custos conferidos ao processo de retificação documental são, segundo a advogada Maria Eduarda Aguiar, presidente da Organização Não Governamental (ONG) Grupo Pela Vidua-RJ e coordenadora do núcleo TransVida; limitações significativas à adesão da população (VASCONCELOS, 2020). Desta forma, a mencionada Resolução do TSE que reserva à pessoa travesti e transgênero o direito de utilização do nome social no cadastro eleitoral, torna-se uma ferramenta que as auxilia, simplificando, facilitando e ampliando o acesso aos seus dispositivos institucionais e democráticos até para aqueles que se veem impossibilitados à realização de sua retificação documental.

Com estas ampliações no acesso aos direitos civis, sociais e políticos, o Estado cada vez mais se compromete com a legítima necessidade de participação social desta população que há muito enfrenta a exclusão. Este novo arranjo de possibilidades faz emergir um cenário

que possibilita novas dinâmicas sociais, culturais e espaciais menos hostis às travestis e transgêneros, assim como pode ser um objeto de análise para as Ciências Sociais e Humanas a fim de apoiar e contribuir com o registro da história de luta e resistência da população T, para a posteridade.

## **5 OBJETIVOS**

### **5.1 OBJETIVO GERAL**

Conhecer a participação e o perfil das pessoas travestis e transgêneros na política institucional brasileira com particular interesse nas candidaturas que utilizaram o nome social nas eleições municipais no Brasil no ano de 2020.

### **5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Comparar os dados sociodemográficos das candidaturas;
2. Investigar propostas de governo e pautas abordadas pelas candidatas eleitas;
3. Buscar e analisar elementos relacionados à saúde da população travesti e transgênero contidos nas propostas de governo e pautas abordadas pelas candidatas eleitas.

## 6 MÉTODO

Este estudo é delineado por meio de uma investigação social que, através de uma análise documental, busca apreender a realidade social de travestis e transgêneros brasileiros no que tange aos limites para o exercício da cidadania em seu aspecto político-participativo resultante de questões de gênero relacionadas ao uso do nome civil. Em seguida, busco uma reflexão sobre alguns resultados obtidos considerando as mudanças sociais, jurídicas e legislativas que operam sobre essa realidade.

Em função das restrições impostas pelas medidas de combate à Covid-19 e a adoção de práticas que garantam o máximo de segurança durante o isolamento social, toda e qualquer fonte de dados utilizada nesta pesquisa foi acessada remotamente através da internet, e possuem o acesso público.

O desenvolvimento da pesquisa empírica pode ser dividido em duas etapas:

### 6.1 ETAPA 1

Nesta primeira fase da pesquisa, buscou-se uma análise das estatísticas eleitorais e dos dados das candidatas travestis e transgêneros no repositório de dados eleitorais, ambos referentes aos anos de 2016 e 2020, no sítio eletrônico do TSE. Posteriormente, foram levantadas instituições chave nas temáticas gênero, sexualidade, política e ativismo Trans, que possuíssem dados relevantes ao objeto de estudo, sendo elas a ANTRA e o *Sexuality Police Watch* (SPW). Os dados de cada candidata foram comparados e analisados segundo quatro categorias, sendo estas consideradas pelos critérios de relevância, acesso e divulgação irrestritos: gênero, idade, raça e escolaridade.

### 6.2 ETAPA 2

A segunda fase correspondeu à seleção das candidatas eleitas e à investigação de material de conteúdo político por elas utilizado em campanha como proposta de atuação, plano de ação, apoios, interesses, e qualquer elemento que possa ser vinculado à plataforma da candidata. A procura por estes materiais se desenvolveu inicialmente por serviço de busca GOOGLE, e somente apreciados quando situados em páginas ou redes pessoais e profissionais das candidatas, e/ou localizadas no sítio oficial do partido ao qual é filiada. Todos os dados foram analisados de acordo com sua relação com temas referentes à saúde de pessoas travestis e transgêneros.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As eleições municipais brasileiras são realizadas através de um sufrágio universal a cada quatro anos e busca escolher representantes para os cargos de gestão do município (prefeitura), e para a atuação no executivo da instância municipal (vereadoria). O sistema usado para eleger prefeitos é o majoritário, empossando o candidato que obtiver a maior quantidade de votos. Após eleito, o prefeito exercerá o comando da prefeitura do município por quatro anos consecutivos. Já para vereadores a eleição ocorre por um sistema proporcional que considera quocientes.

O Quociente Partidário (QP) que é a soma de votos válidos em um partido ou coligação, advindos do voto nominal e/ou na legenda; e o Quociente Eleitoral (QE) que é a soma de todos votos de uma eleição dividida pela quantidade de vagas disponíveis na câmara municipal. Ou seja, para expressar os resultados dos candidatos eleitos, primeiramente são verificados quais partidos políticos arrendaram o número mínimo de votos para concorrerem às cadeiras disponíveis, em seguida, quais partidos se consagram com maior número de votos, então se determinam a quantidade de vagas garantidas a cada partido em disputa, e por fim, há a seleção do número estabelecido de candidatos que, dentro daquele partido, reuniram a maior quantidade de votos (ROSA, 2015).

Na apresentação e discussão dos resultados obtidos nesta pesquisa, ambiciono, nesta primeira etapa, um confronto entre os dados levantados acerca das candidaturas de travestis e transgêneros nas eleições municipais brasileiras de 2016 e 2020, visando uma comparação entre o número de candidaturas, sua distribuição espacial no território brasileiro e suas características sociodemográficas.

Em um segundo momento, buscarei analisar as plataformas de ação das candidatas trans eleitas em 2020, no intuito de observar os conteúdos políticos relativos aos temas de saúde, direitos humanos, entre outros.

### 7.1 CANDIDATURAS

Como referência no ativismo trans, a ANTRA realiza desde 2014 um monitoramento que identifica e analisa as candidaturas trans por todo Brasil. No monitoramento das eleições de 2016, relatam 82 (oitenta e duas) candidaturas (80 vereadoras e 2 prefeitas), e disponibilizam uma lista com o nome, número de pleito, filiação partidária e identidade de gênero de 83 (oitenta e três) candidatas (81 vereadoras e 2 prefeitas). Diante desta pequena



inconsistência, procurou-se realizar, junto ao repositório de dados eleitorais do TSE, não só uma busca individual de candidatas, mas também uma conferência geral de candidaturas trans listadas na referida eleição.

Considerando que em 2016 não existia a prerrogativa do uso do nome social, o nome de urna<sup>12</sup> se apresentava como alternativa para candidatas transexuais e transgêneros serem associadas a um nome que lhes representasse social e politicamente, de forma íntegra e isonômica, em acordo com sua identidade de gênero, partindo do inegável pressuposto de que um nome também executa um importante papel como marcador de gênero nas relações sociais e possuem, em nossa sociedade, um vasto e sólido delineamento binário. Com base nesta conclusão, torna-se possível, então, através da lista disponibilizada pelo TSE com todas as candidaturas, filtrar as categorias gênero, nome civil e nome de urna, e realizar uma investigação confrontando-as. Por todo exposto anteriormente, descarta-se a intencionalidade no uso de nome de urna que expresse gênero distinto do nome civil por pessoas cisgêneros.

Após selecionadas as inscrições que atendiam a este método, fora considerado a necessidade de contabilizar pessoas transexuais que já possuíam em seus documentos a retificação de gênero, e que assim, escapariam ao método proposto. Pela inexistência de categorias disponibilizadas pelo TSE que ressaltem a particularidade da identidade de gênero das candidatas, fora considerada a lista fornecida pela ANTRA, buscando as candidatas individualmente junto à lista do TSE para simples conferência e inclusão de dados.

A investigação por estes dois métodos combinados resultou no achado de 86 (oitenta e seis) inscrições de candidatas travestis e transgêneros. As informações de relevância para a composição deste trabalho são: Estado (unidade federativa), cargo de concorrência, nome de urna, identidade de gênero, idade, escolaridade, raça/etnia/cor, filiação partidária e status após sufrágio (Anexo A). Uma candidata listada pela Antra não foi encontrada mesmo após buscas individuais por estado e município de concorrência, nome de urna e número de candidatura. Desta forma, pela ausência de específicas e acuradas informações sobre sua candidatura e identidade, não será contabilizada neste trabalho (Anexo B).

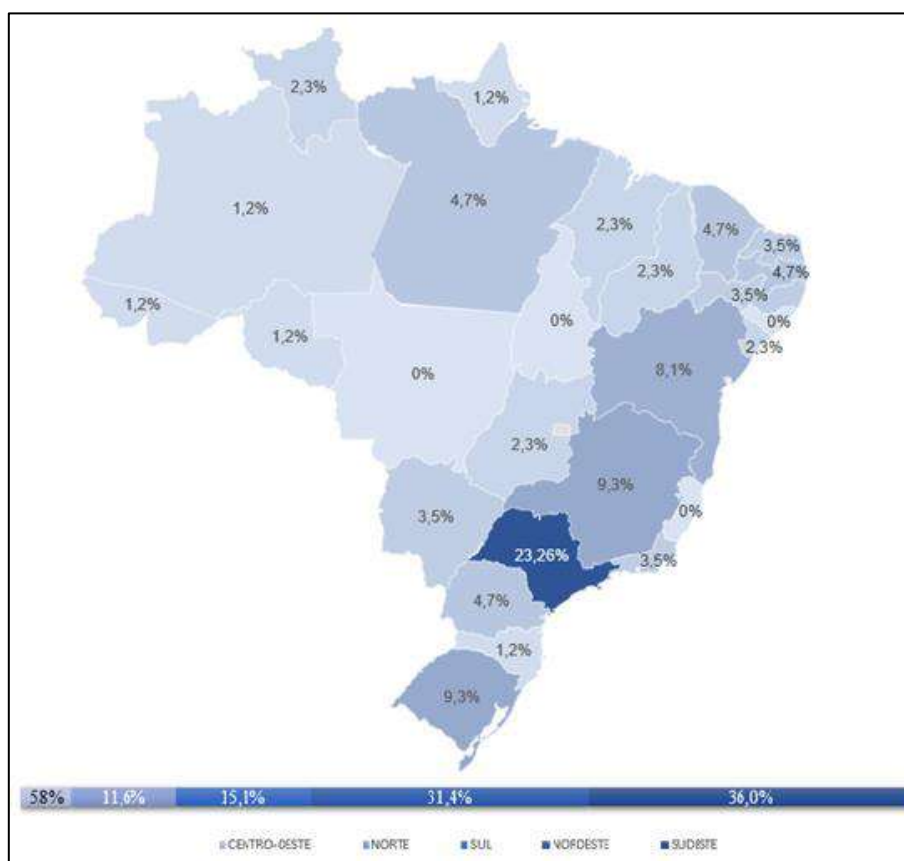
As eleições municipais de 2016 foram realizadas no dia dois de outubro do referido ano e contaram com um total 468.188 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e oitenta e oito) candidaturas aptas nos 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios brasileiros. A

---

<sup>12</sup> Segundo os artigos 29 e 30 da Resolução nº 23.405 de 2014 que dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos nas eleições, ao realizar o registro eleitoral o candidato pode escolher um nome para constar na urna eletrônica que pode conter seu prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é popularmente conhecido, desde que estes não gerem dúvidas quanto a sua identidade, não atentem contra o pudor e não sejam ridículos ou irreverentes (BRASIL, 2014).

figura 2 apresenta a proporção e distribuição de candidaturas nas regiões e estados brasileiros no referido ano. As 86 (oitenta e seis) candidatas identificadas se distribuem de forma não homogênea no território, concentrando o maior número de candidaturas na região sudeste com 31 (trinta e uma) candidatas identificadas.

**Figura 2 - Gráfico da distribuição das candidaturas travestis e transgêneros por estados e regiões do Brasil nas eleições municipais brasileiras em 2016**



Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Cabe ressaltar que dos quatro estados que compõem a região Sudeste, o Espírito Santo não possui candidaturas identificadas, Rio de Janeiro e Minas Gerais contabilizam, respectivamente, três e oito candidaturas, enquanto São Paulo é responsável pela maior parte das candidaturas não só da região como do país, sendo o único estado brasileiro com dois dígitos de candidaturas, 20 (vinte) candidatas identificadas, ficando seis vezes acima do valor da média nacional que é de 3,3 candidaturas por estado.

Já na região Centro-Oeste, todos os estados registraram candidaturas abaixo da média nacional, apresentando a menor proporção de candidatas identificadas. Com exceção da região Sul, todas as regiões apresentaram um estado sem registros de qualquer candidatura travesti ou transgênero (Espírito Santo, Mato Grosso, Tocantins e Alagoas).

As eleições municipais de 2020, realizadas no dia 15 (quinze) de novembro do referido ano, contaram com um total 530.462 (quinhentos e trinta mil quatrocentos e sessenta e duas) candidaturas aptas nos 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios brasileiros. Nesta ocasião, dada a implementação do recurso para uso do nome social, não fora preciso iniciar a análise baseando-se na listagem geral de candidaturas brasileiras disponibilizada pelo TSE. Com a categoria nome social disponível nesta listagem geral, seria suficiente a utilização de filtros para identificar o subgrupo desejado, que totalizava 160 inscrições. Entretanto, através do relatório de monitoramento das eleições 2020 produzido pela ANTRA, uma análise das inscrições, caso a caso, permitiu a identificação de sete candidaturas de pessoas cisgêneros fazendo uso equivocado do nome social, pois, segundo a norma, este recurso é destinado exclusivamente a pessoas travestis e transgêneros. Desta forma, 160 (cento e sessenta) candidatas que fazem uso desta premissa serão consideradas.

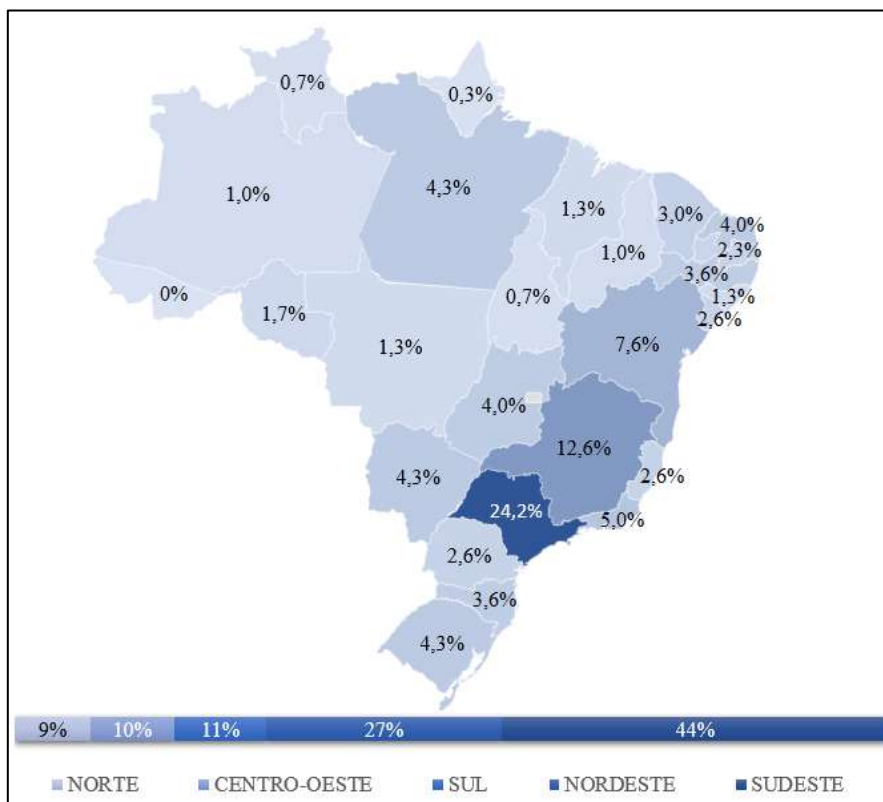
Posteriormente, a associação realiza um extenso mapeamento em mecanismos de busca, redes sociais, grupos específicos de convivência trans junto a partidos políticos e organizações de apoio; onde incluem candidatas que não utilizam o recurso do nome social por já possuírem o prenome e o gênero retificados em seus documentos civis. Desta forma, apresentam uma listagem final que totaliza 294 (duzentos e noventa e quatro) inscrições de travestis e transgêneros. Tendo em vista as limitações técnicas, operacionais e temporais para a realização deste trabalho, estabeleço a utilização das informações disponibilizadas pela ANTRA por possuir, comparativamente à listagem do TSE, maior precisão e fidedignidade quanto a identificação de candidaturas trans.

Após tal decisão, inicio um processo de verificação de todas as informações disponibilizadas pela ANTRA. Em uma lista de candidaturas eleitas que contém 30 (trinta) inscrições, detecto que 16 (dezesesseis) delas não estão inseridas na lista geral da própria instituição, de 294 (duzentos e noventa e quatro) candidatas. Este equívoco pode sugerir que tais candidatas eleitas foram identificadas posteriormente à elaboração da lista geral, e esta, por sua vez, não havia sido atualizada. Diante dessa pequena questão, realizo, junto ao repositório de dados eleitorais do TSE, uma busca individual destas 310 (trezentos e dez) candidatas identificadas (294 da lista geral mais 16 eleitas não constantes nesta lista) para coleta de informações sociodemográficas, bem como uma conferência geral das candidaturas mencionadas. Esta etapa de levantamento e verificação resultou na utilização de 302 (trezentos e duas) inscrições de candidatas travestis e transgêneros (Anexo C). A razão deste valor e algumas outras observações carecem ser apontadas:

- Três candidatas não foram encontradas mesmo após buscas individuais por estado e município de concorrência, nome de urna, número de candidatura e partido de filiação. Pela ausência de específicas e acuradas informações sobre suas identidades e candidaturas, não serão contabilizadas neste trabalho (Anexo D);
- A legislação eleitoral brasileira reconhece uma candidatura como um ato individual. Uma candidatura coletiva não é reconhecida oficialmente, e se estabelece a partir de acordos entre o candidato que oficialmente se cadastra e seus integrantes/apoiadores. Se eleita, apenas uma cadeira é ocupada, obrigatoriamente pelo candidato cadastrado (BITTAR, 2020). A listagem da ANTRA apresenta o nome da travesti e/ou transgênero integrante da mandata, que não é, necessariamente, o nome oficialmente cadastrado na candidatura junto ao TSE. Desta forma, as candidaturas coletivas foram buscadas pelo número de pleito com filtros de seu estado e município de concorrência. A fim de facilitar futuras conferências, o nome aqui utilizado será aquele que consta junto ao TSE, porém, sinalizados na tabela descritiva (Anexo C);
- Pelo exposto acima, ainda que tais candidaturas possam reunir mais de uma integrante travesti e/ou transgênero em sua composição, efetivamente só uma vaga é ocupada. Por esta compreensão, no presente trabalho, quando identificadas mais de uma travesti e transgênero listadas e filiadas a uma mesma mandata, apenas uma só inscrição será mantida. Para verificação das cinco candidatas suprimidas, vide anexo E;

A figura 3 apresenta a proporção e distribuição de candidaturas nas regiões e estados brasileiros em 2020, que com as 302 (trezentos e duas) candidatas identificadas, representa um aumento nas inscrições de travestis e transgêneros de 251% em relação ao ano de 2016. Neste ano, apenas no Acre não possui registro de candidatura travesti ou transgênero. A região Centro-Oeste deixou de ser a que menos reuniu candidaturas, ultrapassando a região Norte que então assume o posto de região com menos candidatas em pleito. As regiões Nordeste e Sul permaneceram nas mesmas posições que em 2016, respectivamente, em segundo e terceiro lugares, porém com uma pequena diminuição em suas proporções no território.

**Figura 3 - Gráfico da distribuição das candidaturas travestis e transgêneros por estados e regiões brasileiras nas eleições municipais em 2020**



Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

O padrão antes verificado de distribuição desigual das candidaturas no território ainda se mantém, e a região sudeste segue concentrando o maior número de candidaturas com 134 (cento e trinta e quatro) candidatas identificadas. Neste ano, o Espírito Santo conta com oito candidatas, enquanto Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentam, respectivamente, 15 (quinze) e 38 (trinta e oito). São Paulo segue como o estado que mais reúne candidaturas, 73 (setenta e três), mantendo a razão cerca de seis vezes acima da média nacional, que neste ano subiu para 11,6 candidaturas por estado.

No Brasil, em 2018, as regiões Sul e Sudeste concentram 91% dos municípios mais desenvolvidos<sup>13</sup> do país, enquanto o Norte e o Nordeste reúnem 87% dos municípios com menor desempenho (VILELA, 2018). A princípio, seria possível presumir, em alguma medida, que territórios com maior e melhor desempenho econômico e social reunissem mais candidaturas de travestis e transgêneros por oferecerem mais espaços e instrumentos de

<sup>13</sup> Dados elaborados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, que se baseiam em estatísticas oficiais sobre saúde e educação básicas, como número de matrículas escolares, mortalidade infantil, taxas de emprego e renda (VILELA, 2018).

acolhimento, apoio, proteção e participação social para esta população. Mas tais características não explicam, isoladamente, os resultados observados até aqui.

Ao examinarmos a condição da região Sul, por exemplo. Mesmo com bons índices de desenvolvimento se manteve na terceira posição no número de candidaturas nos dois anos analisados, estando numérica e proporcionalmente mais próxima das regiões com menor percentual de candidaturas. Da mesma forma, não podemos considerar que os altos índices de desenvolvimento do estado de São Paulo expliquem, por si só, a expressiva participação política de travesti e transexuais. Por sua vez, a região Nordeste, mesmo com seus baixos índices de desenvolvimento, nos dois anos analisados se manteve na segunda posição no número de candidaturas. Mas tal fato é mitigado, matematicamente, pelo seu grande número de estados integrantes (9), resultando na segunda menor média de candidaturas por estado, o que sugeriria, quando desagregados os resultados, uma baixa participação políticas em seus estados.

Não tenho a pretensão de avançar profundamente sobre as inúmeras possibilidades de perspectivas interpretativas destes resultados. Mas é vital ressaltar que fatores como a diversidade sociocultural singularizam comunidades, territórios e regiões através de seus valores, costumes e comportamentos, e são elementos fundamentais em uma análise que se proponha investigar os fatos sociais que determinam sobre o engajamento e a participação política de grupos minoritários como a população travesti e transgênero. À luz destas particularidades torna-se possível deslocarmo-nos de interpretações essencialmente estatísticas e ampliarmos a capacidade de interpretar sociologicamente esses fenômenos. Retorno ao exemplo da região Nordeste. Quando consideradas as características como o intenso familismo presente na cultura política da região (CONGRESSO EM FOCO, 2018) e sua liderança no número de assassinatos de pessoas trans em 2020 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), e demais obstáculos e limites específicos do território que atuam sobre esta população, a perspectiva sobre seus números se transforma pois se evidenciam as circunstâncias particulares que orientam o fenômeno.

A partir deste ponto as candidaturas serão analisadas, comparativamente entre os anos, com base em algumas categorias sociodemográficas. Quanto ao gênero, é oportuno ressaltar que diferenciar socialmente mulheres (ou homens) em cisgêneros e transgêneros representam certo grau de segregação putada na cis normatividade. Porém, em uma sociedade que ainda apresenta significativa fragilidade na proteção e garantia dos direitos da população trans, a coleta de informações específicas sobre esse grupo no âmbito institucional e governamental se apresenta como uma importante ferramenta a auxiliar apropriada e fidedigna observação e

reconhecimento das condições, avanços, retrocessos e limites que se instituem e seguem vulnerabilizando esse grupo.

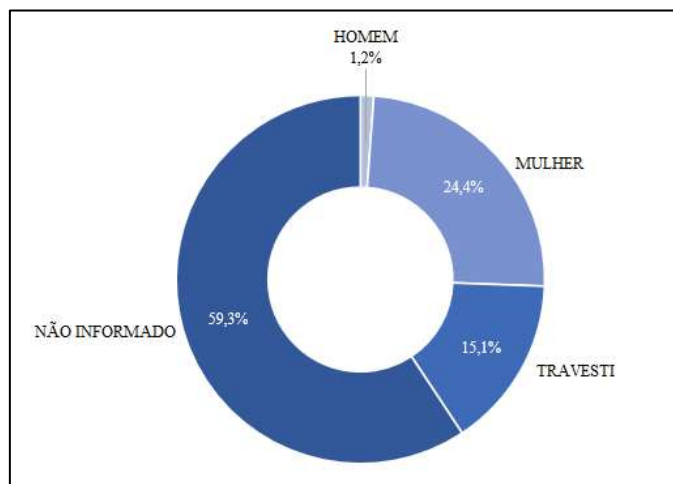
Em 2016 a listagem do TSE considera a inscrição cadastral da categoria gênero segundo documentação civil do candidato, o que se apresenta como uma importante limitação à população travesti e transgênero, pois estas informações, quando públicas, possuem potencial discriminatório, vexatório e transfóbico. Por este motivo são desconsideradas neste trabalho<sup>14</sup>. As identidades de gênero utilizadas para análise do pleito eleitoral de 2016 foram exclusivamente baseadas na listagem elaborada pela ANTRA, que ao enfrentar importantes limitações estruturais e financeiras, não alcança a completude destas informações em suas investigações. Tais questões se apresentam como um forte empecilho para análises direcionadas à população trans.

Dentre as 86 candidatas nas eleições de 2016, a ANTRA mapeou a identidade de gênero de 35 delas, como pode ser observado na figura 4. Embora seja grande o volume de identidades não informadas (51), que representam mais da metade das inscrições, e isso consiga, em alguma medida, enviesar os resultados e análises, considero necessário que sejam contabilizadas e demonstradas. Até mesmo para que se reforce politicamente, aos eventuais leitores deste trabalho, a importância de uma estratégia adequada de coleta e cadastro de informações que possibilitem análises acuradas e verossímeis com a realidade. Mesmo diante de tais limitações, é possível considerar, com cautela, a relação entre os gêneros, bem como outras análises que, adiante, serão a eles correlacionadas.

---

<sup>14</sup> Nesta mesma lógica, os nomes civis foram suprimidos a fim de preservar a identidade daquelas candidatas que, eventualmente, não mais se sintam representadas pelo seu nome civil e sua utilização as exponha a constrangimentos e a transfobia. Somente serão mencionados os nomes de urna, os quais são escolhidos pelas candidatas.

**Figura 4 - Gráfico da proporção das candidaturas travestis e transexuais por gênero nas eleições municipais brasileiras em 2016**



Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Ainda que pertencentes a um mesmo grande grupo, travestis, mulheres trans e homens trans experimentam realidades sociais distintas, bem como experimentam diferentes violências e violações que, muitas vezes, são equivocadamente generalizadas e igualadas. A transfobia que nega e rejeita as realidades de autoconstrução de gêneros não cis normativos se evidencia através dos alarmantes índices de violência. Em 2020, todos os assassinatos identificados pela ANTRA foram de travestis e mulheres trans, mas afirmam que a não identificação de homens trans neste monitoramento relaciona-se com o recorrente equívoco no acolhimento e registro dos casos onde as vítimas, de prenome e gênero não retificados em seus documentos civis, são incorretamente anotadas por uma concepção biológica e genitalista. O erro muitas vezes persiste mesmo quando a vítima, que já possui documentos retificados, é anotada como homem ou mulher sem qualquer menção à sua condição transgênero. Ainda segundo a instituição, o monitoramento destes eventos pelo Estado brasileiro é insuficiente, e se deve, em grande parte, à subnotificação oriunda destes apagamentos das especificidades da população e de seus gêneros (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Durante a realização deste trabalho, no dia 25 de junho do corrente ano, na semana em que se comemora o orgulho LGBTQIA+, Roberta, mulher transexual, negra, em situação de rua, foi vítima de um violento atentado transfóbico. Ela foi queimada viva no centro da cidade de Recife, e teve 40% do corpo com queimaduras de terceiro grau. A vítima foi conduzida pelo Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) até o Hospital da Restauração onde foi admitida e instalada em uma ala masculina mesmo possuindo nome social em seus



documentos. Somente após o envolvimento de ativistas do movimento LGBTQIA+, incluindo da deputada travesti Robeyoncé Lima<sup>15</sup>, junto a assistente social responsável pelo caso, que Roberta fora então transferida para ala feminina. Logo após foi submetida a uma cirurgia de amputação de um membro superior, e segundo relatórios médicos poderá ainda amputar o segundo membro. Seu estado de saúde era considerado grave (BRASIL DE FATO, 2021). Ativistas cobraram a manifestação do prefeito da cidade, João Campos (PSB), que ao pronunciar, foi acusado de minimizar o ocorrido pelo uso de eufemismos em sua fala. Eventos como esse, não incomuns em nossa sociedade, nos demonstram a fragilidade, das várias instâncias e instituições, quanto às medidas e condutas praticadas que ainda desrespeitam e violam os direitos desta população.

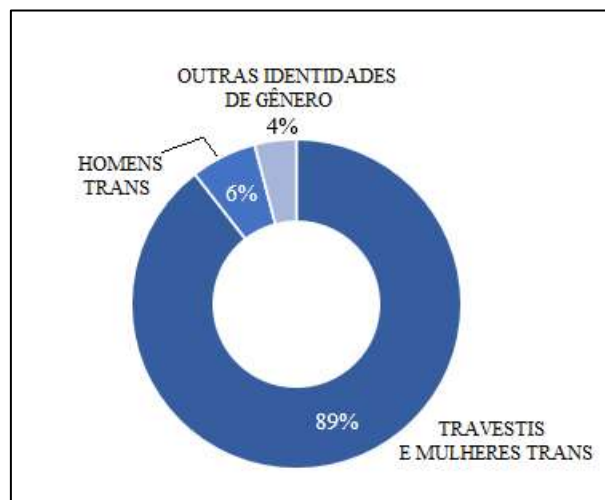
Em 2020, mesmo após resolução do TSE que prevê o uso do nome social e atualização da identidade do gênero no cadastro eleitoral, o órgão mantém como prática o preenchimento do registro de gênero com as categorias “masculino” (homem) e “feminino” (mulher), o que explicita uma conduta que invisibiliza a transexualidade e, ainda pautada na compreensão dos limites binários dos gêneros, apaga identidades outras como travestis, não binários, etc., ao agrega-las, compulsoriamente, aos dois únicos gêneros considerados. Por este motivo, neste ano, a categoria gênero do cadastro das eleitoras identificadas será mais uma vez desconsiderada.

Assim como no ano de 2016, a ANTRA disponibiliza essa informação também para 2020. Porém, não as inclui na tabela descritiva das 294 (duzentos e noventa e quatro) candidaturas, apresentando-as apenas como um dado consolidado: 263 (duzentos e sessenta e três) travestis e mulheres trans, 19 (dezenove) homens trans e 12 (doze) pessoas com outras identidades trans. Tal questão se apresentou como um obstáculo para a identificação do gênero das 302 (trezentos e duas) candidatas consideradas neste trabalho. No entanto, a considerar a importância deste mapeamento realizado pela instituição, ainda que não expresse os resultados obtidos neste trabalho, a figura 5 apresenta, exclusivamente, a proporção dos gêneros das 294 (duzentos e noventa e quatro) candidatas listadas pela ANTRA.

---

<sup>15</sup> Co-deputada pela mandata coletiva Juntas (PSOL) que se elegeu em 2018 com 39.175 votos em Pernambuco, e formam a primeira mandata coletiva e feminista a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado. Robeyoncé Lima é recifense, bacharela em direito pela UFPE, tendo sido a primeira advogada trans licenciada do seu estado. É militante nas pautas LGBT, negra e feminista e compõe a Comissão de Diversidade Sexual da OAB-PE.

**Figura 5 - Gráfico da proporção das candidaturas travestis e transexuais por gênero nas eleições municipais brasileiras em 2020 listadas pela ANTRA**



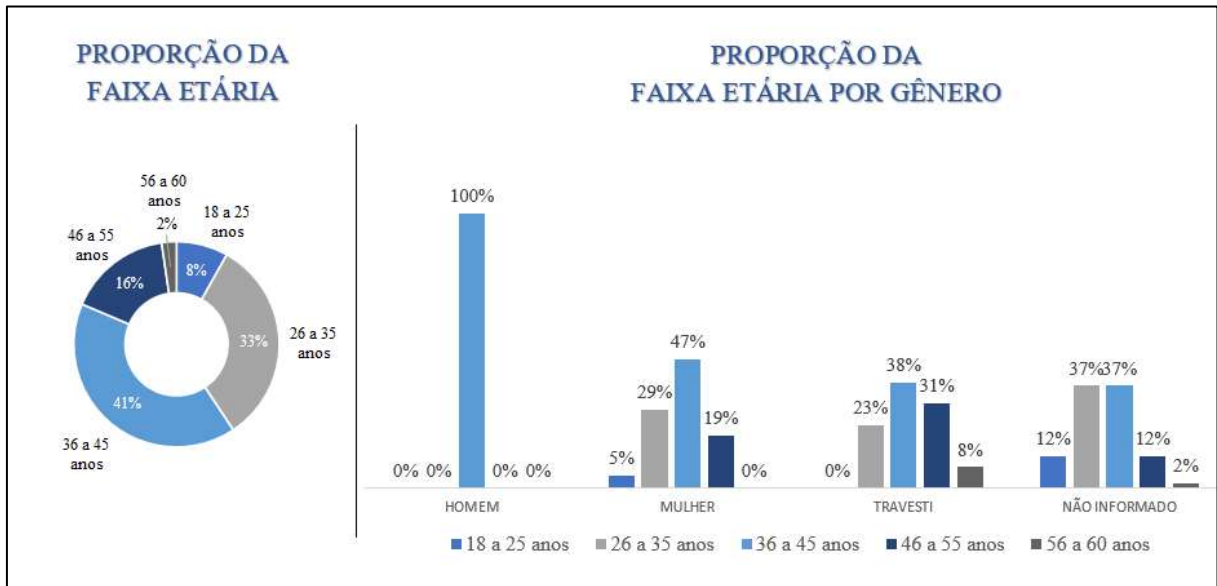
Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Esta análise, ainda que deficitária quanto ao total de candidatas consideradas neste trabalho, ilustra algumas questões importantes. Neste ano, a ANTRA mapeou o gênero da totalidade das candidatas, tornando, diferentemente de 2016, uma análise sobre os gêneros muito mais acurada. Outra questão é o aparecimento de outras identidades de gêneros não binários. Entrevejo três hipóteses possíveis para explicar este novo registro: que tenham, em 2016, escapado ao monitoramento dos gêneros, a considerar a grande proporção de candidatas cujo gênero não fora informado; Que, por ausência de mecanismos precisos de identificação pelo TER e por limitações diversas na realização de monitoramentos por instituições como a ANTRA, estas candidaturas apenas não foram identificadas; Ou até, que seja, a efetivação da participação política institucional deste grupo iniciada em 2020. Fato é que em 2020 já representam percentual próximo ao de participação de homens trans, que passou de um candidato em 2016 para 19 (dezenove) em 2020.

A partir deste ponto, as análises realizadas sobre as candidaturas nas eleições de 2020 considerarão as 302 (trezentos e duas) candidatas identificadas na realização desta pesquisa. Portanto, a correlação destas com a categoria gênero disponibilizada pela ANTRA não será exequível.

Quanto à faixa etária, na figura 6 observamos que no ano de 2016 a maioria das candidatas tinha entre 26 e 45 anos de idade, o que demonstra um perfil de candidatas mais jovens que a idade predominante entre os candidatos brasileiros nas eleições do mesmo ano, que está entre 30 e 49 (VELASCO, 2016).

**Figura 6 - Gráfico da proporção da faixa etária das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2016 e sua distribuição por gênero**

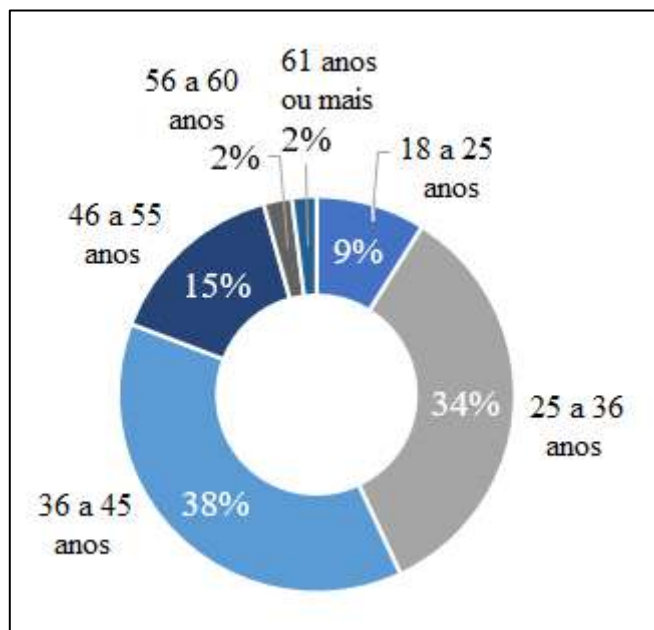


Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Das identidades de gênero informadas em 2016, 97% é composta por travestis e mulheres trans. A distribuição da idade entre elas também se concentra nas idades entre 26 e 45 anos. Ainda que a “jovialidade” de tal perfil possa ser associado a uma precoce iniciação na vida política, é possível conjecturar que este fato possua relação com a fatídica e brutal redução da expectativa de vida de travestis e mulheres transexuais. Por serem precocemente vitimadas por altos índices de violências, não chegam a idades elevadas nem mesmo alcançam a metade expectativa média brasileira. Em 2017, a expectativa de vida de uma travesti era de 35 anos de idade (BORTON, 2017).

Como mencionado, com os dados sobre o gênero das candidatas no ano de 2020 não será possível realizar uma associação entre quaisquer categorias e sua distribuição por gênero. No entanto, é possível observar na figura 7 a proporção dos gêneros entre as faixas etárias das candidatas neste ano. Ponto importante a ser anotado é a inscrição de uma faixa etária antes não reclamada por qualquer inscrição. Neste ano, seis inscrições mencionam candidatas com idades superiores a 60 anos, sendo com um com 61 e 66 anos e dois com 69 e 71 anos de idade.

**Figura 7 - Gráfico da proporção da faixa etária das candidatas travestis e transgêneros nas eleições municipais em 2020**



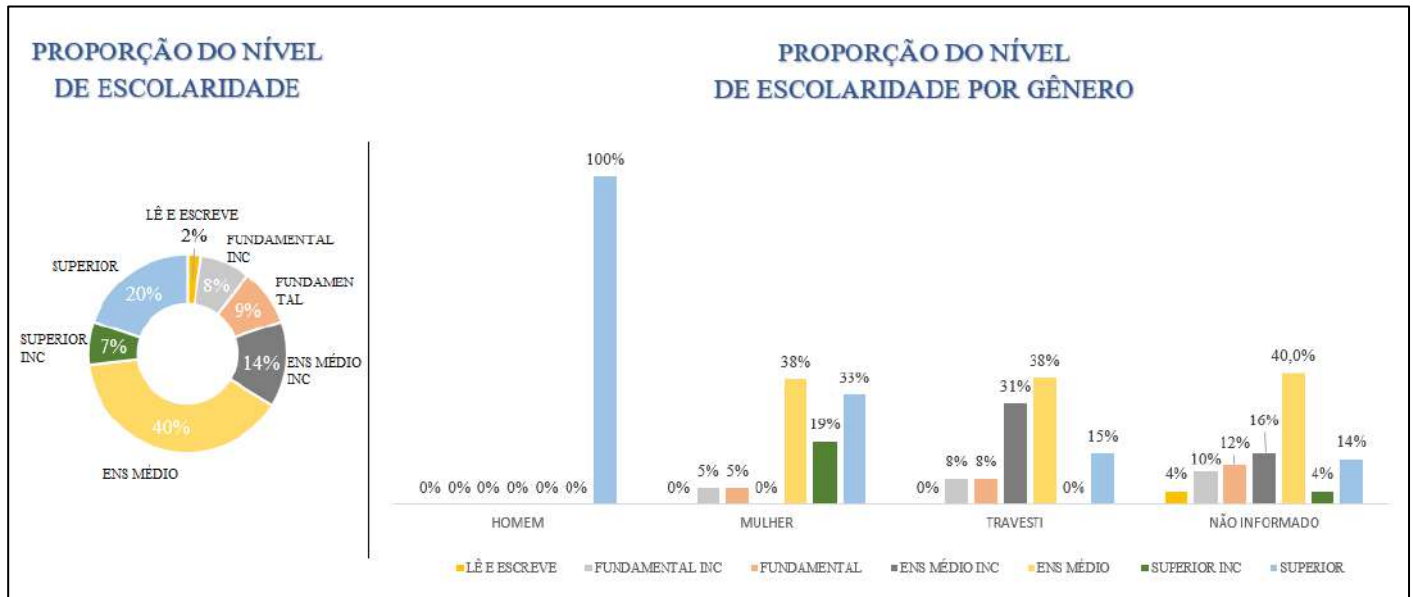
Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Comparativamente ao ano de 2016, é possível notar que a proporção das faixas etárias se manteve em equilíbrio, apresentando mudanças muito sutis. Em 2020, a expectativa de vida em muitos países do mundo sofreu uma redução, mais ou menos intensa, em função dos efeitos da pandemia de COVID-19. No Brasil, a expectativa que era de 76,7 anos decaiu para 74,8 em 2020 (SANCHES, 2021). A expectativa de vida da população trans, segundo a ANTRA, permanece em 35 anos de idade, estando significativamente abaixo da idade média dos vereadores brasileiros que é de 44 anos de idade (MATOS, 2020). A ANTRA atenta ao fato de não existirem estudos sistemáticos que atualizem com precisão esta estatística.

Com relação às idades mais elevadas que neste ano compuseram as candidaturas, não é possível correlacioná-las com uma mudança no perfil etário da população travesti e transexual, visto o curto intervalo de tempo entre os anos analisados. O que é possível conjecturar é que este dado se relacione a um melhor monitoramento e identificação das candidaturas ou até o surgimento, neste ano, da participação de candidatas de maior idade.

Segundo o nível de escolaridade no ano de 2016, na figura 8 podemos visualizar que a maior parcela das candidatas possui o ensino médio completo, seguido do ensino superior e do ensino médio incompleto. Um total de sete candidatas afirmam apenas saberem ler e escrever.

**Figura 8 - Gráfico da proporção do nível de escolaridade das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2016 e sua distribuição por gênero**



Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA)

Travestis apresentaram as maiores concentrações entre o ensino médio incompleto e o ensino médio completo, enquanto as mulheres trans apresentaram as maiores concentrações entre o ensino médio completo e o ensino superior completo. A proporção de candidatas mulheres com ensino superior completo equivale pouco mais que o dobro que a proporção de candidatas travestis.

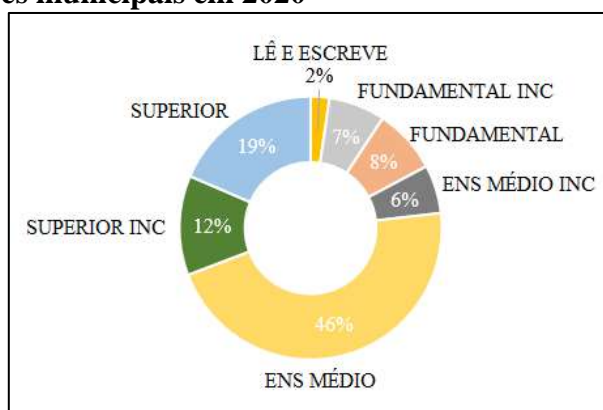
A transfobia se manifesta também de maneira estrutural na sociedade brasileira, estando institucionalizada em diversas entidades, como nas escolas. O IBTE afirma que não existem instrumentos governamentais que monitorem especificamente esta população sob uma perspectiva educacional, o que já se apresenta como um diagnóstico importante da atuação do Estado no reconhecimento dos entraves que influem no acesso e permanência de pessoas travestis e transgêneros no sistema de educacional. O instituto possui um monitoramento que visa identificar e analisar as demandas desta população que se relacionam com a educação. O documento ratifica que preconceitos, discriminações e exclusões de cunho LGBTQIA fóbicas no percurso escolar de adolescentes e jovens trans comprometem o desempenho e até o vínculo com a instituição de ensino, sendo mais um espaço a reproduzir opressões de gênero e sexualidade. Reconhecem que, muitas vezes, é também através da atuação dos profissionais da educação pedagogos, professores e gestores não orientados e/ou cobrados institucionalmente quanto ao respeito às diversidades que as discriminações se

autorizam e se acentuam, comumente culminando na evasão escolar dessa população (CANTELLI *et al.*, 2019).

A garantia do direito ao uso do nome social não tem capacidade de, sozinho, alterar esse dado, uma vez que para usufruir enquanto menor de 18 anos de idade, é obrigatório o consentimento de seus tutores legais. Quando o abandono se configura ainda nos níveis iniciais do percurso educacional, os impactos tornam-se ainda maiores quando observadas, por exemplo, a entrada desta população no ensino superior, e até mesmo na qualificação e ingresso no mercado de trabalho formal. Desta forma, estas barreiras educacionais se tornam verdadeiros imbróglis que interligam e determinam sobre muitos outros aspectos na trajetória e vida desta população.

A figura 9 demonstra que as proporções entre os níveis de escolaridade em 2020 mantiveram razões semelhantes às observadas em 2016, mantendo o ensino médio completo como a escolaridade predominante das candidaturas analisadas, estando em consonância com a escolaridade média dos vereadores brasileiros, que em 2020 foi também registrada como o ensino médio (MATOS, 2020).

**Figura 9 - Gráfico da proporção do nível de escolaridade das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais em 2020**



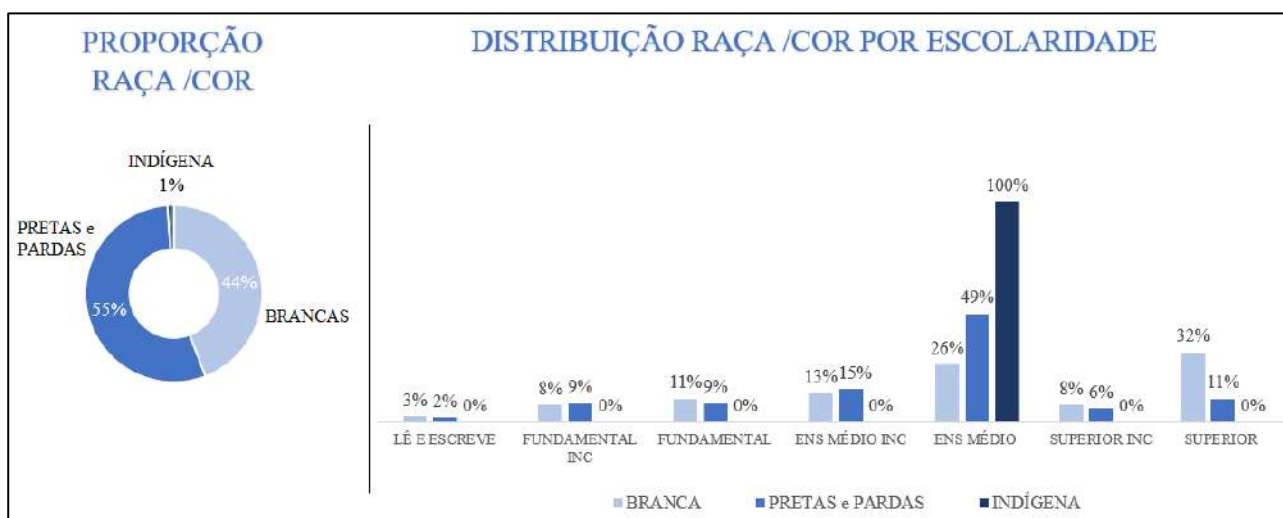
Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Cabe ressaltar que os dois primeiros níveis de escolaridade (ensino fundamental incompleto e completo) tiveram um pequeno decréscimo, enquanto a porção de candidatas com ensino médio incompleto diminuiu para menos da metade do observado em 2016. Já no nível médio completo se verifica um aumento de 6% enquanto o ensino superior incompleto quase dobrou sua proporção.

Conforme a cor/raça/etnia verificadas em 2016, o TSE dispunha de quatro categorias, branca (38 candidatas), parda (32 candidatas), preta (15 candidatas) e indígena (1 candidata).

Para melhor apreciação dos resultados, sem que as etnias sejam apagadas, estas categorias foram reagrupadas em brancas, pretas e pardas e indígena, mas descritas integralmente nas tabelas das candidaturas em anexo. A figura 10 aponta que as pessoas pretas e pardas somam pouco mais da metade das candidaturas.

**Figura 10 - Gráfico da proporção da raça/cor autodeclarada das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2016 e sua distribuição por nível de escolaridade**

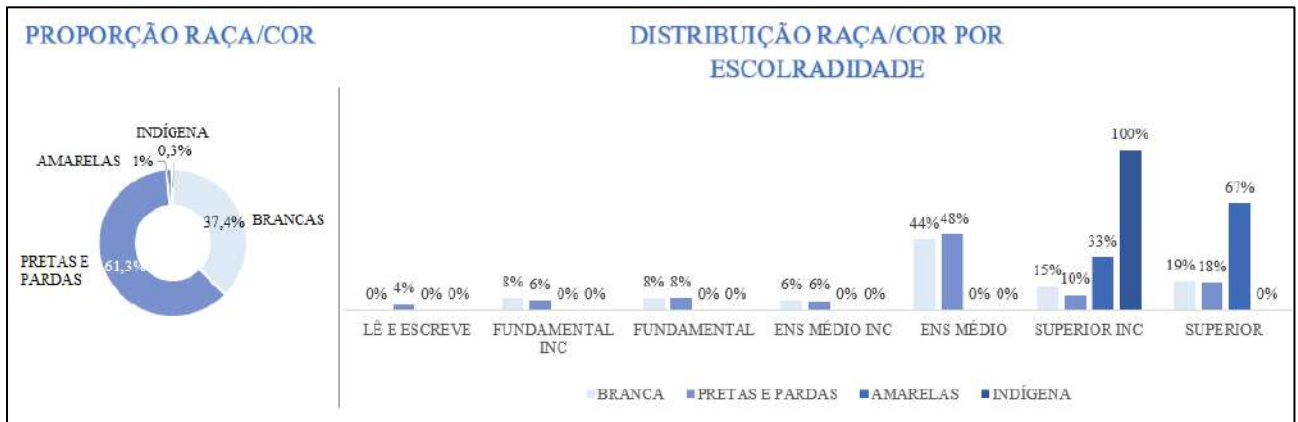


Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Quando correlacionadas ao nível de escolaridade, identificamos que a maior parcela das candidatas pretas e pardas possui o ensino médio, enquanto a maior parcela das pessoas brancas possui o ensino superior. Percebe-se que 60% das candidatas pretas e pardas dividem-se entre o ensino médio (49%) e o ensino superior (11%) enquanto 58% das candidatas brancas dividem-se entre o ensino médio (26%) e o ensino superior (32%), apresentando uma relação inversa (não proporcional) entre estes dois grupos.

No pleito de 2020, as categorias branca (113 candidatas), amarela (3 candidatas), parda (110 candidatas), preta (75 candidatas) e indígena (1 candidata) foram também reagrupadas em brancas, pretas e pardas, amarelas e indígena. Observa-se na figura 11 que houve um crescimento na proporção de candidatas pretas e pardas, que neste ano ultrapassa os 60% do total de candidatas. O que não pode nos conduzir à percepção de uma inversão de sub-representação quanto à raça, uma vez que 53,5% dos candidatos à vereança no país (25 mil) são brancos (MATOS, 2020). Ainda se observa uma inexpressividade na participação de pessoas travestis e transgêneros autodeclaradas indígenas e amarelas.

**Figura 11 - Gráfico da proporção da raça/cor autodeclarada das candidatas travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras em 2020 e sua distribuição por nível de escolaridade**



Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Quando correlacionadas ao nível de escolaridade, observamos uma expressiva mudança no panorama geral, não mais observando a inversão entre os níveis médio e superior das categorias branca e preta/parda, o que pode ser explicado pelo contexto de mudanças na estrutura educacional do país.

Pela primeira vez no Brasil verifica-se uma equiparação entre a taxa de alunos pretos e pardos (50,3%) e a taxa de alunos brancos matriculados em universidades públicas. Segundo relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de alunos pretos no ensino superior cresceu quase 400% (IBGE, 2019). No entanto, esta mudança além de recente foi significativamente rápida. Em 2017, registrava-se apenas 34% (UFJF, 2017). Estas mudanças são reflexos de políticas públicas de acesso e permanência destinadas à população preta e parda como medida compensatória às exclusões e segregações raciais observadas desde os tempos remotos de nossa sociedade.

No entanto, diversos obstáculos ainda são observados principalmente quando outros marcadores sociais de exclusão se interseccionam, como, por exemplo, o gênero. Indago, portanto, se tais alterações vêm impactando também a população trans? Talvez seja possível obter alguns indícios que possam iluminar a realidade educacional desta população. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), homens e mulheres trans representam 0,1% do total dos alunos das universidades federais no Brasil, e não binários 0,06% (GOMES; FAHEINA; KER, 2019). Desde 2017, instituições públicas de ensino superior passam a debater e reconhecer a necessidade de utilização de ferramentas que permitam e garantam o acesso de travestis e transgêneros às



instituições, e adotam o sistema de cotas para a população trans. Segundo mapeamento do IBTE, em 2019, 15 (quinze) universidades públicas reservam cotas a esta população, o que pode, em alguma medida, representar uma ampliação e democratização no acesso à universidade (CANTELLI *et al.*, 2019). Contudo, por não haver legislação específica para este tipo de cota, a adesão das instituições se apresenta como um campo de disputas.

Vale resgatar que as barreiras e obstáculos enfrentados por pessoas trans se fazem presentes desde os primeiros níveis do sistema educacional. Os que chegam à universidade são os alunos resultantes de um abandono e evasão de mais de 70% do alunado trans do ensino básico formal e que não concluem o ensino médio em função da transfobia experimentada (GANDRA; BALBI, 2019). A ameaça do conservadorismo religioso no Brasil vem cada vez mais se associando ao aparelho do Estado, penetrando diversos setores, como da saúde da educação, bem como vem se fortalecendo e moldando considerações sociais cada vez mais excludentes e opressoras que tentam cada vez mais anular os avanços até aqui conquistados.

Em ambos os anos apenas uma candidata indígena fora identificada. Em 2020 três candidatas se identificaram amarelas e se dividem entre o ensino superior incompleto e completo.

Diante da exortação à comparação do perfil das candidatas travestis e transgêneros identificadas nas eleições municipais brasileiras dos anos de 2016 e 2020, pudemos verificar que no ano de 2020, as candidaturas foram territorialmente ampliadas, sendo identificadas em 25, dos 26 estados brasileiros. A média de candidaturas por estado apresentou um aumento em 8,3 candidatas por unidade federativa. Novas identidades de gênero foram identificadas, bem como candidatas com idade superior aos 60 anos. A interpretação destes dados reunidos nos permite, de fato, reconhecer uma maior participação desta população na política institucional. Entretanto, não é possível considerar que este fenômeno esteja relacionado, de forma causal, a uma só razão, tendo em vista fatores atuais de relevância como os atuais ataques aos direitos da população LGBTQIA+, o recrudescimento político atual, a ampliação e organização dos movimentos organizados contra hegemônicos, as características modernas de comunicação que visibilizam e implicam uma maior quantidade de sujeitos, dentre tantos outros elementos que podem, em alguma medida, resultar no maior engajamento político institucional de travestis e transgêneros.

Todavia, é também possível listar junto a estes fatores a regulamentação do nome social pelo TSE que, enquanto ferramenta de inclusão, participação social e defesa de direitos, potencializa a participação na esfera política, para cidadãos candidatos e eleitores. Em um

levantamento realizado pelo TSE, com menos de 20 dias da operacionalização da inclusão do nome social e retificação de identidade de gênero no cadastro eleitoral, os cartórios eleitorais de 551 (quinhentos e cinquenta e um) municípios brasileiros já registravam 1.465 (mil, quatrocentos e sessenta e cinco) solicitações (TSE, 2018b). Dados atualizados sobre essa adesão não foram encontrados, mas este cenário se reproduz nas distintas esferas em que este recurso fora disponibilizado. Em 2017, ao menos 703 (setecentos e três) alunos já utilizavam o recurso do nome social em todo Brasil (SOUTO, 2017), assim como o número de alunos que em 2020 solicitaram o recurso para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aumentou em 450% em relação ao ano anterior (FERREIRA, 2021).

Diante do exposto, é possível reconhecer que o direito ao uso nome social junto ao TSE que, ao proporcionar condições mais dignas e seguras para travestis e transgêneros, se institui como uma política afirmativa de inclusão social e que possui influência sobre a efetiva participação desta população na política institucional brasileira.

## 7.2 CANDIDATAS ELEITAS

Como resultado dos processos eleitorais examinados até aqui, em 2016, das 86 (oitenta e seis) candidaturas de travestis e transgêneros consideradas, oito foram eleitas aos cargos de vereadoras (tabela 1), 57 (cinquenta e sete) convocadas à suplência e 17 (dezessete) não eleitas. Aos cargos de prefeita, duas candidatas não eleitas, enquanto 02 constam como anuladas.

**Tabela 1 - Lista das candidatas nomeadas nas eleições municipais brasileiras em 2016**

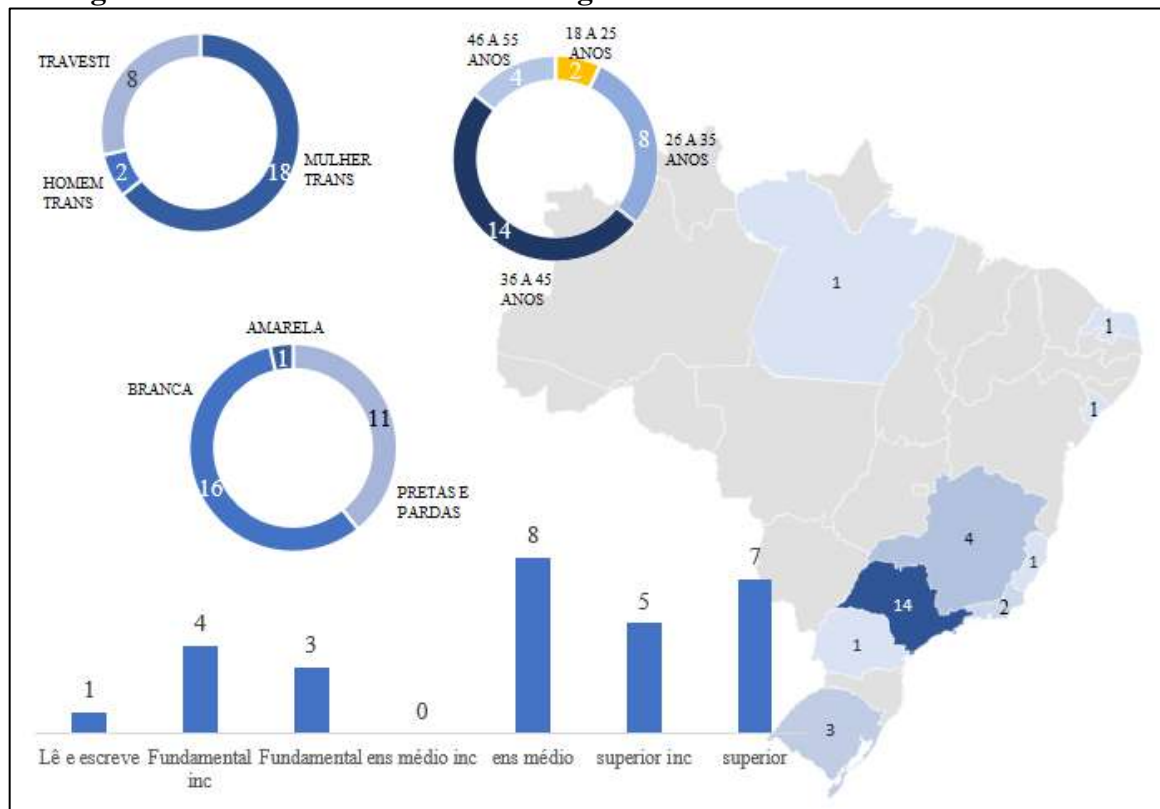
|   | UF | CARGO     | NOME DE URNA                   | ID DE GÊNERO | PARTIDO |
|---|----|-----------|--------------------------------|--------------|---------|
| 1 | MG | VEREADORA | ISAIAS MARTINS                 |              | PMDB    |
| 2 | MG | VEREADORA | PAMELA VOLP                    | TRAVESTI     | PP      |
| 3 | MG | VEREADORA | BRENDA DA SILVA<br>SANT UNIONI |              | PP      |
| 4 | PB | VEREADORA | SHIRLEY COSTA                  |              | PP      |
| 5 | RO | VEREADORA | JORDANA                        |              | PSD     |
| 6 | RS | VEREADORA | KATIA ROSS                     |              | PR      |
| 7 | SP | VEREADORA | TIETA                          |              | PSDB    |
| 8 | SP | VEREADORA | ANDRESSA SALES                 |              | PSB     |

Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

Já em 2020, das 302 (trezentos e duas) candidaturas de travestis e transgêneros consideradas, 28 (vinte e oito) candidatas foram eleitas aos cargos de vereadoras, 168 (cento e

sessenta e oito) convocadas à suplência, 88 (oitenta e oito) não eleitas, enquanto 15 (quinze) candidatas constam como anuladas. Aos cargos de prefeita, duas candidatas não eleitas. Ao cargo de vice-prefeita, uma candidata não eleita. Em função de seu tamanho, a tabela descritiva destas candidatas consta no anexo (Anexo F). Nos dois anos analisados, a proporção de candidatas eleitas equivale a 9% de seus respectivos totais de candidaturas. Entre os anos de 2016 e 2020 observa-se um crescimento do número absoluto de candidatas, o que registra um aumento de 251% no número de candidatas registradas e identificadas, bem como um aumento de 250% no número de candidatas eleitas. Como nesta segunda etapa me proponho a investigar o conteúdo político das candidatas eleitas, restringirei a análise às candidatas eleitas de 2020 uma vez que as de 2016 já tiveram seus mandatos finalizados e não ocorreram reeleições. Na figura 12 podemos conhecer um pouco do perfil das novas parlamentares.

**Figura 12 - Características sociodemográficas das candidatas eleitas em 2020**



Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

As vereadoras eleitas em 2020 são, em sua maioria, mulheres trans, brancas, entre 36 e 45 anos de idade, com o nível de escolaridade predominantemente entre o ensino médio e o superior, concentradas na região sudeste. Dentre as candidatas eleitas, três são oriundas de

estados diferentes do estado onde concorreram. Três fazem uso do nome social. Sete delas foram as candidatas mais votadas em seus municípios. Das três mandatas coletivas identificadas, duas são compostas por uma integrante travesti cada, e a outra, por um homem trans. Todas se localizam no estado de São Paulo.

A primeira travesti eleita a um cargo público no Brasil concorria à vereança no município de Colônia, no estado do Piauí, em 1992. Pertencente a uma das famílias mais tradicionais na política local, Kátia Tapety enfrentou a violência desde a infância por rebelar-se à imposição de um gênero ao qual não se identificava. Chegou a ser impedida de estudar, perseguida, sequestrada e jurada de morte. Após a morte de seu pai, seu principal opositor, retomou os estudos, formou-se como auxiliar de enfermagem, e contribui na comunidade atuando como parteira, “arrancadora de dentes”, agente de saúde, e no combate ao crescente número de pessoas com HIV/AIDS, tornando-se uma figura de importância social em sua região. Foi após a grande repercussão de sua eleição que Kátia se aproximou do movimento LGBTQIA+. Ainda que não tenha oficialmente se incluído em alguma organização ou movimento social desta comunidade, colaborou em muitos eventos aos quais fora convidada pelo ativismo LGBTQIA+ (GONTIJO, 2014).

De lá para cá, ainda que com uma constatada desproporcionalidade na participação e representação de travestis e transgêneros nos muitos setores da sociedade, elas cada vez mais se destacam na liderança de organizações, movimentos sociais, grupos de ativismo social, entre outros tantos movimentos políticos de resistência que, muitas vezes, se apresentam não como uma opção, mas como uma necessidade na luta por direitos. Essa trajetória de luta, reivindicação e organização social passa por sistemas identitários, sejam de gênero, classe, raça, etnia, etc., o que assegura, em certa medida, o compartilhamento de realidades, que por sua vez, propicia e enriquece o alinhamento ideológico e político entre os pares. Diferentemente da história de Kátia Tapety (PFL), identifiquei que 26 (vinte e seis) das 28 (vinte e oito) candidatas eleitas participavam, previamente, de movimentos sociais ou coletivos ativistas na defesa das minorias sociais. Em suas campanhas, as então candidatas apresentaram sólidos discursos que constantemente invocam e reforçam suas identidades.

O uso político das identidades, como de seus elementos visuais, simbólicos e discursivos, no caso de identidades minoritárias ou contra hegemônicas, pode ocasionar consequências em duas direções. Considerando a população travesti e transgênero, a primeira via resulta no estranhamento, distanciamento e no enfrentamento por parte dos desiguais, discordantes e opositores, neste caso, dos conservadores e daqueles que entendem a diversidade de identidades e sexualidades como ameaças. Tal cenário seria o exato oposto do

que se idealiza enquanto concorrente à representação política. Contudo, a segunda via congrega o potencial de, em si próprio, reunir todos aqueles que, em alguma medida, se reconhecem pela identidade ali representada. De alguma forma, o sucesso ou o fracasso destas campanhas pode estar associado ao resultado final deste embate. Certamente não proponho uma constatação, este comportamento eleitoral é sobretudo, um evento social de grandeza que pode ser profundamente estudado. Mas o que me permito afirmar é que a trajetória política pré-existente na vida destas candidatas eleitas fora relevante para o êxito de suas concorrências.

### 7.3 PLATAFORMAS POLÍTICAS

Para dar início à explanação do conteúdo político encontrado, é necessário ressaltar algumas questões. Uma delas é que segundo a legislação eleitoral, aos candidatos dos cargos legislativos exclui-se a obrigatoriedade de averbação de propostas defendidas junto à documentação entregue no ato do registro de candidatura. No entanto, é comum que em suas campanhas os candidatos divulguem seus ideais, alinhamentos políticos, áreas e temas de particular interesse enquanto projetos e promessas de atuação, caso eleitos. Estas divulgações podem ser veiculadas por diferentes meios, como materiais impressos de campanha, nos canais de comunicação dos partidos aos quais são filiados, mídias e propagandas em canais de comunicação como televisão, rádio, páginas na internet, redes sociais, e hoje em dia, até por aplicativos de troca de mensagens e comunicação. Neste trabalho, as fontes secundárias consultadas para busca deste material das candidatas travestis e transgêneros eleitas foram as páginas das câmaras municipais respectivas a cada parlamentar, as páginas oficiais de seus partidos políticos, e páginas pessoais/redes sociais próprias das candidatas.

Fatores como a não exigência de propostas políticas, quando existente, sua eventual informalidade, a escassez de fontes oficiais de informação e a natureza dinâmica e mutável de conteúdos virtualmente disponíveis, atuam de forma a reduzir o volume de elementos que possam efetivamente responder à questão central desta pesquisa. Durante as buscas, deparei-me com um inesperado achado. Uma consulta pública<sup>16</sup> disponível no portal e-Cidadania<sup>17</sup> indaga a população sobre a supramencionada inexigência. O Senador Fabiano Contarato (REDE) propõe o projeto de lei nº 438 de 2021 que visa estender a todos os candidatos a

---

<sup>16</sup> Ferramenta de consulta à opinião do cidadão, de forma virtual, e que visa promover o diálogo entre a administração pública e a sociedade.

<sup>17</sup> O e-Cidadania é um portal, criado em 2012 pelo Senado Federal, que busca viabilizar e estimular a maior participação dos cidadãos nas atividades do legislativo da União (E-CIDADANIA, 2012).

obrigação da apresentação formal de suas propostas de campanha no ato do registro de candidaturas perante à Justiça Eleitoral. A consulta possuía um total de sete votos, sendo seis deles a favor de sua aprovação (E-CIDADANIA, 2021).

O primeiro elemento sobre o qual me debrucei foi a filiação partidária das parlamentares. Partidos políticos são concebidos sobre bases ideológicas de projetos societários compartilhados por um determinado grupo de pessoas. Teoricamente, a filiação de um membro a uma destas organizações se daria com base nesse compartilhamento de ideias. Para além de estruturas burocráticas que organizam o sistema democrático eleitoral, os partidos desempenham (ou deveriam desempenhar) papel importante na identificação das demandas da sociedade e na conseguinte formação política de seus membros à luz de seus ideais. No entanto, as filiações partidárias muitas vezes se dão por condições e interesses que não consideram estes princípios. Não é incomum que aspectos geográficos e econômicos, ou determinantes sociais como classe e gênero definam vínculos por algum tipo de conveniência. Desta forma, há de ser considerado que o pertencimento a um determinado partido não significa, necessariamente, uma partilha de seus ideais. Porém, quanto mais destoantes as convicções e ideologias entre partido e seu membro, se eleito, maiores serão as chances do candidato ter sua atuação limitada pela escassez de apoiadores nas esferas de atuação.

Entre as parlamentares eleitas em 2020 verifica-se que, utilizando as três principais categorias do espectro político ideológico (esquerda, centro e direita), a maioria das candidatas (16) integram partidos alinhados à esquerda (PDT, PT, PSB, PV, PSOL), em segundo lugar (7), os partidos do centro (MDB, PTB, AVANTE, PODEMOS), e por último (5), os partidos de direita (DEM, PSDB, DC, REPUBLICANOS, PL).

O primeiro local considerado para a busca dos projetos de atuação das parlamentares foi o órgão legislativo dos seus municípios. Dentre as 24 (vinte e quatro) câmaras legislativas dos municípios onde as parlamentares foram eleitas quatro não apresentam informações sobre os seus vereadores. As demais variam entre a exibição de informações básicas como nome, partido, idade, estado civil, e breves informações biográficas sobre temas e causas com as quais a parlamentar se aproxima. Algumas páginas apresentam informações e estatísticas sobre a atuação da vereadora, como mostra a figura 13 a seguir.

**Figura 13 - Câmara municipal de Pompéu, MG, informações individuais de parlamentar**

**Titia Chiba - Lunna da Silva (Titia Chiba)**  
Biografia

Participe do mandato do vereador com proposta, sugestão e receba informativos.

Nome (Obrigatório):

CEP:  [Verificar](#)

Endereço:  Número:  Compl.:

Bairro:  Cidade:  UF:

E-mail (Obrigatório):  Celular (Obrigatório):

Mensagem (Obrigatório):

[Cadastrar](#)

**Proposições**

| Indicação | Requisição |
|-----------|------------|
| 61.7%     | 38.3%      |

**Leis de Autoria/Iniciativa**

| L.O. - Lei Ordinária | Distribuição |
|----------------------|--------------|
| 100%                 | 0%           |

Proposições      Leis de Autoria/Iniciativa

Fonte: Câmara municipal de Pompéu, MG, 2021. Acesso em: 28 jun. 2021.

Parlamentares que não possuem retificação de prenome em seus documentos civis e não fazem uso do nome social são referidos por seus nomes civis, o que pode ser, ou não, uma questão, pois estas mesmas parlamentares possuem nomes de urna distintos do nome civil, e que não são sequer mencionados na página. Não é possível compreender se tal questão, de forma individualizada, se mantém à revelia da parlamentar ou se socialmente ela se utiliza e se identifica, sem maiores questões, com seu prenome civil. Ainda que esta questão não possa ser verificada a tempo deste exercício, a não menção ao nome de urna pode ser problematizada. Sem desprezar as normas vigentes ou obstaculizar o acesso do cidadão às informações públicas, as instituições devem desenvolver a capacidade de antever potenciais violações de direitos, e oportunizar alternativas que mitiguem violências e transfobias.

Quando eleitas, travestis, mulheres e homens trans tonam-se ainda mais suscetíveis ao preconceito, intolerância e violência pela grande visibilidade que suas posições políticas lhe conferem, dentro e fora de seu ambiente de trabalho. Durante as campanhas eleitorais, inúmeras candidatas denunciaram transfobias sistematicamente perpetradas. Já empossada, a vereadora Benny Briolly (PSOL/RJ) vinha sendo há cinco meses ameaçada e agredida verbal e psicologicamente por mensagens transfóbicas, racistas e misóginas. Após ameaças de morte

caso não abrisse mão de sua cadeira, com a inércia da polícia na liberação de proteção individual, ela e seu partido consideraram oportuno que ela deixasse o país de forma temporária. Esta realidade não foi exclusiva desta parlamentar, e são cenários como estes que apontam para a necessidade de uma sensibilidade institucional com as possibilidades existentes de violação dos direitos de uma população já vulnerabilizada.

O segundo local considerado para a mesma investigação foram as páginas oficiais dos partidos políticos das mandatárias. Foi possível notar uma expressiva diferença na quantidade de conteúdo e informação entre os partidos mais robustos e os menores, que apresentam com precariedade de organização e informação os dados disponíveis. De modo geral, ainda que alguns apresentem, por lista, números ou mapas os vereadores filiados pelo Brasil, não há qualquer conteúdo descritivo ou analítico individualizado, como exemplifica a figura 14.

**Figura 14 - Exemplos da disposição de informações sobre a vereança filiada em alguns partidos**



Fonte: Páginas de partidos políticos, 2021. Acesso em: 28 jun. 2021.

Diante do exposto até aqui, estas duas fontes consultadas não se mostraram efetivas para a obtenção do conteúdo proposto.

O terceiro local considerado foram as páginas pessoais/redes sociais das próprias das candidatas. A quantidade de conteúdo informativo é enorme. Publicações sobre tensões



políticas e sociais do momento, discussões temáticas, agendas de atividades, assuntos cotidianos que emergem nas mídias, dentre tantos outros. Em uma busca retroativa à época das campanhas eleitorais do pleito de 2020, foram identificadas menções às propostas de 23 (vinte e três) parlamentares, como exemplifica a figura 15. Entre as cinco restantes, uma não possuía qualquer tipo de página ou rede social, enquanto as propostas das outras quatro não foram identificadas.

**Figura 15 - Exemplos da identificação das propostas de atuação das parlamentares**



Fonte: Páginas das parlamentares, 2021. Acesso em: 28 jun. 2021.

Quando iniciei a leitura e a seleção das informações contidas nas propostas que fossem relacionadas à temática da saúde, um elemento à parte me chamou atenção. Seis parlamentares informavam terem registrado suas propostas como compromissos junto a um cartório, como exemplificado pela figura 16. Outras duas, mencionam que suas propostas foram firmadas como compromissos junto a organizações civis e sociais. Cabe assinalar que não fora possível confirmar junto às partes estas informações. Interessante notar que, mesmo

para aqueles candidatos cujo anexo de propostas e planos oficiais de governança na inscrição da candidatura seja uma obrigatoriedade, caso não as cumpra, não existe previsibilidade jurídica de qualquer punição, tendo em vista que grande parte das decisões políticas são estruturalmente coletivas. Esta prática é requisitada pelo TSE como uma medida para incentivar o controle e participação da sociedade no acompanhamento do mandato de seu representante, culminando também na maior responsabilização pública do parlamentar. Uma vez que reeleições são permitidas, esta prática serve também como instrumento avaliativo que permite considerar a efetividade daquele representante. Desta forma, observar candidatos realizando esse registro de forma voluntária parece interessante para que a população tenha também a possibilidade de acompanhar estes mandatos embasados por documentos então oficializados.

**Figura 16 - Exemplo de menção ao registro de propostas em cartório**



Fonte: Páginas das parlamentares, 2021. Acesso em: 28 jun. 2021.

Enquanto uma estudante de Saúde Coletiva eu não poderia deixar de ressaltar que falar de saúde é, quase que inerentemente, falar também sobre educação, segurança pública, economia, direitos humanos, cidadania, cultura... A lista é extensa. Não há como distanciar a saúde de fatores socioeconômicos e político-ambientais que sobre ela determinam. No

entanto, ainda que com essa primordial consideração, o presente trabalho irá conceber como uma proposta relacionada à saúde aquela que, por ordem da parlamentar, estiver expressamente demarcada e listada como ‘proposta para a saúde’.

Embora as evidências encontradas não possam ser generalizadas para que não sejam desconsideradas as particularidades socioeconômicas, demográficas, territoriais, culturais e epidemiológicas de cada município, sobre as quais as propostas foram elaboradas, elas nos permitem perceber alguns padrões com que se relacionam. Desta forma, as propostas não serão expostas em sua totalidade, e sim, reagrupadas segundo dois grandes temas: 1) a valorização do SUS; 2) melhorias dos serviços de saúde.

### 7.3.1 A VALORIZAÇÃO DO SUS

A importância do Sistema Único de Saúde não é algo que tenha sido por mim interpretada. Entre as propostas mais robustas, que para além de uma lista de defesas e oposições apresenta também algumas descrições das situações consideradas pelas parlamentares, a sua relevância foi salientada. Nestas, foram resumidos alguns obstáculos à sua ampliação e plena efetivação, sugerindo as seguintes propostas: o aumento para 20% da participação orçamentária municipal que é considerada insuficiente (15%); que os repasses municipais que desconsideram as iniquidades territoriais sejam determinados de forma técnica e qualificada por profissionais capacitados a orientarem sua distribuição através de diagnósticos de saúde que considerem as regiões vulneráveis e periféricas; a garantia de oposição ao avanço das privatizações e terceirizações que oneram o Estado, o sistema, os trabalhadores, e precarizam os serviços, bem como a determinação de um teto para sua atuação no município; apoio a um maior recurso com reordenamento de sua distribuição entre as unidades básicas de saúde a fim de lutar contra seu sucateamento.

**Figura 17 - Propostas para a saúde reconhecem a importância do SUS**



Fonte: Páginas das parlamentares, 2021. Acesso em: 28 jun. 2021.

### 7.3.2 MELHORIAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A criação de ambulatórios especializados para o atendimento das demandas LGBTQIA+ e a educação continuada de profissionais da saúde para qualificação no atendimento desta população não é, por pouco, uma unanimidade entre parlamentares. No geral, os temas mais relevantes à população LGBTQIA+ representam grande parcela nas propostas. No que tange à saúde

, são voltados essencialmente a questões de atendimento nos serviços; Abertura de concursos públicos para contratação de profissionais e trabalhadores da saúde; Ampliação das equipes de saúde da família e dos agentes comunitários de saúde; Desenvolvimento e popularização de sistemas de teleatendimento; Maior desenvolvimento de espaços de educação em saúde para jovens, idosos e população soropositiva; Maior produção municipal de “materiais” informativos sobre saúde sexual e reprodutiva; Integração com o ambiente escolar para debates sobre gênero e sexualidade; Defesa de políticas de redução de danos para usuários de drogas; Ampliar e qualificar o atendimento e a oferta de serviços para a saúde mental; Ampliar e qualificar o atendimento e a oferta de serviços para crianças e adolescentes vítimas de abusos e violências; Ampliar e qualificar o atendimento e a oferta de serviços para mulheres vítimas de violências; Ampliar e qualificar o atendimento e a oferta de serviços para as demandas específicas da população racializada; Ampliar e qualificar o atendimento e a oferta de serviços para populações indígenas e migrantes; garantir acessibilidade de pessoas com deficiência a todos os serviços públicos de saúde; Ampliar a oferta de serviços para a população em situação de rua.

É possível observar uma importante diversidade na compreensão das demandas sociais por parte das parlamentares, bem como uma ampla abordagem a populações vulneráveis. Partindo da concepção das atribuições que cabem a uma vereadora, considero que todas as propostas descritas são passíveis de fiscalização, defesa ou oposição, e até mesmo como propostas legislativas. Pelo exposto, é possível pressupor a existência de alguns conhecimentos prévios sobre a estrutura do sistema de saúde bem como dos seus serviços. Não foi observada nenhuma inconsistência entre as propostas, seja entre aquelas de mesma parlamentar ou entre as parlamentares. Também não foi notado nenhuma proposta que, particularmente, me opusesse. Minha maior consideração refere-se à insuficiência descritiva das propostas, as suas operacionalizações, métodos, e até os contextos, dados ou informações que levaram a parlamentar a coteja-las. É possível perceber que as concepções ideológicas de partidos conservadores e de direita aos quais são filiadas algumas candidatas, não se expressam fortemente em suas propostas, o que não significa necessariamente a concordância e até o apoio posterior quando tais temas forem pautados. Importante ressaltar que a pandemia de Covid-19 garantiu ainda mais polarização no debate político no pleito considerado.

Por fim, considero que as questões do setor saúde tenham recebido um olhar social, popular e inclusivo por parte das parlamentares, e que a particular atenção às questões mencionadas apontam para uma acurada apreensão de questões e dilemas sociais que determinam sobre a saúde da população.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início ponderando acerca de todos os avanços normativos direcionados à população LGBTQIA+ aqui descritos, com especial ênfase àqueles relacionados às travestis e transgêneros que se encontram limítrofes às mais longínquas margens sociais. Tais conquistas, garantidas através do esforço e da vida de muitos antecessores, ainda apresentam perigosas fragilidades. Por serem em sua maioria estruturadas sobre bases administrativas, normativas e jurídicas, podem, em eventuais cenários políticos retrógrados como o que vivemos, serem friamente suprimidas.

É preciso que avancemos mais. Tanto em direção a novas e necessárias garantias quanto na consolidação e robustez daqueles direitos, minimamente, assegurados pelas instituições. Um amplo aparato legislativo poderia oferecer a esta população não só a consolidação dos seus direitos, mas um rígido esqueleto frente às constantes e crescentes ameaças, bem como resolver as inúmeras inconsistências e entraves do sistema. Fato é que, para indivíduos à margem, com os quais o Estado relutantemente se implica, instrumentos de regulação social como as leis nem sempre garantem uma mudança na realidade social por eles experimentada. Na maioria das vezes, as leis funcionam sob interesses e proteção daqueles que as criam. Muito embora sejam esses fatos inegáveis, em um Estado democrático de direito são as leis o arcabouço protetivo para os corpos em dissonância ao padrão vigente. Neste sentido, o ingresso dessa população no espaço legislativo, onde há a gênese desse arcabouço de proteção institucional, demonstra-se como um ato de absoluta importância, luta e resistência.

Em 2020, as 302 (trezentas e duas) candidaturas de travestis e transgêneros representam 0,05% do total de candidaturas aptas no Brasil, enquanto estima-se que a população trans brasileira represente um total de 2% da população, o que consolida uma sub-representação nesta instância de participação política institucional. Por isso, considerar o aumento de 251% entre as candidaturas de 2016 e 2020, no primeiro sufrágio municipal após a resolução que assegura o nome social como instrumento de acesso e positivação de direitos, ressalta o quão esta população urge para adentrar os espaços que antes lhes eram negados. É possível concluir que este substantivo avanço participativo de travestis e transexuais deriva diretamente de uma ampliação de sua condição de cidadania. Quiçá este novo engajamento e representação se projetem e se traduzam de forma popular na luta por uma saúde que se propõe à manutenção do nosso SUS, ao alcance da integralidade e universalidade. Resta-nos

acompanhar com atenção e esperança o compromisso com as propostas realizadas e a atuação destas novas representantes políticas no parlamento.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, 2013.
- ALZUGUIR, F. C. V. A metáfora do corpo: um olhar sobre a obra de Emily Martin. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 247-249, jan./abr. 2008.
- BARIFOUSE, R. Filósofa americana diz que protestos contra ela no Brasil são 'equivoco' e que falar de gênero 'causa muito medo'. **BBC News Brasil**, 1 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41820744>. Acesso em: 8 maio 2021.
- BEAUVOIR, S. D. **O segundo sexo**. [S. l.]: Nova Fronteira, 1949.
- BENEVIDES, B. Assassinatos de pessoas trans voltam a subir EM 2020. **ANTRA**, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>. Acesso em: 11 maio 2021.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais 2020**. São Paulo: [s. n.], 2021.
- BENITO, E. OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. **El País**, 18 jun. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704\\_000097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html). Acesso em: 10 maio 2021.
- BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BITTAR, P. Propostas buscam regulamentar candidaturas e mandatos coletivos. **Agência de Notícias**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/706588-propostas-buscam-regulamentar-candidaturas-e-mandatos-coletivos/>. Acesso em: 13 maio 2021.
- BORTON, L. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. **Senado Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 12 maio 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 maio 2021.
- BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.482, 10 de setembro de 1997. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 1997. [revogada pela resolução CFM nº 1.652, de 06 de novembro de 2002]. Disponível em: [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482\\_1997.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf). Acesso em: 07 maio 2021.
- BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm). Acesso em: 07 out. 2020.



BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm). Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ago. 2009. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820\\_13\\_08\\_2009.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html). Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_direito\\_usuarios\\_2ed2007.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direito_usuarios_2ed2007.pdf). Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Resolução nº 23.405. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos nas Eleições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/normas-e-decisoes/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.405>. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ago. 2008. [Revogada pela PRT GM/MS nº 2803, de 19 de novembro de 2013]. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html). Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**. [S. l.]: TSE, on-line. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/pesquisas-eleitorais/candidatos.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.562, de 22 de março de 2018. Inclusão do nome social no cadastro e atualização do modelo de título eleitoral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 mar. 2018a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-562-de-22-de-marco-de-2018>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Mais de 1,4 mil travestis e transexuais já solicitaram a inclusão do nome social no título de eleitor. **Notícias TSE**, 2018b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/mais-de-1-4-mil-travestis-e-transexuais-pedem-a-inclusao-do-nome-social-no-titulo-de-eleitor>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL DE FATO. Mulher trans é queimada viva no centro de Recife; codeputada denuncia transfobia. **Brasil de Fato**, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/25/mulher-trans-e-queimada-viva-no-centro-de-recife-codeputada-denuncia-transfobia>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2020.

CANTELLI, A. L. *et al.* **As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil**. [S. l.]: IBTE, 2019. p. 51.

CONGRESSO EM FOCO. Famílias mandam no Nordeste, mas não só lá. **Congresso em Foco**, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/familias-mandam-no-nordeste-mas-nao-so-la/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

E-CIDADANIA. **Projeto de Lei nº 438 de 2021**. Consulta pública. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=146522>. Acesso em: 26 jun. 2021.

E-CIDADANIA. **Portal e-Cidadania**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>. Acesso em: 26 jun. 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [S. l.]: Boitempo, 1884. v. 26. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_engels\\_origem\\_propriedade\\_privada\\_estado.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_engels_origem_propriedade_privada_estado.pdf). Acesso em: 04 maio 2021.

FEMENÍAS, M. L. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. **Sapere Aude**, v. 3, n. 6, p. 310-339, 2012.

FERREIRA, L. Uso de nome social no Enem salta 450% em relação a 2019. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/uso-de-nome-social-no-enem-salta-450-em-relacao-a-2019/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FERREIRA, R. A. A revolta de Stonewall e sua importância para o mundo gay, na avaliação de Alexino Ferreira. **Jornal da USP**, 28 jun. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=15092>. Acesso em: 13 maio 2021.

FLEURY, S.; OUVÉNEY, A. M. Política de saúde: uma política social. *In*: GIOVANELLA, L. *et al.* **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. cap. 1, p. 25-57.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, S. **Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. [S. l.]: IMAGO, 1996. v. 7.

FRIAS FILHO, O. F. O que é falso sobre fake news. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 39-44, jan./mar. 2018.

GALLI, A. *et al.* Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457, dez 2013. DOI: [doi.org/10.1590/S0102-37722013000400011](https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000400011).

GANDRA, A.; BALBI, D. Escola é primeiro gargalo à inserção de pessoas trans no mercado. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/escola-e-primeiro-gargalo-insercao-de-pessoas-trans-no-mercado>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOMES, B.; FAHEINA, C.; KER, J. No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans. **Estadão**, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOMES, R. *et al.* Gênero e direitos sexuais: suas implicações na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, 2018.

GONTIJO, F. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 299-319, jul./dez. 2014. Acesso em: 25 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 12.

JESUS, J. G. D. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília. 2012.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade: O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". *In*: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. cap. 3, p. 43-53.

MATOS, T. Perfil médio do vereador eleito no Brasil é homem, branco, casado, com ensino médio completo e 44 anos. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/18/perfil-medio-do-vereador-eleito-no-brasil-e-homem-branco-casado-com-ensino-medio-completo-e-44-anos.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2021.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, dez 2010. Acesso em: 11 maio 2021.

MIKOLSCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

MOREIRA, A.; PINHEIRO, L. OMS declara pandemia de coronavírus. **G1**, 11 mar. 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 7 mar. 2021.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**, p. 41-50, jan./jul. 2001.

PISCITELLI, A. Gênero: A história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis, 2009. p. 116-148.

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016.

ROCON, P. C. *et al.* O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 43-53, mar. 2018.

- ROSA, P. L. B. P. Como funciona o sistema proporcional? **Revista da EJE**, v. 3, n. 5, 2015. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/como-funciona-o-sistema-proporcional>. Acesso em: 11 maio 2021.
- ROSSI, A. **A história de Waldirene**. São Paulo: Núcleo Trans UNIFESP, 2020. Disponível em: <https://nucleotrans.unifesp.br/producao-de-conhecimento/materias-jornalisticas/a-historia-waldirene>. Acesso em: 9 maio 2021.
- RUPP, I. País mais transfóbico do mundo Brasil tem recorde de candidaturas de pessoas trans em 2020. **El País**, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-12/pais-mais-transfobico-do-mundo-brasil-tem-recorde-de-candidaturas-de-pessoas-trans-em-2020.html>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- SANCHES, M. Brasileiro perdeu quase 2 anos de expectativa de vida na pandemia. **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56743837>. Acesso em: 11 maio 2021.
- SANTANO, A. C.; CASTRO, K. M. Inclusão e direitos políticos: transexuais e travestis e o direito eleitoral político brasileiro. **Revista dos Tribunais**, v. 994, p. 385-408, ago. 2018.
- SANTOS, A. R. D. *et al.* Implicações bioéticas no atendimento de saúde ao público LGBTT. **Revista Bioética**, v. 23, n. 2, p. 400-408, ago. 2015.
- SANTOS, G. G. D. C. **Estado, projetos políticos e trajetórias individuais**: um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 72-93, jul./dez. 1995.
- SILVA, L. K. M. D. *et al.* Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis**, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017.
- SOUTO, L. Aumenta o número de matrículas com uso do nome social em escolas públicas do país. **O Globo**, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/aumenta-numero-de-matriculas-com-uso-do-nome-social-em-escolas-publicas-do-pais-21698032>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- SUDRÉ, L. País da transfobia. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020>. Acesso em: 12 maio 2021.
- TENENBLAT, M. J. T. **A assistência à saúde de pessoas transexuais**: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 272.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. Consciência negra: apenas 34% dos alunos de ensino superior são negros no Brasil. **UFJF Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-apenas-34-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>. Acesso em: 12 maio 2021.

VASCONCELOS, C. Retificação do nome para pessoas trans está mais fácil, mas continua cara. **Ponte**, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/retificacao-do-nome-para-pessoas-trans-esta-mais-facil-mas-continua-cara/#:~:text=O%20problema%2C%20afirma%20a%20advogada,para%20pessoas%20trans%20desde%202015>. Acesso em: 11 maio 2021.

VELASCO, C. Candidatos têm, em média, 45 anos; disputa por prefeito é a mais ‘velha’. **G1**, 11 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/candidatos-tem-em-media-45-anos-disputa-por-prefeito-e-mais-velha.html>. Acesso em: 12 maio 2021.

VIANA, F. Segundo relatório TGEU, Brasil segue no 1º lugar do ranking de assassinatos de transexuais. **Parada SP**, 27 nov. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/325QwY0>. Acesso em: 11 maio 2021.

VILELA, P. R. Sul e Sudeste concentram 91% dos municípios mais desenvolvidos. **Agência Brasil**, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-06/sul-e-sudeste-concentram-91-dos-municipios-mais-desenvolvidos>. Acesso em: 25 jun. 2021.

## **ANEXOS**

ANEXO A – TABELA DESCRITIVA DAS CANDIDATAS TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS À ELEIÇÃO MUNICIPAL DO BRASIL EM 2016  
IDENTIFICADAS JUNTO AO CADASTRO ELEITORAL DO TSE

|    | UF | CARGO     | NOME DE URNA        | ID DE GÊNERO | IDADE | ESCOLARIDADE    | COR      | PARTIDO  | RESULTADO  |
|----|----|-----------|---------------------|--------------|-------|-----------------|----------|----------|------------|
| 1  | AC | VEREADORA | RAQUEL FELIX        |              | 50    | FUNDAMENTAL     | PARDA    | PV       | SUPLENTE   |
| 2  | AM | VEREADORA | TATY FREITAS        |              | 40    | SUPERIOR        | PARDA    | DEM      | SUPLENTE   |
| 3  | AP | VEREADORA | IVANA COSTA         |              | 28    | ENS MÉDIO       | PARDA    | PV       | SUPLENTE   |
| 4  | BA | VEREADORA | DION SANTIAGO       | TRAVESTI     | 55    | SUPERIOR        | PARDA    | SD       | SUPLENTE   |
| 5  | BA | VEREADORA | PAULETE FURACÃO     | TRAVESTI     | 32    | ENS MÉDIO INC   | PRETA    | PSB      | SUPLENTE   |
| 6  | BA | VEREADORA | LÉO KRET            | TRAVESTI     | 33    | ENS MÉDIO INC   | PARDA    | DEM      | SUPLENTE   |
| 7  | BA | VEREADORA | MIRETTY DI BIACHIO  | TRAVESTI     | 43    | ENS MÉDIO       | PRETA    | PATRIOTA | NÃO ELEITA |
| 8  | BA | VEREADORA | TARCILLA CAVALCANTE | MULHER       | 41    | ENS MÉDIO       | PARDA    | PSB      | SUPLENTE   |
| 9  | BA | PREFEITO  | SAMARA BRAGA        |              | 33    | SUPERIOR INC    | PRETA    | PSOL     | NÃO ELEITA |
| 10 | BA | VEREADORA | SEBASTIAN           | TRAVESTI     | 40    | FUNDAMENTAL INC | PRETA    | PSDB     | SUPLENTE   |
| 11 | CE | VEREADORA | ANDREA ROSSATI      | MULHER       | 33    | SUPERIOR INC    | PARDA    | PROS     | SUPLENTE   |
| 12 | CE | VEREADORA | ULLANOVA            |              | 35    | ENS MÉDIO       | INDÍGENA | PR       | SUPLENTE   |
| 13 | CE | VEREADORA | BATERFLAY VILLAR    |              | 40    | ENS MÉDIO INC   | PARDA    | PMDB     | SUPLENTE   |
| 14 | CE | VEREADORA | LENA OXA            | TRAVESTI     | 48    | FUNDAMENTAL     | PARDA    | PTN      | SUPLENTE   |
| 15 | GO | VEREADORA | LUIZA CRUZ          |              | 24    | FUNDAMENTAL INC | PRETA    | PPL      | NÃO ELEITA |
| 16 | GO | VEREADORA | SARAH MAGALHÃES     |              | 32    | FUNDAMENTAL     | PARDA    | PC do B  | NÃO ELEITA |
| 17 | MA | VEREADORA | PAULETE             |              | 32    | ENS MÉDIO       | PARDA    | PSL      | SUPLENTE   |
| 18 | MA | VEREADORA | PAMELA MARANHÃO     | TRAVESTI     | 29    | ENS MÉDIO       | PARDA    | PT       | SUPLENTE   |
| 19 | MG | VEREADORA | JÉSSICA MÜLLER      | MULHER       | 32    | FUNDAMENTAL     | BRANCA   | PHS      | SUPLENTE   |
| 20 | MG | VEREADORA | CRISTAL LOPEZ       |              | 34    | ENS MÉDIO       | PRETA    | PSOL     | SUPLENTE   |
| 21 | MG | VEREADORA | DOMINYQUE EVANS     |              | 26    | FUNDAMENTAL     | BRANCA   | PMN      | SUPLENTE   |
| 22 | MG | VEREADORA | ISAIAS MARTINS      |              | 46    | ENS MÉDIO       | BRANCA   | PMDB     | ELEITA     |
| 23 | MG | VEREADORA | PAMELA VOLP         | TRAVESTI     | 49    | ENS MÉDIO INC   | PRETA    | PP       | ELEITA     |
| 24 | MG | VEREADORA | CAMILA OLIVEIRA     |              | 45    | SUPERIOR        | BRANCA   | PCB      | NÃO ELEITA |
| 25 | MG | VEREADORA | FREDI MENDES        |              | 41    | SUPERIOR        | BRANCA   | PSB      | NÃO ELEITA |

|    |    |           |                                |          |                 |                 |        |            |            |
|----|----|-----------|--------------------------------|----------|-----------------|-----------------|--------|------------|------------|
| 26 | MG | VEREADORA | BRENDA DA SILVA SANT<br>UNIONI | 40       | SUPERIOR        | BRANCA          | PP     | ELEITA     |            |
| 27 | MS | VEREADORA | AMANDA ANDERSON                | 35       | SUPERIOR        | BRANCA          | PDT    | SUPLENTE   |            |
| 28 | MS | VEREADORA | DAIANE VASCONCELOS             | 26       | FUNDAMENTAL     | BRANCA          | PR     | SUPLENTE   |            |
| 29 | MS | VEREADORA | PROF.. CLAIRE                  | 50       | ENS MÉDIO       | PARDA           | PMB    | NÃO ELEITA |            |
| 30 | PA | VEREADORA | ADRIANA LOPES                  | 34       | SUPERIOR INC    | BRANCA          | PSOL   | SUPLENTE   |            |
| 31 | PA | VEREADORA | ALESSANDRA BARRETO             | 36       | FUNDAMENTAL INC | PARDA           | PR     | SUPLENTE   |            |
| 32 | PA | VEREADORA | JUJU                           | 21       | ENS MÉDIO INC   | BRANCA          | PSB    | SUPLENTE   |            |
| 33 | PA | VEREADORA | MIMOSA                         | 30       | ENS MÉDIO       | PARDA           | PSB    | SUPLENTE   |            |
| 34 | PB | VEREADORA | LOHANE                         | MULHER   | 26              | ENS MÉDIO       | BRANCA | PTB        | SUPLENTE   |
| 35 | PB | VEREADORA | MARLY MATTOS                   | 38       | ENS MÉDIO       | PARDA           | PTB    | SUPLENTE   |            |
| 36 | PB | VEREADORA | SHIRLEY COSTA                  | 55       | LÊ E ESCREVE    | PARDA           | PP     | ELEITA     |            |
| 37 | PB | VEREADORA | FERNANDA BENVENUTTY            | TRAVESTI | 54              | ENS MÉDIO       | PARDA  | PSD        | SUPLENTE   |
| 38 | PE | VEREADORA | JOELMA DO CALYPSO              | MULHER   | 44              | FUNDAMENTAL INC | BRANCA | PP         | NULO       |
| 39 | PE | VEREADORA | PROFESSORA GIL                 | 29       | ENS MÉDIO       | PARDA           | SD     | SUPLENTE   |            |
| 40 | PE | VEREADORA | RENATA SÍNDICA                 | 39       | ENS MÉDIO       | PRETA           | PRB    | SUPLENTE   |            |
| 41 | PI | VEREADORA | SAFIRA BENGELL                 | TRAVESTI | 58              | SUPERIOR        | PARDA  | PMB        | SUPLENTE   |
| 42 | PI | VEREADORA | JÉSSYKA RODRIGUES              | 39       | SUPERIOR        | PARDA           | DEM    | SUPLENTE   |            |
| 43 | PR | VEREADORA | MAITE SCHNEIDER                | MULHER   | 44              | SUPERIOR        | BRANCA | PV         | SUPLENTE   |
| 44 | PR | VEREADORA | MELISSA ANDREAZZA CAMPUS       | MULHER   | 40              | ENS MÉDIO       | BRANCA | PSOL       | NÃO ELEITA |
| 45 | PR | VEREADORA | NICOLE FERNANDES               | 20       | ENS MÉDIO INC   | PARDA           | PRP    | SUPLENTE   |            |
| 46 | PR | VEREADORA | RAFA WIEST                     | MULHER   | 33              | SUPERIOR INC    | BRANCA | PC do B    | NÃO ELEITA |
| 47 | RJ | VEREADORA | ALESSIA ALMEIDA                | 38       | ENS MÉDIO INC   | PARDA           | PTN    | SUPLENTE   |            |
| 48 | RJ | VEREADORA | INDIANARA SIQUEIRA             | TRAVESTI | 45              | ENS MÉDIO INC   | PARDA  | PSOL       | SUPLENTE   |
| 49 | RJ | VEREADORA | SHARLENE ROSA                  | 39       | FUNDAMENTAL     | BRANCA          | PT     | SUPLENTE   |            |
| 50 | RN | VEREADORA | DAVILA MEDEIROS                | 29       | ENS MÉDIO       | PARDA           | PSB    | NÃO ELEITA |            |
| 51 | RN | VEREADORA | LARA BIANCK                    | 26       | ENS MÉDIO       | BRANCA          | PSOL   | NÃO ELEITA |            |
| 52 | RN | VEREADORA | AMANDA FERNANDES               | 33       | FUNDAMENTAL INC | BRANCA          | PMDB   | SUPLENTE   |            |
| 53 | RO | VEREADORA | JORDANA                        | 35       | ENS MÉDIO       | BRANCA          | PSD    | ELEITA     |            |
| 54 | RR | VEREADORA | REBECKA MARINHO                | 37       | ENS MÉDIO       | PARDA           | PMB    | SUPLENTE   |            |



|    |    |           |                                |          |    |                 |        |         |            |
|----|----|-----------|--------------------------------|----------|----|-----------------|--------|---------|------------|
| 55 | RR | VEREADORA | SANDRA DOS SANTOS              | MULHER   | 37 | SUPERIOR        | PARDA  | PMB     | SUPLENTE   |
| 56 | RS | VEREADORA | ESMIRRÁ                        |          | 49 | LÊ E ESCREVE    | BRANCA | PSB     | SUPLENTE   |
| 57 | RS | VEREADORA | LUISA STERN                    | MULHER   | 50 | SUPERIOR        | BRANCA | PT      | SUPLENTE   |
| 58 | RS | VEREADORA | MÃE CRIS                       |          | 58 | ENS MÉDIO       | PRETA  | PV      | SUPLENTE   |
| 59 | RS | VEREADORA | REGININHA                      | TRAVESTI | 37 | ENS MÉDIO       | BRANCA | PT      | SUPLENTE   |
| 60 | RS | VEREADORA | ANA PAULA SANDER               | MULHER   | 43 | SUPERIOR INC    | BRANCA | PSOL    | SUPLENTE   |
| 61 | RS | VEREADORA | KATIA ROSS                     |          | 44 | FUNDAMENTAL     | PRETA  | PR      | ELEITA     |
| 62 | RS | VEREADORA | RAFAELA RODRIGUES              |          | 19 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA | PSB     | SUPLENTE   |
| 63 | RS | VEREADORA | GLORIA CRYSTAL                 | MULHER   | 51 | ENS MÉDIO       | PRETA  | PMDB    | SUPLENTE   |
| 64 | SC | VEREADORA | BABALU                         |          | 30 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA | PSD     | SUPLENTE   |
| 65 | SE | VEREADORA | FRANCIELE ALCÂNTARA            |          | 25 | FUNDAMENTAL INC | PRETA  | PSB     | SUPLENTE   |
| 66 | SE | VEREADORA | LINDA BRASIL                   | MULHER   | 43 | SUPERIOR INC    | PARDA  | PSOL    | NÃO ELEITA |
| 67 | SP | VEREADORA | ALEXANDRA BRAGA                | MULHER   | 39 | SUPERIOR        | BRANCA | PSOL    | NÃO ELEITA |
| 68 | SP | VEREADORA | AMARA MOIRA                    | MULHER   | 31 | SUPERIOR        | BRANCA | PSOL    | SUPLENTE   |
| 69 | SP | VEREADORA | CARLA ZIPER                    | MULHER   | 55 | ENS MÉDIO       | PARDA  | PDT     | SUPLENTE   |
| 70 | SP | VEREADORA | ERIKA HILTON                   | MULHER   | 24 | ENS MÉDIO       | PRETA  | PSOL    | NULO       |
| 71 | SP | VEREADORA | ISABELLY CARVALHO              | MULHER   | 29 | ENS MÉDIO       | BRANCA | PSB     | SUPLENTE   |
| 72 | SP | VEREADORA | LEO AQUILLA                    | MULHER   | 46 | SUPERIOR        | BRANCA | PTN     | SUPLENTE   |
| 73 | SP | VEREADORA | PROFESSORA LUIZA<br>COPPIETERS | MULHER   | 37 | SUPERIOR        | BRANCA | PSOL    | SUPLENTE   |
| 74 | SP | VEREADORA | MATARAZZO                      |          | 39 | ENS MÉDIO       | PRETA  | PT      | SUPLENTE   |
| 75 | SP | VEREADORA | NATALIA                        |          | 44 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA | PTB     | SUPLENTE   |
| 76 | SP | VEREADORA | RÉGIS VASCON                   | HOMEM    | 44 | SUPERIOR        | BRANCA | PC do B | SUPLENTE   |
| 77 | SP | VEREADORA | RHAYANA MEIRELLES              | MULHER   | 40 | ENS MÉDIO       | PRETA  | PT      | SUPLENTE   |
| 78 | SP | VEREADORA | TIETA                          |          | 43 | ENS MÉDIO       | PARDA  | PSDB    | ELEITA     |
| 79 | SP | VEREADORA | TILA RIOS                      |          | 43 | FUNDAMENTAL INC | BRANCA | PMN     | NÃO ELEITA |
| 80 | SP | VEREADORA | VALÉRIA RODRIGUES              | TRAVESTI | 37 | ENS MÉDIO       | PARDA  | PC do B | NÃO ELEITA |
| 81 | SP | VEREADORA | KASSIANE HIGUTI (JAPA)         |          | 24 | ENS MÉDIO       | BRANCA | PSOL    | NÃO ELEITA |
| 82 | SP | VEREADORA | VI CORTEZ                      |          | 40 | SUPERIOR        | BRANCA | PTB     | SUPLENTE   |
| 83 | SP | VEREADORA | ZAHARA CARDENALE               |          | 32 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA | PT      | NÃO ELEITA |

|    |    |           |                |    |           |        |      |            |
|----|----|-----------|----------------|----|-----------|--------|------|------------|
| 84 | SP | PREFEITO  | THÍFANY FÉLIX  | 46 | ENS MÉDIO | BRANCA | PSOL | NÃO ELEITA |
| 85 | SP | VEREADORA | ANDRESSA SALES | 33 | ENS MÉDIO | BRANCA | PSB  | ELEITA     |
| 86 | SP | VEREADORA | PAULETY TECK   | 43 | ENS MÉDIO | PARDA  | PPL  | NÃO ELEITA |

Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

ANEXO B – TABELA DESCRITIVA DAS CANDIDATAS TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS À ELEIÇÃO MUNICIPAL DO BRASIL EM 2016  
LISTADAS PELA ANTRA NÃO IDENTIFICADAS NO CADASTRO ELEITORAL DO TSE

|   | <b>UF</b> | <b>CARGO</b> | <b>NOME</b> | <b>ID DE GÊNERO</b> | <b>PARTIDO</b> |
|---|-----------|--------------|-------------|---------------------|----------------|
| 1 | SP        | VEREADORA    | ELLA VIEIRA | MULHER              | PSOL           |

Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

ANEXO C – TABELA DESCRITIVA DAS CANDIDATAS TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS À ELEIÇÃO MUNICIPAL DO BRASIL EM 2020  
IDENTIFICADAS PELA ANTRA E VERIFICADAS JUNTO AO CADASTRO ELEITORAL DO TSE

| UF | CARGO | NOME URNA | NOME SOCIAL            | PARTIDO                               | IDADE        | INSTRUÇÃO | COR             | RESULTADO |            |
|----|-------|-----------|------------------------|---------------------------------------|--------------|-----------|-----------------|-----------|------------|
| 1  | AL    | VEREADORA | PAOLLA ARAÚJO          | PAOLLA FREITAS DE ARAÚJO              | REPUBLICANOS | 28        | FUNDAMENTAL INC | PARDA     | SUPLENTE   |
| 2  | AL    | VEREADORA | CRIS DE MADRID         | CRIS DE MADRI                         | PDT          | 59        | ENS MÉDIO       | PRETA     | NÃO ELEITA |
| 3  | AL    | VEREADORA | BÁRBARA NAGMAN         | BARBARA NAGMAN CORREIA ROCHA          | PT           | 46        | ENS MÉDIO       | PARDA     | SUPLENTE   |
| 4  | AL    | VEREADORA | ANGLES ALVES           | NULO                                  | PSL          | 21        | LÊ E ESCREVE    | PARDA     | SUPLENTE   |
| 5  | AM    | VEREADORA | BRUNA LA CLOSE *       | BRUNA LA CLOSE                        | PT           | 46        | LÊ E ESCREVE    | PRETA     | NULO       |
| 6  | AM    | VEREADORA | JACQUELINE MALLDONNADO | JACKELINE MALDONADO                   | DC           | 36        | ENS MÉDIO       | PARDA     | NULO       |
| 7  | AM    | VEREADORA | FAFA                   | FANTHYNNE LARK NEVES LEITE            | PSL          | 33        | ENS MÉDIO       | PARDA     | SUPLENTE   |
| 8  | AP    | VEREADORA | DUDA MONTE             | NULO                                  | PDT          | 29        | ENS MÉDIO       | PARDA     | SUPLENTE   |
| 9  | BA    | VEREADORA | PRÓ JÚLIA HELENA       | NULO                                  | PT           | 32        | SUPERIOR        | PRETA     | SUPLENTE   |
| 10 | BA    | VEREADORA | ARIANE SENNA           | NULO                                  | PSB          | 29        | SUPERIOR        | PRETA     | SUPLENTE   |
| 11 | BA    | VEREADORA | ANGELL AZEVEDO         | ANGELL DE ALMEIDA SANTOS              | PT           | 21        | ENS MÉDIO       | PARDA     | SUPLENTE   |
| 12 | BA    | VEREADORA | LORENE KLESCA          | LORRANY KLESCA                        | PSD          | 43        | FUNDAMENTAL     | PRETA     | SUPLENTE   |
| 13 | BA    | VEREADORA | ALANA CARVALHO *       | ALANA DE CARVALHO                     | PODE         | 39        | ENS MÉDIO       | PRETA     | SUPLENTE   |
| 14 | BA    | VEREADORA | KIM FONTES             | NULO                                  | PT           | 30        | SUPERIOR        | BRANCA    | SUPLENTE   |
| 15 | BA    | VEREADORA | KEITY DO BRASIL        | NULO                                  | PV           | 35        | ENS MÉDIO       | PRETA     | SUPLENTE   |
| 16 | BA    | VEREADORA | VICTOR HUGO            | NULO                                  | PT           | 25        | SUPERIOR        | PRETA     | SUPLENTE   |
| 17 | BA    | VEREADORA | BRUNA PAVANELLY        | BRUNA PAVANELLY DE SOUZA MOURA AQUINO | PT           | 23        | ENS MÉDIO INC   | PARDA     | SUPLENTE   |
| 18 | BA    | VEREADORA | BRÄNDLI RAYMUND        | RAYMUND BRÄNDHI                       | DEM          | 40        | SUPERIOR        | PARDA     | SUPLENTE   |
| 19 | BA    | VEREADORA | LEO KRET DO BRASIL     | LEO KRET DO BRASIL                    | DEM          | 37        | SUPERIOR INC    | PARDA     | SUPLENTE   |
| 20 | BA    | VEREADORA | RHAYSSA DO SOCIAL      | RAISSA RODRIGUES FERREIRA             | AVANTE       | 35        | ENS MÉDIO       | PARDA     | NÃO ELEITA |
| 21 | BA    | VEREADORA | ZARA PIMENTA           | NULO                                  | PP           | 20        | ENS MÉDIO       | PARDA     | SUPLENTE   |
| 22 | BA    | VEREADORA | CATARINA               | NULO                                  | PC do B      | 23        | SUPERIOR INC    | PARDA     | NÃO ELEITA |

## PARAGUAÇU

|    |    |           |                          |  |               |    |                 |        |            |
|----|----|-----------|--------------------------|--|---------------|----|-----------------|--------|------------|
| 23 | BA | VEREADORA | NEGA DO POVO             | GEYSA INÁCIO DOS ANJOS LIMA              | PC do B       | 46 | FUNDAMENTAL     | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 24 | BA | VEREADORA | ISADORA GONZALLES        | ISADORA NEVES GONÇALVES                  | PL            | 42 | FUNDAMENTAL INC | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 25 | BA | VEREADORA | PALOMA AYSHA             | PALOMA AYSHA OLIVEIRA                    | PL            | 25 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | NULO       |
| 26 | BA | VEREADORA | ZUNNGHA                  | ZUNNGHA GLLAYZZEE                        | PDT           | 41 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 27 | BA | VEREADORA | MIRETTY DI BIACCHIO *    | MIRETTY DI BIACHIO NEVES AMARAL          | DEM           | 47 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |
| 28 | BA | VEREADORA | FERNANDA BORGES          | NULO                                     | PT            | 24 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 29 | BA | VEREADORA | WANESSA OLIVEIRA         | WANESSA DE SOUZA OLIVEIRA                | PC do B       | 45 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |
| 30 | BA | VEREADORA | THATI TEYLON             | NULO                                     | PC do B       | 35 | SUPERIOR INC    | PARDA  | SUPLENTE   |
| 31 | BA | VEREADORA | MANDATA TRANS COLETIVA * | NULO                                     | PSOL          | 40 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 32 | CE | VEREADORA | DÉBORA LOVEN             | DEBORA LOVEN STAYNE                      | PSD           | 43 | FUNDAMENTAL INC | BRANCA | SUPLENTE   |
| 33 | CE | VEREADORA | GLENDHA                  | GLENDHA CASTRO ALVES                     | PT            | 35 | ENS MÉDIO       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 34 | CE | VEREADORA | ANNA CLÁUDIA             | ANNA CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA DE SOUSA | PMN           | 37 | LÊ E ESCREVE    | PRETA  | SUPLENTE   |
| 35 | CE | VEREADORA | LUANA LARA               | LUANA LARA FIRMINO LIMA                  | PSL           | 34 | ENS MÉDIO       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 36 | CE | VEREADORA | NETA                     | JOSÉ HONORATO BATISTA NETA               | PC do B       | 27 | SUPERIOR INC    | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 37 | CE | VEREADORA | EDYVAS GOMES             | EDYVAS PEREIRA GOMES                     | PSDB          | 41 | ENS MÉDIO       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 38 | CE | VEREADORA | LUA TELES                | NULO                                     | PDT           | 27 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 39 | CE | VEREADORA | BATERFLAY SILVA          | NULO                                     | SOLIDARIEDADE | 44 | LÊ E ESCREVE    | PARDA  | SUPLENTE   |
| 40 | CE | VEREADORA | ULLANOVA VENUTO *        | NULO                                     | MDB           | 39 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 41 | ES | VEREADORA | LARISSA LORRAN           | LARISSA LORRAN                           | PP            | 53 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 42 | ES | VEREADORA | SAMARA                   | SAMARA DA SILVA ABREU                    | PSB           | 43 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 43 | ES | VEREADORA | JOYCE RODRIGUES          | JOYCE RODRIGUES DA SILVA                 | PSDB          | 39 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |
| 44 | ES | VEREADORA | MICHELLE                 | MICHELLE FERREIRA DA                     | CIDADANIA     | 43 | LÊ E ESCREVE    | PARDA  | SUPLENTE   |

## SILVA

|    |    |           |                                  |                                     |               |    |                 |        |            |
|----|----|-----------|----------------------------------|-------------------------------------|---------------|----|-----------------|--------|------------|
| 45 | ES | VEREADORA | MARKETY                          | MARKETY ALOCHIO                     | PTC           | 37 | FUNDAMENTAL INC | PARDA  | SUPLENTE   |
| 46 | ES | VEREADORA | LAYZA LIMA                       | NULO                                | PT            | 33 | SUPERIOR INC    | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 47 | ES | VEREADORA | LARISSA MONTEIRO                 | LARISSA FELIPE                      | PDT           | 35 | ENS MÉDIO       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 48 | ES | VEREADORA | LARI CAMPONESA                   | NULO                                | REPUBLICANOS  | 25 | SUPERIOR INC    | BRANCA | ELEITA     |
| 49 | GO | VEREADORA | BABY BRASIL                      | NULO                                | PSDB          | 33 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 50 | GO | VEREADORA | DARPHINNY MYRELLA                | DARPHINNY MYRELLA CIRINO E SILVA    | PP            | 34 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 51 | GO | VEREADORA | CINTIA DA AGORA É QUE SAO ELAS * | NULO                                | PSOL          | 43 | SUPERIOR        | BRANCA | NULO       |
| 52 | GO | VEREADORA | PROF. PAOLLA                     | PAOLLA BRACHO RIBEIRO DO NASCIMENTO | PP            | 43 | SUPERIOR        | PARDA  | SUPLENTE   |
| 53 | GO | VEREADORA | VANESSA CARVALHO                 | VANESSA DARA LUIZA DE CARVALHO      | PDT           | 41 | SUPERIOR INC    | PARDA  | NULO       |
| 54 | GO | VEREADORA | KUTY                             | SORAYA MENDYS KUTY RODRIGUES SANTOS | MDB           | 39 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 55 | GO | VEREADORA | KIMBERLLY KELLY                  | NULO                                | PSD           | 28 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 56 | GO | VEREADORA | ANA KELY *                       | NULO                                | PT            | 40 | ENS MÉDIO INC   | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 57 | GO | VEREADORA | JHÔANNE AMORIM                   | JHÔANNE PEREIRA DE AMORIM           | PV            | 22 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | NULO       |
| 58 | GO | VEREADORA | SARAH URBIETA                    | NULO                                | PT            | 36 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 59 | GO | VEREADORA | PAULLETY                         | PAULLETY RAMONA JORDANA             | DEM           | 47 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 60 | GO | VEREADORA | TIO ANDERSON MALLONY             | BABY MALLONY                        | CIDADANIA     | 40 | SUPERIOR INC    | BRANCA | SUPLENTE   |
| 61 | MA | VEREADORA | PIU                              | CARLA ANDREIA SILVA SOUSA           | PSD           | 40 | ENS MÉDIO INC   | PRETA  | SUPLENTE   |
| 62 | MA | VEREADORA | RAY CABELEIREIRO                 | RAYSSA FERREIRA                     | PT            | 58 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 63 | MA | VEREADORA | LOHANNA PAUSINI                  | NULO                                | CIDADANIA     | 40 | SUPERIOR        | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 64 | MA | VEREADORA | MIGUEL DA PALMEIRA               | ICARO MIGUEL SILVA DOS SANTOS       | SOLIDARIEDADE | 27 | ENS MÉDIO INC   | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 65 | MG | VEREADORA | AYSLA CARVALHO                   | AYSLA LIARAH CARVALHO               | PP            | 31 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 66 | MG | VEREADORA | KARLO DA RÁDIO                   | NULO                                | UP            | 42 | SUPERIOR        | PRETA  | NÃO ELEITA |

|    |    |           |                          |                              |              |    |                 |        |            |
|----|----|-----------|--------------------------|------------------------------|--------------|----|-----------------|--------|------------|
| 67 | MG | VEREADORA | JAMILY                   | JAMÍLY SILVÉRIO DO CARMO     | PTB          | 28 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |
| 68 | MG | VEREADORA | PROFESSORA DUDA SALABERT | NULO                         | PDT          | 39 | SUPERIOR        | BRANCA | ELEITA     |
| 69 | MG | VEREADORA | ELIAN PRETO TRANS        | NULO                         | REDE         | 36 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 70 | MG | VEREADORA | ANA LÚCIA NUNES          | ANA LUZ FLORES SILVA         | PT           | 61 | SUPERIOR        | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 71 | MG | VEREADORA | DUDA MAXIMILIANO         | NULO                         | PT           | 29 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 72 | MG | VEREADORA | RUBY RIVERA              | NULO                         | PODE         | 33 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 73 | MG | VEREADORA | RANNEY MENDES            | RANNEY MENDES SILVA          | PSD          | 28 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |
| 74 | MG | VEREADORA | DRIKA                    | NULO                         | PSD          | 34 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 75 | MG | VEREADORA | ALICE HELENA             | NULO                         | MDB          | 20 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |
| 76 | MG | VEREADORA | ANALU MAGALHÃES          | NULO                         | PT           | 33 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 77 | MG | VEREADORA | ED MARTE *               | NULO                         | PSOL         | 52 | SUPERIOR        | BRANCA | SUPLENTE   |
| 78 | MG | VEREADORA | LULU                     | LUANA EMERENCIANO            | PV           | 47 | SUPERIOR        | PARDA  | SUPLENTE   |
| 79 | MG | VEREADORA | ANDRE GOIABAL            | ANDRÉ SILVA OLIVEIRA         | PATRIOTA     | 41 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | SUPLENTE   |
| 80 | MG | VEREADORA | REBECA GONÇALVES         | REBECA BORGES GONÇALVES      | REDE         | 21 | SUPERIOR INC    | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 81 | MG | VEREADORA | LARA CANDIDO             | LARA FABIA CANDIDA PEREIRA   | PDT          | 31 | FUNDAMENTAL INC | PARDA  | SUPLENTE   |
| 82 | MG | VEREADORA | RHIELLY GOMES            | RHIELLY GOMES BARCARO        | PDT          | 33 | FUNDAMENTAL INC | PARDA  | SUPLENTE   |
| 83 | MG | VEREADORA | DANDARA FELÍCIA *        | NULO                         | PSOL         | 39 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 84 | MG | VEREADORA | ANDRESSA                 | ANDRESSA MARINA FERREIRA     | AVANTE       | 38 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | SUPLENTE   |
| 85 | MG | VEREADORA | ARIELLA DUTRA            | ARIELLA SOUZA DUTRA          | REPUBLICANOS | 29 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | SUPLENTE   |
| 86 | MG | VEREADORA | JULIANA CARLA            | JULIANA CARLA DOS SANTOS     | REDE         | 37 | ENS MÉDIO INC   | PRETA  | SUPLENTE   |
| 87 | MG | VEREADORA | MALU AGHATA BLOGUEIRA    | MALÚ ÁGATHA EDUARDA DE SOUZA | DEM          | 44 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NULO       |
| 88 | MG | PREFEITA  | BRENDA SANT UNIONI       | NULO                         | PATRIOTA     | 44 | SUPERIOR INC    | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 89 | MG | VEREADORA | RAYCA VIANA              | RAYCA TEIXEIRA VIANA         | PSDB         | 33 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 90 | MG | VEREADORA | JULIA AGUILERA           | JULIA GUIMARÃES              | PP           | 29 | FUNDAMENTAL     | PRETA  | SUPLENTE   |
| 91 | MG | VEREADORA | LORRAYNE COELHO          | LORRAYNE COELHO              | PSDB         | 31 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |

|     |    |           |                                 |                                 |              |    |                 |        |            |
|-----|----|-----------|---------------------------------|---------------------------------|--------------|----|-----------------|--------|------------|
| 92  | MG | VEREADORA | ALESSANDRA DO SALAO             | ALESSANDRA PEREIRA GOMES        | PSD          | 33 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 93  | MG | VEREADORA | GILVAN MASFERRER                | NULO                            | DC           | 30 | ENS MÉDIO       | PARDA  | ELEITA     |
| 94  | MG | VEREADORA | BIANKA GOMES *                  | NULO                            | PODE         | 28 | SUPERIOR        | PARDA  | SUPLENTE   |
| 95  | MG | VEREADORA | MAMUSKA MINEIRA                 | MAMUSKA OLIVEIRA GOMES          | PC do B      | 48 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 96  | MG | VEREADORA | RHAUHANNA GONÇALVES             | RHAUHANNA FARIAS GONÇALVES      | PATRIOTA     | 24 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |
| 97  | MG | VEREADORA | LETICIA IMPERATRIZ              | LETICIA FERREIRA DE SOUZA       | PT           | 30 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 98  | MG | VEREADORA | STELLA NATHANE                  | NULO                            | PT           | 32 | SUPERIOR INC    | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 99  | MG | VEREADORA | PROFESSORA EDNA IDE             | EDNA LUIZA BULGARELLI IDE       | PDT          | 46 | SUPERIOR        | BRANCA | SUPLENTE   |
| 100 | MG | VEREADORA | DU OUTRO PRETO *                | NULO                            | PT           | 45 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 101 | MG | VEREADORA | PAULETTE BLUE                   | NULO                            | PSDB         | 40 | FUNDAMENTAL INC | BRANCA | ELEITA     |
| 102 | MG | VEREADORA | TITIA CHIBA                     | NULO                            | PSB          | 40 | FUNDAMENTAL     | PRETA  | ELEITA     |
| 103 | MS | VEREADORA | KARLA+CARLOS CG+FORTE E JUSTA * | NULO                            | PSDB         | 40 | SUPERIOR        | PARDA  | SUPLENTE   |
| 104 | MS | VEREADORA | SAMYRA PITANGA                  | SAMYRA PITANGA                  | PSD          | 30 | ENS MÉDIO       | BRANCA | NULO       |
| 105 | MS | VEREADORA | SILVIA ALBUQUERQUE              | SILVIA DE ALBULQUERQUE MOURA    | CIDADANIA    | 31 | LÊ E ESCREVE    | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 106 | MS | VEREADORA | YASMIN SABRINA                  | YASMIN SABRINA DA SILVA LIMA    | PSD          | 48 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 107 | MS | VEREADORA | DAIANE VASCONCELOS BITOCA       | DAIANE VASCONCELOS              | PT           | 30 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 108 | MS | VEREADORA | JOÃO VILELA                     | NULO                            | PDT          | 28 | SUPERIOR        | BRANCA | SUPLENTE   |
| 109 | MS | VEREADORA | CRIS STEFANNY                   | NULO                            | PSD          | 41 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 110 | MS | VEREADORA | KENSY KENIDY                    | KENSY KENIDY PALÁCIO DOS SANTOS | PT           | 37 | SUPERIOR INC    | PARDA  | SUPLENTE   |
| 111 | MS | VEREADORA | DR CURY                         | NULO                            | DEM          | 71 | SUPERIOR        | BRANCA | SUPLENTE   |
| 112 | MS | VEREADORA | LUANA DHARA                     | NULO                            | PV           | 41 | SUPERIOR INC    | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 113 | MS | VEREADORA | VITORIA CORREA                  | VITÓRIA CORREA DOS SANTOS       | REPUBLICANOS | 35 | FUNDAMENTAL INC | PARDA  | SUPLENTE   |
| 114 | MS | VEREADORA | PATY OLIVER                     | PATRÍCIA OLIVEIRA               | PP           | 40 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |



|     |    |           |                              |                                   |         |    |                    |        |            |
|-----|----|-----------|------------------------------|-----------------------------------|---------|----|--------------------|--------|------------|
| 115 | MS | VEREADORA | THABATA LESTRANGE            | THÁBATA SOUZA FALDIN              | PODE    | 29 | SUPERIOR           | PARDA  | SUPLENTE   |
| 116 | MT | VEREADORA | LORRAYNE BETTEGA             | LORRAYNE BETTEGA                  | MDB     | 41 | ENS MÉDIO          | BRANCA | SUPLENTE   |
| 117 | MT | VEREADORA | CELINHA DO SALAO             | CELINHA MARTINS                   | PP      | 40 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 118 | MT | VEREADORA | MARCIA KELLY TRANS<br>*      | MARCIA KELLY PEREIRA<br>DA SILVA  | MDB     | 39 | FUNDAMENTAL        | BRANCA | NULO       |
| 119 | MT | VEREADORA | ADRIANA LIÁRIO *             | ADRIANA LIARIO                    | PC do B | 35 | ENS MÉDIO INC      | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 120 | PA | VEREADORA | PAULINHA DA SAÚDE            | PAULA BULCÃO DE<br>ARAÚJO         | MDB     | 32 | FUNDAMENTAL<br>INC | PARDA  | ELEITA     |
| 121 | PA | VEREADORA | HAGATA SILVA                 | HAGATA MATOS DA<br>SILVA          | PSDB    | 31 | ENS MÉDIO INC      | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 122 | PA | VEREADORA | DUDA NEREIDY                 | MARIA EDUARDA SANTOS<br>PINHEIRO  | PSDB    | 42 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 123 | PA | VEREADORA | SUZZY CABELEIREIRA           | SUZZY KAMEG SERRÃO<br>GEMAQUE     | PTB     | 53 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 124 | PA | VEREADORA | RENATA RIOS TAYLOR           | NULO                              | PSOL    | 52 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 125 | PA | VEREADORA | NATASHA FOX                  | NULO                              | PTC     | 39 | ENS MÉDIO          | PRETA  | SUPLENTE   |
| 126 | PA | VEREADORA | RAICARLOS                    | NULO                              | PDT     | 59 | SUPERIOR           | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 127 | PA | VEREADORA | DJENANNY                     | DJENANNY PEREIRA                  | PSDB    | 29 | ENS MÉDIO          | PRETA  | SUPLENTE   |
| 128 | PA | VEREADORA | PRISCILLA                    | PRISCILLA SILVA BRITO             | PSB     | 35 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 129 | PA | VEREADORA | ELLANA DA BANCADA<br>DELAS * | NULO                              | PC do B | 28 | SUPERIOR           | PRETA  | SUPLENTE   |
| 130 | PA | VEREADORA | BH FERREIRA                  | NULO                              | AVANTE  | 25 | SUPERIOR INC       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 131 | PA | VEREADORA | SHAYLLA RODRIGUES<br>MIMOSA  | SHAYLLA RODRIGUES<br>DOS SANTOS   | PSB     | 34 | ENS MÉDIO          | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 132 | PA | VEREADORA | RAYSSA RAYANA                | RAYSSA RAYANA<br>ALMEIDA RIBEIRO  | PROS    | 47 | ENS MÉDIO          | PARDA  | NULO       |
| 133 | PB | VEREADORA | ALIEL MAIA                   | ALIEL MAIA FERNANDES<br>DA COSTA  | PL      | 29 | ENS MÉDIO          | BRANCA | SUPLENTE   |
| 134 | PB | VEREADORA | VAQUINHA ELVIRA              | NULO                              | PSOL    | 42 | ENS MÉDIO INC      | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 135 | PB | VEREADORA | KASSANDRA JERRY              | KASSANDRA JERRY DE<br>MELO MAXIMO | PDT     | 37 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 136 | PB | VEREADORA | CIARA LYS                    | CIARA LYS DA SILVA<br>LIMA        | PT      | 36 | FUNDAMENTAL        | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 137 | PB | VEREADORA | MILENA FEITOSA               | MILENA FEITOSA DOS<br>SANTOS      | PT      | 33 | ENS MÉDIO          | BRANCA | NÃO ELEITA |

|     |    |           |                    |                                      |               |    |                    |        |            |
|-----|----|-----------|--------------------|--------------------------------------|---------------|----|--------------------|--------|------------|
| 138 | PB | VEREADORA | JESICA GAMA        | JÉSSICA GAMA                         | PSB           | 44 | ENS MÉDIO INC      | PARDA  | SUPLENTE   |
| 139 | PB | VEREADORA | DÓ                 | KANANDA PEREIRA DOS SANTOS           | PSDB          | 33 | ENS MÉDIO          | PRETA  | SUPLENTE   |
| 140 | PE | VEREADORA | ROBERTTA LLEONY    | ROBERTTA LLEONY                      | AVANTE        | 38 | ENS MÉDIO          | BRANCA | NULO       |
| 141 | PE | VEREADORA | ADRIELLY FERRAZ    | ADRYELLY FERRAZ                      | PDT           | 32 | ENS MÉDIO          | PRETA  | SUPLENTE   |
| 142 | PE | VEREADORA | GENILDE LIMA       | GENILDI DE LIMA                      | REPUBLICANOS  | 32 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 143 | PE | VEREADORA | ALZYR CORES *      | NULO                                 | PT            | 42 | SUPERIOR           | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 144 | PE | VEREADORA | SOFIA FRAGOSO *    | SOFIA FRAGOSO DA SILVA               | PC do B       | 24 | SUPERIOR INC       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 145 | PE | VEREADORA | PAULLA BLADHY      | PAULLA BLADHY<br>PAULINO DA SILVA    | DEM           | 48 | ENS MÉDIO INC      | PRETA  | NULO       |
| 146 | PE | VEREADORA | LADJA TRANSFORMA * | NULO                                 | PSOL          | 32 | ENS MÉDIO          | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 147 | PE | VEREADORA | BRUNA              | BRUNA RAFAELA<br>NASCIMENTO          | PC do B       | 31 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 148 | PE | VEREADORA | ANA SANTANA *      | NULO                                 | PT            | 54 | SUPERIOR           | PRETA  | SUPLENTE   |
| 149 | PE | VEREADORA | TÁBATA AMBRÓSIO    | NULO                                 | CIDADANIA     | 32 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 150 | PE | VEREADORA | JOANA CASOTTI      | NULO                                 | PC do B       | 23 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 151 | PI | VEREADORA | KATIA              | NULO                                 | PP            | 71 | FUNDAMENTAL<br>INC | PARDA  | SUPLENTE   |
| 152 | PI | VEREADORA | CASCAVEL DO PIAUÍ  | NULO                                 | MDB           | 25 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |
| 153 | PI | VEREADORA | KATE MACHADO       | NULO                                 | MDB           | 37 | ENS MÉDIO          | BRANCA | SUPLENTE   |
| 154 | PR | VEREADORA | ZAZA               | LUISA ZAZA FERNANDES<br>DA CONCEIÇÃO | PMN           | 50 | SUPERIOR           | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 155 | PR | VEREADORA | LUÍSA ZANSÁVIO     | MARIA LUÍSA ZANSAVIO                 | MDB           | 29 | SUPERIOR INC       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 156 | PR | VEREADORA | BRUNA FREITAS      | NULO                                 | PSC           | 44 | FUNDAMENTAL        | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 157 | PR | VEREADORA | LANNA LENG         | LANNA DE ALMEIDA                     | DEM           | 30 | ENS MÉDIO          | BRANCA | SUPLENTE   |
| 158 | PR | PREFEITA  | LETÍCIA LANZ       | NULO                                 | PSOL          | 69 | SUPERIOR           | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 159 | PR | VEREADORA | RENATA BORGES      | NULO                                 | PT            | 38 | SUPERIOR INC       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 160 | PR | VEREADORA | DEBORA LEE         | NULO                                 | PSL           | 48 | SUPERIOR           | PRETA  | SUPLENTE   |
| 161 | PR | VEREADORA | PROFESSORA BRENDA  | NULO                                 | PV            | 39 | SUPERIOR           | BRANCA | ELEITA     |
| 162 | RJ | VEREADORA | SHARLENE ROSA      | NULO                                 | SOLIDARIEDADE | 43 | SUPERIOR           | BRANCA | SUPLENTE   |
| 163 | RJ | VEREADORA | LORRAYNE GAZOLLA   | NULO                                 | AVANTE        | 21 | ENS MÉDIO          | BRANCA | SUPLENTE   |
| 164 | RJ | VEREADORA | BENNY BRIOLLY      | NULO                                 | PSOL          | 29 | LÊ E ESCREVE       | PRETA  | ELEITA     |

|     |    |           |                       |                                    |         |    |                 |        |            |
|-----|----|-----------|-----------------------|------------------------------------|---------|----|-----------------|--------|------------|
| 165 | RJ | VEREADORA | CHRISTINA BALAAAT     | NULO                               | DEM     | 32 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 166 | RJ | VEREADORA | LARYSSA DO FANCHEM    | LARYSSA DE OLIVEIRA SILVA          | PP      | 32 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 167 | RJ | VEREADORA | GILMARA CUNHA         | NULO                               | PT      | 36 | SUPERIOR INC    | PRETA  | SUPLENTE   |
| 168 | RJ | VEREADORA | SONINHA DE QUINTINO   | SÔNIA DE ARSOLINO                  | DEM     | 51 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 169 | RJ | VEREADORA | GLAUCO VITAL          | NULO                               | PDT     | 50 | FUNDAMENTAL     | BRANCA | SUPLENTE   |
| 170 | RJ | VEREADORA | INDIANARAE SIQUEIRA * | INDIANARE SIQUEIRA                 | PT      | 49 | ENS MÉDIO INC   | PARDA  | SUPLENTE   |
| 171 | RJ | VEREADORA | ALYNE SUSANA          | NULO                               | PSOL    | 46 | SUPERIOR INC    | PRETA  | SUPLENTE   |
| 172 | RJ | VEREADORA | LUANA RAYALLA         | NULO                               | PDT     | 25 | SUPERIOR        | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 173 | RJ | VEREADORA | ARIANA AGNES          | NULO                               | PC do B | 32 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 174 | RJ | VEREADORA | DRA. TATIANA CRISPIM  | NULO                               | PP      | 37 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 175 | RJ | VEREADORA | LAYZ NASCIMENTO       | NULO                               | PC do B | 42 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 176 | RJ | VEREADORA | KARÁ                  | NULO                               | PDT     | 40 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | ELEITA     |
| 177 | RN | VEREADORA | THALIA PACÍFICO       | NULO                               | PSB     | 31 | FUNDAMENTAL INC | PARDA  | SUPLENTE   |
| 178 | RN | VEREADORA | MELLYSSA ALMEIDA      | MELLYSSA ALMEIDA DA SILVA          | PSDB    | 27 | SUPERIOR        | PARDA  | SUPLENTE   |
| 179 | RN | VEREADORA | JOSÉLIA JACUTINGA     | NULO                               | PP      | 43 | FUNDAMENTAL     | PARDA  | SUPLENTE   |
| 180 | RN | VEREADORA | LARA BIANCK           | NULO                               | PSOL    | 30 | SUPERIOR INC    | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 181 | RN | VEREADORA | DANIELLE RONDINELE    | DANIELLE MEDEIROS DE ARAUJO        | PT      | 40 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 182 | RN | VEREADORA | LUNNA PALAX *         | NULO                               | PSDB    | 28 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 183 | RN | VEREADORA | LUDMILA               | LUDMILA FELIX DE ANDRADE           | PSC     | 35 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 184 | RN | VEREADORA | KAROL SILVA           | NULO                               | PSB     | 19 | SUPERIOR INC    | BRANCA | SUPLENTE   |
| 185 | RN | VEREADORA | SAN SCHNEIDER         | NULO                               | PSDB    | 32 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 186 | RN | VEREADORA | MICHELY BARBOSA       | MICHELY BARBOSA DE PONTES          | PT      | 43 | FUNDAMENTAL     | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 187 | RN | VEREADORA | THABATTA PIMENTA      | NULO                               | PROS    | 28 | ENS MÉDIO       | BRANCA | ELEITA     |
| 188 | RN | VEREADORA | DÁVILA MEDEIROS       | DAVILA MEDEIROS SALUSTIANO DA CRUZ | PSB     | 33 | ENS MÉDIO       | PRETA  | SUPLENTE   |

|     |    |           |                             |                                |           |    |                 |          |            |
|-----|----|-----------|-----------------------------|--------------------------------|-----------|----|-----------------|----------|------------|
| 189 | RO | VEREADORA | ATENA BARROS                | NULO                           | PC do B   | 20 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA   | NÃO ELEITA |
| 190 | RO | VEREADORA | RENATA EVANS                | RENATA EVANS VALENTE QUEIROZ   | CIDADANIA | 53 | FUNDAMENTAL INC | PARDA    | NÃO ELEITA |
| 191 | RO | VEREADORA | JORDANA FERREIRA            | NULO                           | PSB       | 39 | ENS MÉDIO       | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 192 | RO | VEREADORA | KAREN OLIVEIRA              | KAREN DE OLIVEIRA DIOGO        | PSB       | 51 | ENS MÉDIO       | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 193 | RO | VEREADORA | PAULA VLASAK                | NULO                           | PT        | 27 | ENS MÉDIO       | PARDA    | NÃO ELEITA |
| 194 | RR | VEREADORA | MARCELA MATARAZZO           | MARCELA MARINHO MATARAZZO      | PT        | 39 | SUPERIOR INC    | AMARELA  | NÃO ELEITA |
| 195 | RR | VEREADORA | KELLY SALES                 | KELLY SALES                    | PMB       | 48 | ENS MÉDIO       | PARDA    | SUPLENTE   |
| 196 | RS | VEREADORA | CHRIS SIBERINO              | NULO                           | PL        | 44 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 197 | RS | VEREADORA | PSICÓLOGA FRANCINNE VEIGA * | NULO                           | PL        | 41 | SUPERIOR        | BRANCA   | NÃO ELEITA |
| 198 | RS | VEREADORA | LINS ROBALO                 | NULO                           | PT        | 37 | SUPERIOR        | PRETA    | ELEITA     |
| 199 | RS | VEREADORA | GIOVANA PYTTON              | NULO                           | PC do B   | 37 | FUNDAMENTAL     | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 200 | RS | VEREADORA | NATASHA FERREIRA            | NATASHA FERREIRA               | PSOL      | 32 | ENS MÉDIO       | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 201 | RS | VEREADORA | CLEO ARAUJO                 | NULO                           | PT        | 41 | SUPERIOR INC    | INDÍGENA | SUPLENTE   |
| 202 | RS | VEREADORA | RAFAELA                     | RAFAELA RODRIGUES              | PSB       | 23 | ENS MÉDIO       | BRANCA   | NÃO ELEITA |
| 203 | RS | VEREADORA | REGININHA                   | NULO                           | PT        | 41 | SUPERIOR INC    | BRANCA   | ELEITA     |
| 204 | RS | VEREADORA | FELIPE AMARO                | NULO                           | PCB       | 26 | SUPERIOR INC    | BRANCA   | NÃO ELEITA |
| 205 | RS | VEREADORA | RUBIA RUBI                  | RUBIA EMILIANA VELEDA DA SILVA | PP        | 36 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA   | NULO       |
| 206 | RS | VEREADORA | THIFANI FERREIRA            | THIFANI FERREIRA DEFERRARI     | PT        | 29 | ENS MÉDIO       | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 207 | RS | VEREADORA | ATENA                       | NULO                           | PDT       | 29 | SUPERIOR INC    | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 208 | RS | VEREADORA | YASMIN PRESTES              | NULO                           | MDB       | 38 | FUNDAMENTAL     | BRANCA   | ELEITA     |
| 209 | SC | VEREADORA | MARIANA FRANCO              | NULO                           | PC do B   | 34 | SUPERIOR INC    | BRANCA   | NÃO ELEITA |
| 210 | SC | VEREADORA | PROF DIANA SOPHIA           | NULO                           | PSOL      | 27 | SUPERIOR        | PRETA    | NÃO ELEITA |
| 211 | SC | VEREADORA | LIROUS                      | NULO                           | PL        | 38 | SUPERIOR        | PRETA    | SUPLENTE   |
| 212 | SC | VEREADORA | LUÍZA BITTENCOURT           | LUÍZA BITTENCOURT              | PT        | 46 | ENS MÉDIO       | BRANCA   | SUPLENTE   |
| 213 | SC | VEREADORA | PROFESSORA ELLER            | NULO                           | PC do B   | 24 | SUPERIOR INC    | PRETA    | NÃO ELEITA |
| 214 | SC | VEREADORA | BABALU                      | NULO                           | PSDB      | 34 | FUNDAMENTAL INC | BRANCA   | SUPLENTE   |

|     |    |           |                                   |                                  |               |    |                    |         |            |
|-----|----|-----------|-----------------------------------|----------------------------------|---------------|----|--------------------|---------|------------|
| 215 | SC | VEREADORA | VALDETY                           | NULO                             | SOLIDARIEDADE | 28 | ENS MÉDIO          | BRANCA  | NÃO ELEITA |
| 216 | SC | VEREADORA | KATIELLY                          | KATIELLY LANZINI                 | PSD           | 59 | ENS MÉDIO          | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 217 | SC | VEREADORA | AGHATA FERREIRA                   | AGHATA FERREIRA                  | MDB           | 37 | SUPERIOR           | PRETA   | SUPLENTE   |
| 218 | SC | VEREADORA | KARLA MUNIZ                       | KARLA MUNIZ                      | PC do B       | 44 | ENS MÉDIO          | PARDA   | SUPLENTE   |
| 219 | SC | VEREADORA | SANDRA LUIZA                      | SANDRA LUIZA MARTINS<br>CLAUDINO | PC do B       | 48 | ENS MÉDIO          | PRETA   | NÃO ELEITA |
| 220 | SE | VEREADORA | TATHIANE ARAUJO                   | NULO                             | PSB           | 40 | SUPERIOR INC       | PARDA   | NÃO ELEITA |
| 221 | SE | VEREADORA | LINDA BRASIL                      | NULO                             | PSOL          | 47 | SUPERIOR           | AMARELA | ELEITA     |
| 222 | SE | VEREADORA | HELLEN ARAUJO                     | HELLEN ARAUJO LESSA              | PT            | 26 | ENS MÉDIO          | PRETA   | NÃO ELEITA |
| 223 | SE | VEREADORA | BARBARA MARQUES                   | NULO                             | PSC           | 35 | FUNDAMENTAL<br>INC | PARDA   | SUPLENTE   |
| 224 | SE | VEREADORA | AGATHA SOUZA                      | NULO                             | CIDADANIA     | 39 | ENS MÉDIO          | PARDA   | NÃO ELEITA |
| 225 | SE | VEREADORA | GABRIELLE                         | GABRIELLE                        | SOLIDARIEDADE | 39 | ENS MÉDIO          | PARDA   | SUPLENTE   |
| 226 | SE | VEREADORA | ESMERALDA DO BAR                  | ESMERALDA PEREIRA                | DC            | 35 | FUNDAMENTAL<br>INC | PARDA   | NÃO ELEITA |
| 227 | SE | VEREADORA | KELLY SCHENEYDER                  | NULO                             | PSC           | 43 | ENS MÉDIO          | PARDA   | SUPLENTE   |
| 228 | SP | VEREADORA | JOYCE BARRETO                     | JOYCE DE ARAÚJO<br>BARRETO       | PL            | 48 | ENS MÉDIO          | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 229 | SP | VEREADORA | PAOLA CARVALHO                    | PAOLA CARVALHO                   | PTB           | 36 | ENS MÉDIO          | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 230 | SP | VEREADORA | NATÁLIA TRAVESTI                  | NATALIA ALVES MARTINS            | PTB           | 48 | FUNDAMENTAL        | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 231 | SP | VEREADORA | GABRIELLA BUENO                   | NULO                             | PSDB          | 35 | ENS MÉDIO          | PARDA   | SUPLENTE   |
| 232 | SP | VEREADORA | TIFANNY VOLEI                     | NULO                             | MDB           | 36 | SUPERIOR INC       | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 233 | SP | VEREADORA | FERNANDA FARIAS<br>FEFA           | FERNANDA DOS SANTOS<br>FARIAS    | PTB           | 31 | ENS MÉDIO          | PARDA   | NÃO ELEITA |
| 234 | SP | VEREADORA | GIGI PAVESI                       | NULO                             | PODE          | 51 | ENS MÉDIO INC      | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 235 | SP | VEREADORA | MARGARIDA                         | MARGARIDA GONÇALVES<br>DA RITA   | PDT           | 69 | FUNDAMENTAL<br>INC | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 236 | SP | VEREADORA | LUNA MOURA                        | LUNA DE MOURA<br>RAPHAEL         | MDB           | 27 | ENS MÉDIO          | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 237 | SP | VEREADORA | RENATA PERON<br>BANCADA ARTEVISTA | NULO                             | PODE          | 43 | SUPERIOR           | PARDA   | SUPLENTE   |
| 238 | SP | VEREADORA | JAQUE MITTAL                      | JAQUELLINE HERCULANO<br>VIEIRA   | PDT           | 26 | ENS MÉDIO          | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 239 | SP | VEREADORA | PEPPY                             | NULO                             | PL            | 45 | SUPERIOR           | PRETA   | SUPLENTE   |

|     |    |           |                               |  |               |    |                 |        |            |
|-----|----|-----------|-------------------------------|--|---------------|----|-----------------|--------|------------|
| 240 | SP | VEREADORA | DANN CABELEIREIRO             | LUMA DANDARA ARAUJO                    | PV            | 37 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 241 | SP | VEREADORA | NICOLY RIOS                   | NICOLY SILVA                           | PSD           | 31 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 242 | SP | VEREADORA | BARBARA SHOW                  | BARBARA RIBEIRO DE CARVALHO DOS SANTOS | PL            | 44 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 243 | SP | VEREADORA | MIRELLA SAFIRA NARISINHO      | SAFIRA MIRELLA BOMFIM DOS SANTOS       | PC do B       | 46 | FUNDAMENTAL INC | PARDA  | NÃO ELEITA |
| 244 | SP | VEREADORA | MARCELO SIMONE                | SIMONE GAGLIARDI                       | PSL           | 48 | SUPERIOR        | BRANCA | SUPLENTE   |
| 245 | SP | VEREADORA | HAÍNRA ASABI *                | NULO                                   | PSOL          | 39 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 246 | SP | VEREADORA | DUDA NEGRETTO                 | NULO                                   | PT            | 42 | ENS MÉDIO       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 247 | SP | VEREADORA | ANDRESSA LEONCIO              | ANDRESSA LEONCIO                       | MDB           | 39 | ENS MÉDIO       | PARDA  | SUPLENTE   |
| 248 | SP | VEREADORA | INGRID DE SÁ MUITAS *         | NULO                                   | PSOL          | 25 | FUNDAMENTAL     | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 249 | SP | VEREADORA | TONI ZAGATO                   | NULO                                   | PSOL          | 36 | SUPERIOR        | BRANCA | SUPLENTE   |
| 250 | SP | VEREADORA | JUH BELO                      | JULIANO BELO                           | PSB           | 42 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NULO       |
| 251 | SP | VEREADORA | EVELYN GUTIÉRREZ              | EVELYM GUTIERREZ VILELA                | PSOL          | 31 | SUPERIOR        | BRANCA | SUPLENTE   |
| 252 | SP | VEREADORA | SARA BONONI *                 | NULO                                   | PSOL          | 49 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 253 | SP | VEREADORA | REVERENDA ALEXYA SALVADOR     | NULO                                   | PSOL          | 40 | SUPERIOR        | PRETA  | SUPLENTE   |
| 254 | SP | VEREADORA | MIRELLA SOUZA                 | MIRELLA DE SOUZA SILVA                 | PP            | 35 | ENS MÉDIO INC   | PARDA  | SUPLENTE   |
| 255 | SP | VEREADORA | ERIKA HILTON                  | NULO                                   | PSOL          | 28 | SUPERIOR INC    | PRETA  | ELEITA     |
| 256 | SP | VEREADORA | SILVIA DA BANCADA FEMINISTA * | NULO                                   | PSOL          | 51 | SUPERIOR        | BRANCA | ELEITA     |
| 257 | SP | VEREADORA | IYÁ BÁRBARA                   | NULO                                   | PT            | 43 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 258 | SP | VEREADORA | ANDRÉIA GALVÃO                | ANDREIA LUIZ VENANCIO GALVAO           | SOLIDARIEDADE | 53 | ENS MÉDIO       | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 259 | SP | VEREADORA | ERICA DA RECICLAGEM           | ERICA CRISTINA DA SILVA FERREIRA       | PMB           | 56 | FUNDAMENTAL     | BRANCA | NÃO ELEITA |
| 260 | SP | VEREADORA | AMANDA CABELEIREIRA           | NULO                                   | PSDB          | 30 | ENS MÉDIO       | BRANCA | SUPLENTE   |
| 261 | SP | VEREADORA | MAISA SETIN                   | NULO                                   | PDT           | 29 | ENS MÉDIO       | PRETA  | NÃO ELEITA |
| 262 | SP | VEREADORA | FILIPA BRUNELLI               | FILIPA BRUNELLI IANI                   | PT            | 28 | SUPERIOR INC    | BRANCA | ELEITA     |
| 263 | SP | VEREADORA | CAROLLINA FEOLLA              | CAROLLINA FEOLLA                       | PTB           | 41 | ENS MÉDIO       | PARDA  | NÃO ELEITA |

| AUGUSTO |    |               |                                |                               |          |    |                 |         |            |
|---------|----|---------------|--------------------------------|-------------------------------|----------|----|-----------------|---------|------------|
| 264     | SP | VEREADORA     | NATHY BATISTA*                 | NATHYELLE VITÓRIA BATISTA     | PSB      | 42 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | NULO       |
| 265     | SP | VEREADORA     | LU SENNA VIEIRA                | LU-SENNIA VIEIRA              | PSOL     | 46 | ENS MÉDIO       | PRETA   | SUPLENTE   |
| 266     | SP | VEREADORA     | FERNANDA DO TÓQUIO             | FERNANDA DE CAMARGO           | PRTB     | 41 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 267     | SP | VEREADORA     | GAMBY O GUERREIRO *            | NULO                          | PMB      | 56 | SUPERIOR        | BRANCA  | NÃO ELEITA |
| 268     | SP | VEREADORA     | EMILY                          | EMILY ONDINA DA SILVA MARQUES | PSL      | 52 | SUPERIOR INC    | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 269     | SP | VEREADORA     | JHENIFFER FERREIRA             | JHENIFER ALVES FERREIRA       | PSL      | 36 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 270     | SP | VEREADORA     | ÉRICA CABELEIREIRA             | ERICA CORRÊA SANTOS           | PL       | 50 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | NÃO ELEITA |
| 271     | SP | VICE-PREFEITA | RAFA ENSINAS                   | NULO                          | PSOL     | 22 | SUPERIOR INC    | BRANCA  | NÃO ELEITA |
| 272     | SP | VEREADORA     | THIAGO COLETIVO FRENTE AMPLA * | NULO                          | PDT      | 37 | SUPERIOR INC    | PRETA   | NÃO ELEITA |
| 273     | SP | VEREADORA     | BRUNA BARTIELLY                | BRUNA FERRACINI DA SILVA      | DEM      | 27 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 274     | SP | VEREADORA     | LILA SANTIAGO                  | NULO                          | PSOL     | 36 | SUPERIOR INC    | PRETA   | SUPLENTE   |
| 275     | SP | VEREADORA     | ISABELLY CARVALHO              | NULO                          | PT       | 33 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | ELEITA     |
| 276     | SP | VEREADORA     | MICHELLY CRISTINA              | MICHELLY CRISTINA             | PDT      | 22 | ENS MÉDIO       | PRETA   | NÃO ELEITA |
| 277     | SP | VEREADORA     | BRUNA TRINDADE                 | BRUNA TRINDADE                | PMB      | 36 | FUNDAMENTAL     | BRANCA  | NÃO ELEITA |
| 278     | SP | VEREADORA     | CLAUDIO MIYAKE                 | NULO                          | PSD      | 54 | SUPERIOR        | AMARELA | SUPLENTE   |
| 279     | SP | VEREADORA     | MIRELLA CHRISTIE               | NULO                          | PC do B  | 34 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | NÃO ELEITA |
| 280     | SP | VEREADORA     | ANABELLA PAVÃO                 | ANABELLA PAVÃO DA SILVA       | PSOL     | 34 | SUPERIOR        | BRANCA  | ELEITA     |
| 281     | SP | VEREADORA     | KAILY VASCONCELLOS             | NULO                          | PL       | 32 | ENS MÉDIO       | PRETA   | SUPLENTE   |
| 282     | SP | VEREADORA     | MAURICIO MARTINS               | NULO                          | MDB      | 50 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 283     | SP | VEREADORA     | GIGI DE QUEIROZ                | GIGI DE QUEIRÓZ               | PSDB     | 53 | ENS MÉDIO       | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 284     | SP | VEREADORA     | VERONICA TELEMENSAGEM          | VERÔNICA ALVES DOS SANTOS     | PATRIOTA | 56 | FUNDAMENTAL INC | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 285     | SP | VEREADORA     | ELLYN ROSA                     | NULO                          | PODE     | 32 | ENS MÉDIO INC   | BRANCA  | SUPLENTE   |
| 286     | SP | VEREADORA     | MARIO KITAOKA                  | MARIO MARIA DAS DORES         | PTB      | 66 | FUNDAMENTAL     | BRANCA  | NÃO ELEITA |

|     |    |           |                                  | KITAOKA                          | INC      |    |                    |        |            |  |
|-----|----|-----------|----------------------------------|----------------------------------|----------|----|--------------------|--------|------------|--|
| 287 | SP | VEREADORA | ADILSON MARQUES<br>DIL           | AMANDA                           | PSC      | 51 | SUPERIOR           | BRANCA | NÃO ELEITA |  |
| 288 | SP | VEREADORA | CYNTHIA DO TAXI                  | CYNTHIA ANDREIA<br>FERREIRA LIMA | MDB      | 45 | ENS MÉDIO          | BRANCA | SUPLENTE   |  |
| 289 | SP | VEREADORA | GUGA ALMEIDA DA<br>SAÚDE         | GUGA DE ALMEIDA                  | PATRIOTA | 38 | ENS MÉDIO          | BRANCA | SUPLENTE   |  |
| 290 | SP | VEREADORA | BIAH CABELEIREIRA                | NULO                             | PSD      | 32 | ENS MÉDIO          | BRANCA | NÃO ELEITA |  |
| 291 | SP | VEREADORA | THAMMY MIRANDA                   | NULO                             | PL       | 38 | FUNDAMENTAL<br>INC | BRANCA | ELEITA     |  |
| 292 | SP | VEREADORA | TATIANA RIBEIRO                  | TATIANA DA SILVA<br>RIBEIRO      | PSD      | 31 | ENS MÉDIO          | PARDA  | SUPLENTE   |  |
| 293 | SP | VEREADORA | REGININHA                        | NULO                             | AVANTE   | 43 | ENS MÉDIO          | BRANCA | ELEITA     |  |
| 294 | SP | VEREADORA | LORIM DA VALÉRIA                 | NULO                             | PDT      | 51 | FUNDAMENTAL<br>INC | BRANCA | ELEITA     |  |
| 295 | SP | VEREADORA | TIETA MELO                       | NULO                             | MDB      | 47 | ENS MÉDIO          | BRANCA | ELEITA     |  |
| 296 | SP | VEREADORA | ELAINE DO QUILOMBO<br>PERIFÉRICO | NULO                             | PSOL     | 36 | ENS MÉDIO          | PRETA  | ELEITA     |  |
| 297 | SP | VEREADORA | DANDARA                          | NULO                             | MDB      | 41 | ENS MÉDIO          | PARDA  | ELEITA     |  |
| 298 | SP | VEREADORA | MYRELLA                          | NULO                             | DEM      | 39 | SUPERIOR           | PRETA  | ELEITA     |  |
| 299 | SP | VEREADORA | WESLEY DA<br>DIALOGUE            | NULO                             | PODE     | 22 | SUPERIOR INC       | PRETA  | ELEITA     |  |
| 300 | SP | VEREADORA | FERNANDA CARRARA                 | NULO                             | PTB      | 43 | ENS MÉDIO          | BRANCA | ELEITA     |  |
| 301 | TO | VEREADORA | JUJU DO PT                       | DHULLY RODRIGUES                 | PT       | 38 | ENS MÉDIO          | PARDA  | NÃO ELEITA |  |
| 302 | TO | VEREADORA | ANDY                             | ANDY MIRANDA DE<br>MATOS         | PT       | 36 | SUPERIOR           | BRANCA | SUPLENTE   |  |

Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).



ANEXO D – TABELA DESCRITIVA DAS CANDIDATAS TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS À ELEIÇÃO MUNICIPAL DO BRASIL EM 2020  
LISTADAS PELA ANTRA NÃO IDENTIFICADAS NO CADASTRO ELEITORAL DO TSE

|   | <b>UF</b> | <b>CARGO</b> | <b>NOME</b>       | <b>PARTIDO</b> |
|---|-----------|--------------|-------------------|----------------|
| 1 | AL        | VEREADORA    | JÚLIO ALBUQUERQUE | PDT            |
| 2 | PE        | VEREADORA    | CARLA FELIX       | PSOL           |
| 3 | SP        | VEREADORA    | REBECCA BARBOSA   | PDT            |

Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA)

ANEXO E – TABELA DESCRITIVA DAS CANDIDATAS TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS À ELEIÇÃO MUNICIPAL DO BRASIL EM 2020  
SUPRIMIDAS

|   | <b>UF</b> | <b>NOME TITULAR</b>       | <b>CARGO</b> | <b>CANDIDATA SUPRIMIDA</b> | <b>PARTIDO</b> |
|---|-----------|---------------------------|--------------|----------------------------|----------------|
| 1 | BA        | MANDATA TRANS<br>COLETIVA | VEREADORA    | NEGA VAN                   | PSOL           |
| 2 | RJ        | INDIANARAE SIQUEIRA       | VEREADORA    | AMIEL VIEIRA               | PT             |
| 3 | RJ        | INDIANARAE SIQUEIRA       | VEREADORA    | CHRISTIAN LINS             | PT             |
| 4 | SP        | WESLEY DA DIALOGUE        | VEREADORA    | HEITOR GABRIEL             | PODE           |
| 5 | SP        | WESLEY DA DIALOGUE        | VEREADORA    | RAFA BERTOLUCCI            | PODE           |

Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).

ANEXO F – TABELA DESCRITIVA DAS CANDIDATAS TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS ELEITAS NA ELEIÇÃO MUNICIPAL DO BRASIL EM 2020

| UF | MUNICÍPIO            | NOME DE URNA             | NOME SOCIAL            | PARTIDO      | IDADE | ESCOLARIDADE        | RAÇA/COR | GÊNERO       |
|----|----------------------|--------------------------|------------------------|--------------|-------|---------------------|----------|--------------|
| ES | RIO NOVO DO SUL      | LARI CAMPONESA           | NULO                   | REPUBLICANOS | 25    | SUPERIOR INC        | BRANCA   | MULHER TRANS |
| MG | BELO HORIZONTE       | PROFESSORA DUDA SALABERT | NULO                   | PDT          | 39    | SUPERIOR            | BRANCA   | MULHER TRANS |
| MG | UBERLÂNDIA           | GILVAN MASFERRER         | NULO                   | DC           | 30    | ENS MÉDIO           | PARDA    | MULHER TRANS |
| MG | BOM REPOUSO          | PAULETTE BLUE            | NULO                   | PSDB         | 40    | ENS FUNDAMENTAL INC | BRANCA   | TRAVESTI     |
| MG | POMPÉU               | TITIA CHIBA              | NULO                   | PSB          | 40    | FUNDAMENTAL         | PRETA    | MULHER TRANS |
| PA | ELDORADO DOS CARAJÁS | PAULINHA DA SAÚDE        | PAULA BULÇÃO DE ARAUJO | MDB          | 32    | ENS FUNDAMENTAL INC | PARDA    | MULHER TRANS |
| PR | LAPA                 | PROFESSORA BRENDA        | NULO                   | PV           | 39    | SUPERIOR            | BRANCA   | MULHER TRANS |
| RJ | NITERÓI              | BENNY BRIOLLY            | NULO                   | PSOL         | 29    | LÊ E ESCREVE        | PRETA    | MULHER TRANS |
| RJ | NATIVIDADE           | KARÁ                     | NULO                   | PDT          | 40    | FUNDAMENTAL         | PARDA    | MULHER TRANS |
| RN | CARNAÚBA DOS DANTAS  | THABATTA PIMENTA         | NULO                   | PROS         | 28    | ENS MÉDIO           | BRANCA   | MULHER TRANS |
| RS | SÃO BORJA            | LINS ROBALO              | NULO                   | PT           | 37    | SUPERIOR            | PRETA    | TRAVESTI     |
| RS | RIO GRANDE           | REGININHA                | NULO                   | PT           | 41    | SUPERIOR INC        | BRANCA   | MULHER TRANS |
| RS | ENTRE-IJUÍ           | YASMIN PRESTES           | NULO                   | MDB          | 38    | FUNDAMENTAL         | BRANCA   | TRAVESTI     |
| SE | ARACAJU              | LINDA BRASIL             | NULO                   | PSOL         | 47    | SUPERIOR            | AMARELA  | MULHER TRANS |

|    |                      |                                 |                         |        |    |                     |        |              |
|----|----------------------|---------------------------------|-------------------------|--------|----|---------------------|--------|--------------|
| SP | SÃO PAULO            | ERIKA HILTON                    | NULO                    | PSOL   | 28 | SUPERIOR INC        | PRETA  | MULHER TRANS |
| SP | SÃO PAULO            | SILVIA DA BANCADA FEMINISTA *   | NULO                    | PSOL   | 51 | SUPERIOR            | BRANCA | TRAVESTI     |
| SP | ARARAQUARA           | FILIPA BRUNELLI                 | FILIPA BRUNELLI IANI    | PT     | 28 | SUPERIOR INC        | BRANCA | TRAVESTI     |
| SP | LIMEIRA              | ISABELLY CARVALHO               | NULO                    | PT     | 33 | ENS MÉDIO           | BRANCA | MULHER TRANS |
| SP | BATATAIS             | ANABELLA PAVÃO                  | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | PSOL   | 34 | SUPERIOR            | BRANCA | MULHER TRANS |
| SP | SÃO PAULO            | THAMMY MIRANDA                  | NULO                    | PL     | 38 | ENS FUNDAMENTAL INC | BRANCA | HOMEM TRANS  |
| SP | ARAÇATUBA            | REGININHA                       | NULO                    | AVANTE | 43 | ENS MÉDIO           | BRANCA | MULHER TRANS |
| SP | PONTAL               | LORIM DA VALÉRIA                | NULO                    | PDT    | 51 | ENS FUNDAMENTAL INC | BRANCA | TRAVESTI     |
| SP | SÃO JOAQUIM DA BARRA | TIETA MELO                      | NULO                    | MDB    | 47 | ENS MÉDIO           | BRANCA | TRAVESTI     |
| SP | SÃO PAULO            | ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO * | NULO                    | PSOL   | 36 | ENS MÉDIO           | PRETA  | TRAVESTI     |
| SP | PATROCÍNIO PAULISTA  | DANDARA                         | NULO                    | MDB    | 41 | ENS MÉDIO           | PARDA  | MULHER TRANS |
| SP | BARIRI               | MYRELLA                         | NULO                    | DEM    | 39 | SUPERIOR            | PRETA  | MULHER TRANS |
| SP | ARAÇATUBA            | WESLEY DA DIALOGUE *            | NULO                    | PODE   | 22 | SUPERIOR INC        | PRETA  | HOMEM TRANS  |
| SP | PIRAJU               | FERNANDA CARRARA                | NULO                    | PTB    | 43 | ENS MÉDIO           | BRANCA | MULHER TRANS |

Fonte: Elaboração própria (Dados TSE/ANTRA).